



MARIA DIVINA LOPES

Interface entre o agronegócio e a oferta educacional nas instituições públicas de ensino
superior da região sul do Maranhão

SÃO PAULO
2017

MARIA DIVINA LOPES

Interface entre o agronegócio e a oferta educacional nas instituições públicas de ensino superior da região sul do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano.

SÃO PAULO

2017

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

L864 Lopes, Maria Divina.
Interface entre o agronegócio e a oferta educacional nas
instituições públicas de ensino superior da região Sul do Maranhão
/ Maria Divina Lopes. – São Paulo, 2017.
121 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPR), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL), São Paulo, 2017.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Ensino
superior – Aspectos econômicos – Maranhão. 4. Agronegócio. 5.
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. I. Título.

CDD 378.0098121

MARIA DIVINA LOPES

Interface entre o agronegócio e a oferta educacional nas instituições públicas de ensino superior da região sul do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Prof.^a Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

Prof.^o Dr. Saulo Barros da Costa (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA)

São Paulo, 19 de maio de 2017.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,
pela aprendizagem incondicional.

A minha mãe, por mal decifrar os códigos mais
simples da leitura e mesmo assim incentivar tanto o
estudo.

AGRADECIMENTOS

Aos camaradas do Movimento Sem Terra do Maranhão, por acreditarem na necessária articulação entre estudo e militância e me incentivarem a encarar mais essa tarefa.

Ao meu orientador Paulo Roberto Raposo Alentejano, por ter me acolhido no caminho e pacientemente ter dedicado tempo para construirmos esse trabalho

À turma Manuela Saéns, com quem vivi poesia, música, mística, alegria e muito aprendizado.

À Escola Nacional Florestan Fernandes, por ser esse lugar de acolhimento e formação da classe trabalhadora de todos os continentes e aos professores que passaram pela nossa turma.

À minha mãe, irmãs e sobrinhos, que são parte de minha construção e pedaços inteiros de minha afetividade, por entenderem meu isolamento, me incentivarem e acreditarem que eu me esforçaria para dar conta.

A Lizandra, a quem carinhosamente apelidei de Zoé, com quem partilho o amor e o cotidiano da vida e que com insistência e determinação me fez mergulhar nesse trabalho, vivendo comigo as dores e a superação. Ao Chico, com quem tenho vivenciado as incertezas e o amor maternal, pelos seus incontáveis abraços de conforto e por ter visto que a casa inteira havia se transformado em lugar de estudo e mesmo assim, compreender. A Francis, pela prosa, carinho, cuidado e companhia desacompanhada na reta final.

A Simone minha sempre irmã de coração, pela preocupação com o andamento e por me fazer acreditar que daria tudo certo. A Júlia e Lenilde, por partilharem da angústia, mas confiarem que eu estaria produzindo. A Zaira, pelo companheirismo ao ter disponibilizado sua biblioteca com literaturas imprescindíveis ao trabalho. Ao Jonas, pelo seu jeito descuidado de cuidar, insistindo sempre na mesma pergunta ao me encontrar, “já terminou a dissertação”?

Aos camaradas, Ramiro Tellez, Danilo Chammas e Rita Zanotto, por terem oferecido o afago necessário na reta final garantido a tradução dos resumos. E foi só assim, embebida de afetividade e coletividade, que consegui prosseguir.

A ciência da abeia, da aranha e a minha, muita gente desconhece...
João do Vale, cantador maranhense

RESUMO

O presente trabalho objetiva expor a problemática que constitui a expansão do agronegócio no sul do Maranhão e a formação superior ofertada pela Universidade Estadual, campus de Imperatriz, curso de Engenharia Florestal. Reflete sobre a ampliação da oferta educacional de formação superior oferecida pela Universidade e sua relação com os fundamentos constitutivos do agronegócio a partir dos arranjos produtivos em expansão na região. A exposição do texto está organizada em três capítulos; o primeiro traz uma reflexão sobre o empresariamento da educação e contextualiza, de forma breve, a trajetória e constituição do Ensino Superior no Brasil, buscando a compreensão de que a política educacional no país vem sendo determinada pela própria estrutura desigual e subordinada aos interesses do capital. O segundo aborda as formas de ocupação do território maranhense, a expansão do capital, as influências das relações sociais instituídas na formação e atuação do Estado e na elaboração e implementação das políticas sociais no contexto de mundialização do capital. O debate sobre demandas de mercado, currículo e produção do conhecimento no Curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UemaSul se encontra no terceiro capítulo. As considerações finais, problematiza a formação de competências e habilidades trabalhadas no curso, focadas no domínio de técnicas e conhecimentos científicos voltados estritamente ao processo de financeirização da natureza e retoma o caráter de disputa de classes na universidade no que se refere ao seu papel estratégico na formação social da população.

Palavras-chave: Campo. Agronegócio. Política Educacional. Ensino Superior.

ABSTRACT

This research aims to expose the controversy about the expansion of the agribusiness in the south of Maranhão State, in Brazil, and the graduate studies offered by the *Universidade Estadual do Maranhão, campus de Imperatriz*, Forest Engineering course. This work approaches the relationship between the expansion of the educational offer by the University and the constitutive foundations of agribusiness based on the expanding productive arrangements in the region. The text is organized in three chapters: the first one presents a reflection on the entrepreneurship of education and contextualizes, briefly, the trajectory and constitution of higher education in Brazil, seeking the understanding that the educational policy in the country has been determined by its own unequal structure and subordinated to the interests of capital. The second chapter addresses the forms of occupation of Maranhão territory, the expansion of capital, the influences of social relations instituted in the formation and performance of the State, and in the elaboration and implementation of social policies in the context of the globalization of capital. The debate about market demands, curriculum and the production of knowledge in the Forest Engineering Course of *Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UemaSul* is in the third chapter. The final comments problematize the skills and abilities worked in the course, focused on the domain of scientific techniques and knowledge strictly focused on the process of the financialization of nature, and retakes the character of class dispute in the university with respect to its strategic role in the social formation of the population.

Keywords: Countryside. Agribusiness. Educational policies. Higher education.

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es exponer la problemática que constituye la expansión del agronegocio en el sur del estado de Maranhão y la formación superior ofrecida por la Universidad Estadual, campus de Imperatriz, curso de Ingeniería Forestal. Refleja la ampliación de la oferta educacional de la formación superior ofrecida por la universidad y su relación con los fundamentos constitutivos del agronegocio a partir de los avances productivos en la región. La exposición del texto está organizada en tres capítulos: el primer capítulo hace una reflexión sobre la lógica empresarial de la educación y contextualiza, brevemente, la trayectoria y constitución del ensino superior en Brasil, buscando comprender que la política educativa en el país es determinada por la propia estructura desigual y subordinada a los intereses del capital. El segundo aborda las formas de ocupación del territorio marañense, la expansión del capital, la influencia de las relaciones sociales instituidas en la formación y actuación del Estado, y en la elaboración e implementación de las políticas sociales en el contexto de mundialización del capital. El debate sobre las demandas de mercado, currículo y la producción del conocimiento en el Curso de Ingeniería Forestal de la Universidad Estadual de la Región Tocantina de Maranhão – UemaSul se encuentra en el tercer capítulo. Las consideraciones finales, problematizan la formación de competencias y habilidades trabajadas en el curso, priorizada en el dominio de técnicas y conocimientos científicos vinculados estrictamente al proceso de financiarización de la naturaleza y retoma el carácter de disputa de clases en la universidad referente a su papel estratégico en la formación social de la población.

Palabras claves: Campo. Agronegocio. Política Educacional. Ensino Superior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Capitanias Hereditárias do Brasil.....	48
Figura 2 -	Capinzal do Norte – MA.....	62
Figura 3 -	Matopiba.....	66
Figura 4 -	Alocação de recursos Matopiba - Embrapa/Gite.....	67
Figura 5 -	Assentamento Califórnia Açailândia/MA.....	68
Figura 6 -	Valor da aquisição de terras.....	69
Figura 7 -	Fábrica da Suzano em Imperatriz.....	71
Figura 8 -	Fusões das empresas do setor de papel e celulose.....	72
Figura 9 -	Hidrelétrica de Estreito.....	91
Figura 10 -	Mortandade de peixes no entorno da Usina de Estreito.....	92
Figura 11 -	Plantação de soja em Balsas.....	92
Figura 12 -	Vista aérea da fábrica da Suzano em Imperatriz.....	93
Figura 13 -	Ato de inauguração da fábrica da Suzano em Imperatriz.....	94
Figura 14 -	Universidade Estadual do Maranhão.....	97
Figura 15 -	Disciplinas do curso de Engenharia Florestal da UEMA.....	101
Figura 16 -	Máquina <i>Harvesters</i> de colheita florestal.....	104
Figura 17 -	Vagens de Algaroba.....	105
Figura 18 -	Plantação de Teca.....	106
Figura 19 -	Parkia.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução da População Total e percentual da População Urbana e Rural de Imperatriz - MA (1970-2010).....	78
Tabela 2 -	Quadro IES em Imperatriz - Cursos presenciais.....	82
Tabela 3 -	Quadro IES em Imperatriz - Cursos à distância e presenciais que passaram a vigorar após 2001.....	83
Tabela 4 -	Expansão de cursos de Ensino Superior em Agronegócios no Brasil.....	86
Tabela 5 -	Novos Cursos em Agronegócios.....	86
Tabela 6 -	Cursos de Engenharia nas áreas de Agronegócios no Brasil.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPO	Assembleia dos Povos de Oaxaca
BIRD	Banco Mundial Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CELMAR	Celulose do Maranhão
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CIES	Conselho Interamericano Econômico e Social
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAIE	Coordenação Nacional dos Povos Indígenas do Equador
CLOC	Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIES	Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCEF	Fundação do Economistas Federais
GTAP	Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IES	Índice de Exclusão Social
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPC	Modo de Produção Capitalista
NEBAS	Necessidades Básicas de Aprendizagens
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDA - MATOPIBA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Projeto Pioneiro de Colonização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONERA	Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDINC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Indústria e Comércio
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TPPM	Terminal Portuário de Ponta da Madeira
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFPA	Universidade Federal do Pará
USP	Universidade de São Paulo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UemaSul	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	União das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR E AS CORPORAÇÕES EMPRESARIAIS.....	22
2.1	Política educacional de Ensino Superior no Brasil: função social e ajustamento à nova ordem mundial do capital.....	24
2.2	Corporações empresariais: incidência do setor privado nas políticas educacionais.....	38
3	ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E TERRITORIAL DO MARANHÃO E A EXPANSÃO DO CAPITAL	43
3.1	O papel das relações sociais na constituição do Estado e das políticas públicas no Maranhão.....	47
3.2	A expansão do capital no Maranhão: projetos em curso.....	56
4	AVANÇO DO CAPITAL E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: DUAS FACES DA MESMA MOEDA?	74
4.1	Interfaces entre educação superior e agronegócio na região sul do Maranhão.....	76
4.2	Educação superior na região sul do Maranhão: necessidade humana ou insumo para o capital?.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

As experiências da vida nos levam a experimentar vivências entrecruzadas que vão tecendo nossa história e de/marcando nossa existência. Desta forma, não há como desvincular o mestrado, a militância e a trajetória acadêmica, entendendo que esse olhar articulado exigirá maior elaboração, pois mesmo que os indivíduos vivenciem circunstâncias semelhantes, a experiência de cada um é particular. A inspiração para tal elaboração encontramos em Magda Soares (2001, p.15-16) quando expressa o sentido de sua própria experiência, dizendo “[...] parece que a experiência passada que aí vai contada não me pertence. Convenceram-me de que os dias não são meus, são nossos, e que não só eu aprendi, mas outros poderão aprender deles e com eles”.

Cada experiência singular expressa uma totalidade, são múltiplos fatores que influenciam as condições, as situações, o contexto e os possíveis resultados das experiências que marcam a nossa história. Em nosso caso, compreendemo-nos como parte de um sujeito coletivo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que desde a sua gênese luta e defende o acesso aos direitos e à socialização igualitária das riquezas produzidas historicamente pela humanidade, compreendendo o conhecimento socialmente produzido como parte do processo ético e político de formação humana. Por compreender a educação como uma bandeira de luta fundamental, o MST contribui para que as famílias assentadas e acampadas e os camponeses em geral acessem a escolarização, desde a alfabetização ao nível superior. É essa compressão de direito e esta luta que possibilita o acesso a espaços como a III turma de Mestrado em Geografia - UNESP, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

O mestrado representa a possibilidade de qualificar a militância, a intervenção na realidade a partir do exercício do estudo, pesquisa, reflexão e sistematização; pensando pesquisa, ação e formação humana como processos indissociáveis, considerando que as formas de produção e reprodução da existência, em todas as suas dimensões, são o ponto de partida para compreendermos como a sociedade está estruturada. Para intervir nessa estrutura é preciso investigar, refletir, sistematizar e agir. Entendendo que pesquisa e ciência são feitas para intervir na vida, são instrumentos de disputa e a produção da teoria marca nosso posicionamento, a forma como entendemos a realidade.

Neste sentido, estar na universidade nos exige refletir sobre os processos de formação em sua dimensão individual e coletiva. O Movimento Sem Terra, enquanto organização coletiva,

possui a necessidade de investigar a essência da dominação e hegemonia dominante nos territórios onde está inserido e nos demais contextos da luta de classes. Fazer parte de um curso que tem como horizonte a classe trabalhadora, exige-nos o compromisso de investigar a realidade, evitando as verdades naturalizadas e o imediatismo. Nos desafia a estudar, pesquisar e reavaliar nossa prática, no sentido de pensar e planejar ações numa perspectiva de transformação.

Consideramos nossa inserção no MST, através do Setor de Educação e em demais ações formativas e organizativas do conjunto do Movimento, como um dos períodos da vida em que mais temos acumulado aprendizagens. A inserção em lutas que são fundamentais para a população historicamente excluída do acesso a direitos, a exemplo da luta pela terra e educação do campo, amplia de forma imediata nossa compreensão da concentração, expropriação, exploração e manutenção de privilégios que constituem a estrutura desta sociedade desde a sua gênese ao contexto atual.

A militância no MST alimentou a necessidade de continuarmos estudando, pesquisando e sistematizando experiências. Neste sentido, nossa investigação se vincula às marcas de uma trajetória de vida como filha de camponeses, à formação acadêmica em uma turma de Pedagogia da Terra, à atuação como educadora/formadora em escolas de assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, nos municípios de Imperatriz e Açailândia – MA.

O fato de estar cotidianamente inserida nas tarefas delegadas pelo MST, nos oportuniza uma vivência da militância entrelaçada ao compromisso com o estudo. Foi o I Encontro Nacional dos Professores Universitários do MST, realizado em 2011, que trouxe o debate sobre o tema: *A experiência histórica do MST na relação com as Universidades*, que nos levou a refletir mais atentamente sobre o papel social da universidade, percebendo o seu lugar estratégico na formação dos e das trabalhadoras; ao mesmo tempo em que se fez o esforço de buscar entendê-la a partir da dimensão pedagógica do marxismo, que compreende que a educação não é neutra e sim expressa as contradições de classes, produzindo, reproduzindo e implementando conhecimentos ideologicamente embasados nos ideais dominantes.

Isso nos leva a problematizar e refletir sobre a visão idealista de que a formação escolar é redentora da humanidade e que está para além das contradições internas da sociedade capitalista. Buscando como referência as reflexões de Marx (1975), para elucidar o vínculo orgânico entre a estrutura econômica e a superestrutura, ou seja, *as formas do Estado e da consciência social*, pudemos notar como a educação e suas instituições, enquanto parte da

superestrutura, organizam, através de práticas sociais efetivas, os diferentes grupos sociais, de modo a assegurar a hegemonia política e ideológica da classe economicamente dominante.

A sociedade em que vivemos está hegemônica por um sistema que se sustenta na exploração do trabalho e na acumulação de riqueza e sempre buscou adequar a educação escolar a sua estratégia, dando-lhe um caráter utilitarista. Todavia, é importante reconhecer o conhecimento científico produzido historicamente e socialmente como uma ferramenta imprescindível para a transformação da realidade, que deve ser disputada estrategicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva de que se torne instrumento de investigação das relações produzidas em sociedade na tentativa de identificar a lógica a que estão submetidas e superá-las. Neste sentido, para fazer essa disputa de classe, é necessário entender as dimensões em que se expressa essa relação utilitarista entre sistema do capital e educação. Mészáros (2005), nos apresenta uma notável contribuição:

A educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, oferecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” que for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. (2008, p. 45).

Todas essas questões, de certa forma, foram abordadas no Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, especificamente a linha de pesquisa Campesinato, Capitalismo e Tecnologias, vinculada ao projeto: *Movimentos sociais e conflitos territoriais: os impactos das transformações do capitalismo contemporâneo no espaço agrário brasileiro* e integram a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a função social da educação na produção e reprodução das relações sociais vigentes, olhando mais especificamente para o vínculo entre a estrutura econômica e a política educacional no Brasil, principalmente no período mais recente, em que ainda persiste a visão de cunho liberal de que é a ignorância do povo que impede o país de ser “moderno e desenvolvido”. Essa compreensão corroborou com a ampla disseminação da “teoria do capital humano”, pós década de 1960, e sua atualização a partir da década de 1990, apresentando a equalização do acesso à educação escolar e a formação de competências e habilidades, como uma mágica solução para superar o subdesenvolvimento e as desigualdades no Brasil.

[...] a ideia de capital humano é uma “quantidade”, ou um grau de educação e de qualificação, tomando como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionem como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual. (FRIGOTTO, 1995, p. 41).

A “teoria do capital humano” reforça a lógica de exploração e acumulação capitalista, em que a educação formal assume como principal função formar a força de trabalho necessária para cada tipo de serviço de que o capital necessite. As instituições de educação passam a assumir como função os princípios de mercado, introjetando nos indivíduos o valor mercantil como forma de reproduzir, expandir e ampliar os lucros do capital. Mais uma vez, Mészáros (2007, p. 289) nos ajuda a melhor identificar essa relação entre demandas de formação educacional e serviços necessários ao capital, ao ressaltar que, “as determinações sistêmicas do capital sempre impuseram à sociedade seu direcionamento auto-expansivo conflitual/adverso, sem nenhuma consideração pelas consequências humanas”.

Essas consequências se materializam num período de aprofundamento do processo de exploração, concentração de riquezas, desumanização e embrutecimento das pessoas, de ambas as classes sociais, e num conjunto de crises - econômica, política, ambiental - que tem levado alguns estudiosos a afirmarem que a sociedade vive um colapso, pois é sua estrutura, sua forma de sociabilidade mediada pelo dinheiro, o seu sistema de funcionamento que está em crise. Para enfrentá-la, o capital necessita construir novos mecanismos para garantir sua reprodução e ampliação.

Para manter-se e para prosseguir o sistema funda-se cada vez mais num metabolismo do desperdício, da “obsolescência planejada”, na produção de armas, no desenvolvimento do complexo militar, na destruição da natureza, na produção de “trabalho supérfluo”, vale dizer desemprego em massa. Além disso, dentro das políticas de ajuste para recuperar as taxas de lucro, nas últimas décadas vem abolindo quase todos os direitos dos trabalhadores conquistados ao longo do século XX. (MÉSZÁROS, 2002, p. 185).

No Brasil, identificamos forte influência do pensamento neoliberal nas formas de atuação do Estado e, conseqüentemente, na construção e implementação da política pública, se aproximando à “(...) tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos, deixando-as entregues ao mercado” (HOBBSAWM, 1997, p. 413). A educação formal, em seus diferentes níveis, se encontra entre essas políticas ameaçadas de serem submetidas ao mercado. A mesma passa a ser pensada como um instrumento que pode ser potencializado economicamente por meio de suas instituições, sobretudo, as de Ensino Superior, que deverão ser transformadas em competentes prestadoras de serviço, que oferecem o que Rodrigues (2007) conceituou como mercadoria-educação. Na verdade, trata-se de um processo acelerado de privatização, que propagando o discurso da qualidade e eficácia, se apresentar como alternativa para salvar o Estado da crise.

A submissão da universidade aos interesses imediatos do mercado é o principal dispositivo desta construção, conduzindo a universidade pública brasileira a

redefinições, de ordem objetiva e subjetiva, que vão desde a privatização dos interesses, propósitos e objetivos universitários, antes públicos, e no possível, definidos coletiva e socialmente; até à privatização da cultura universitária acumulada na prática histórica do trabalho do conjunto dos sujeitos universitários, com a mercantilização do pensar, da elaboração de ideias e do trabalho intelectual; da superioridade inquestionável do individual sobre o coletivo, do sucesso pessoal sobre a solidariedade. (MANCEBO, 1998, p. 67).

É evidente que experimentamos um tempo histórico, em nível global e local, bastante difícil de ser analisado e compreendido para além da sua aparência. No Brasil, o modelo destrutivo do agro – hidro – mineronegócio faz com que esse cenário seja ainda mais complexo, pois o capital estrangeiro avança por meio das empresas transnacionais, aumentando a concentração e mercantilização da terra e da biodiversidade, comprometendo o meio ambiente, a soberania alimentar e a vida da população. Nas diferentes regiões do país estão em curso grandes projetos empresariais, que anunciam “progresso e desenvolvimento” e a educação se insere nesse contexto mais amplo de reestruturação produtiva do capital, onde todo o planeta é transformado num grande mercado. Parafraseando Frigotto (2009), o sistema do capital domina todas as partes do mundo, mas não da mesma forma. Ele apresenta, em distintas sociedades, processos históricos específicos que engendram particularidades, tanto na estrutura de classes e relações de classe, quanto nos efeitos da exploração da classe trabalhadora.

A busca por compreender as particularidades das formas de exploração da classe trabalhadora e o crescimento exponencial do processo de expropriação e destruição da biodiversidade na região sul do Maranhão¹, nos instigou a estudar de forma mais aprofundada a relação entre a política de Ensino Superior nas Instituições Públicas da região e sua relação com o modelo de desenvolvimento em expansão no campo.

A decisão de realizar uma investigação focada nestes elementos se fundamenta na compressão de que a universidade pública, em geral, se constitui como um ambiente estratégico de produção do conhecimento, que pode contribuir com a manutenção ou superação do *status quo*, a depender da correlação de forças presente no seu interior e que, portanto, é preciso disputá-la diuturnamente. Esse interesse se justifica ainda pela nossa inserção de quase duas décadas nas lutas em defesa da reforma agrária e dos direitos sociais, dentre os quais se encontram imbricados o direito à terra para produção e reprodução da existência no campo e o direito à educação.

1

A mesorregião do sul maranhense é uma das cinco mesorregiões do estado. Formada pela união de dezenove municípios, agrupados em três microrregiões. Sendo o município Imperatriz onde se localiza o principal polo comercial, cultural e educacional da região.

Nossas pesquisas preliminares já nos indicavam fortes indícios de que seria possível estabelecer uma interface entre o avanço do agronegócio na região e a criação do curso de Engenharia Florestal da UEMA, campus de Imperatriz, e suscitaram diversos questionamentos e indagações: como a relação entre educação e demandas de formação para o mercado contribuiu para o desenvolvimento desigual na região sul do Maranhão? Há influência do modelo de desenvolvimento em curso na configuração da política de Ensino Superior? A universidade cumpre um papel na validação e legitimação desse modelo de desenvolvimento em expansão? Qual a relevância do conhecimento produzido pelo curso para o desenvolvimento do agronegócio?

Neste sentido, o estudo objetiva analisar a interface entre a expansão do agronegócio e a política de Ensino Superior na região, na área das Ciências Agrárias, refletindo especificamente sobre o curso de Engenharia Florestal da UEMA, seu perfil de formação, a natureza do conhecimento produzido a partir do estudo e da pesquisa, sua abordagem sobre os fundamentos constitutivos do agronegócio no sul do Maranhão.

Parafraseando Mészáros (2005), no decorrer do tempo, as instituições de educação tiveram de ser adaptadas de acordo com as determinações produtivas em mutação do sistema capitalista. A perspectiva é de que esse estudo contribua com a problematização acerca do papel que as instituições públicas de Ensino Superior vem cumprindo frente à hegemonia do agronegócio, levantando dados e informações que auxiliem na reflexão sobre a natureza dos cursos ofertados, tendo em vista o contexto atual da educação superior no Brasil, em que o ensino tem focado a formação de profissionais “aptos” a acompanhar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir das necessidades e demandas do capital nas diferentes regiões.

A pesquisa realizada se fundamenta no método materialista histórico dialético, entendendo, em consonância com Frigotto (2016, p. 74) que é o “método que nos conduz a aprender o movimento da realidade, ou das determinações que o constituem, e não é simplesmente nossas representações, ou pseudorrepresentações [...]”. Consideramos que para investigar uma determinada realidade é necessário ter como ponto de partida sua materialidade, a forma como se produz e reproduz a existência ao longo do desenvolvimento da humanidade, considerando os determinantes e determinações dos processos sociais e históricos e a multiplicidade de fatores que a influenciam do ponto de vista local e geral e como esses fatores podem produzir resultados diferentes de acordo com a correlação de forças existente em cada contexto, como afirma Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado” (1977, p. 17).

O esforço foi o de produzir uma análise que reflita sobre a interface entre a expansão do capital no campo, através das empresas nacionais e transnacionais, e a formação superior, buscando perceber os fatores que influenciam e reconfiguram a materialidade das relações socioculturais e econômicas existentes na região sul maranhense e que têm determinado a atual dinâmica produtiva e organizacional da população. A nossa orientação teórico-metodológica fundamenta-se na concepção da pesquisa como um instrumento que possibilita conhecer a realidade na qual os indivíduos estão inseridos, de forma mais elaborada, sistematizada e fundamentada, buscando evitar generalizar o particular ou individualizar a totalidade. Entendo que:

[...] não é possível pesquisar tudo ao mesmo tempo, nem todos os campos de conhecimento. Mas delimitar não é fragmentar e atomizar. A vigilância crítica ao delimitar um objeto e as mediações que o constituem numa tonalidade concreta são os elementos básicos que constituem o caráter dialético, e portanto, histórico do método. (FRIGOTTO, 2016, p. 74).

A investigação desenvolvida neste trabalho foi organizada em três fases, consideradas fundamentais para sua realização. Na primeira, os esforços estiveram voltados para o levantamento bibliográfico e documental de todas as leituras que contribuíssem com a reflexão sobre o avanço do capital na região sul do Maranhão e de materiais e documentos do curso de Engenharia Florestal da UEMA considerados importantes e necessários à pesquisa; na segunda, realizamos a análise dos documentos do e sobre o curso (currículo, ementas, monografias produzidas pela primeira turma, reportagens e outros materiais divulgados na internet) e a sistematização dos dados coletados; e na terceira, e última fase, a análise dos dados coletados mediada pela revisão de literatura por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto expositivo dessa dissertação está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo contextualiza de forma breve a trajetória e constituição do Ensino Superior no Brasil, trazendo uma reflexão sobre o empresariamento da educação, a incidência cada vez mais acelerada do setor privado, buscando a compreensão de que a política educacional no país vem sendo determinada pela própria estrutura desigual e subordinada aos interesses do capital, perpetuada nesta sociedade desde a sua formação inicial.

No segundo capítulo a abordagem gira em torno das formas de organização do território maranhense e da expansão do capital, refletindo sobre as relações sociais instituídas na formação e atuação do Estado e suas implicações para elaboração e implementação das políticas sociais, trazendo uma breve análise sobre a expansão do capital no campo maranhense e os projetos em curso. Focalizamos, ainda, os conflitos e poderes que determinaram a construção de diferentes projetos territoriais no Maranhão e as ordens e desordens estabelecidas nas

relações constituídas entre exploradores e explorados, demonstrando a construção do poder e hegemonia das grandes potências no estado, que atuaram no passado e se mantêm no presente contexto de mundialização do capital, em que o mesmo precisa se expandir para continuar existindo.

Neste capítulo, ainda abordamos o paradigma do capitalismo agrário e o campesinato como questão fundante para a análise do atual projeto em desenvolvimento no campo, o avanço da exploração e precarização da força de trabalho, as disputas territoriais existentes e as possibilidades de existência e resistência das populações, pois “enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, os camponeses organizam seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida” (FERNANDES, B. M., 2008, p.40).

O terceiro capítulo pauta a configuração da política de educação superior, as demandas de formação/capacitação e a oferta educacional nas instituições públicas de Ensino Superior, relacionando-as ao arranjo produtivo em expansão no território. Reflete sobre a interface entre o avanço do agronegócio e a política de Ensino Superior, analisando a especificidade do Ensino Superior no sul do Maranhão, sem desconsiderar o contexto mais amplo da própria construção das bases estruturantes da formação social da população brasileira. Aprofundamos a leitura de Harvey (2005a), para refletir sobre o avanço do capital na região sul do Maranhão, pensando sobre a mundialização da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca em todo o mundo. Percebendo que o capital necessita criar espaços novos para sua acumulação e novos desejos e necessidades sociais nas populações para garantir sua ampliação e sobrevivência.

Ainda no terceiro capítulo refletimos sobre as demandas de mercado, currículo e produção do conhecimento no Curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UemaSul. Problematicando a eficiência da formação oferecida na perspectiva de formar competências e habilidades focadas no domínio de técnicas e conhecimentos científicos voltados estritamente ao processo de financeirização da natureza, através da expansão da silvicultura.

Por fim, nas considerações chegamos à compreensão de que a produção científica do curso não discute a essência dos fenômenos que compõem a totalidade do modelo de subdesenvolvimento em expansão na região sul do estado. Não se percebe a disputa por uma produção teórica capaz de romper com a lógica funcional e enfrentar a alienação. O que aparenta é uma visível intencionalidade em produzir um insumo de qualidade a ser oferecido às empresas do capital.

2 POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR E AS CORPORAÇÕES EMPRESARIAIS

Quanto mais avançada a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza, como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma de “privatização” promovida como suposto zelo ideológico, pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias (MÉSZÁROS, 2005, p. 80).

A concepção de educação hegemônica no Brasil, tanto no seio acadêmico como no senso comum, está bastante fundamentada numa visão liberal de que as diferentes classes sociais têm garantido o direito a uma educação pública, laica e de qualidade. No entanto, também difunde-se a ideia de que os problemas existentes na sociedade brasileira se dão pela ausência de educação. A perspectiva liberal de educação a desvincula da sociedade e oculta o fato de que vivemos em um país estruturado por um sistema que alicerça suas bases de sustentação na exploração e concentração de riquezas.

As formas históricas de organização do trabalho e da vida no Brasil revelam que as bases de sustentação do capitalismo estiveram presentes desde a sua gênese. Ainda que alguns autores trabalhem com ideia da existência de relações feudais no processo de constituição da sociedade brasileira, um percurso histórico que leve em consideração as categorias marxistas de totalidade e particularidade, possibilitará a compreensão de que a construção do Brasil, enquanto nação, ocorreu de forma subordinada às necessidades de expansão do capital.

Embora, de modo geral, seja possível afirmar uma constituição originária do Brasil subordinada ao modo de produção capitalista, para compreender a formação sociocultural, econômica, as formas de atuação do Estado e sociedade civil e a própria constituição da política pública no país, é necessário olhar para esta história como uma experiência singular, buscando compreender suas particularidades. Sobre a especificidade da formação social brasileira, Minto (2014), afirma que a permanência das estruturas econômicas e formas de propriedade características do estatuto colonial, somadas à entrada crescente de capital estrangeiro no período posterior à Revolução Industrial e aos condicionamentos impostos por estes capitais, conformam os fundamentos históricos gerais do desenvolvimento brasileiro (p. 90-91).

O que se percebe é um país que vem se construindo alicerçado em bases estruturantes de desigualdade. Na história do Brasil, desde a sua gênese, é predominante a hegemonia das elites a serviço do capital (colonizadores, latifundiários, grandes proprietários, corporações empresariais), contrária à maioria (escravos, indígenas e africanos, colonos, trabalhadores

assalariados, sem-terra, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas), representantes do trabalho produtor de riquezas, de mercadorias, mas que não usufruem dessa riqueza produzida coletivamente pela maioria da população e apropriada de forma privada pela minoria. Essa forma de constituição favorece a ampliação da exploração capitalista, define a forma e atuação do Estado brasileiro em cada período e determina, de forma objetiva e subjetiva, a sua condição subserviente, diante das grandes potências do capital. Concordamos, assim, com o que enfatiza Florestan Fernandes (1975):

A subordinação da formação social brasileira à dominação das potências imperialistas é estrutural, e esta condição não impede o crescimento do produto, a acumulação de capital e a modernização institucional. Estas, no entanto, mantêm-se atreladas à necessidade de preservar a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo como condições e efeitos inelutáveis. (p. 291-292).

Esse resgate se faz necessário por considerarmos que os processos educacionais não estão desvinculados da sociedade em geral, mas se submetem e se estruturam na mesma lógica. Se revisitarmos a história da educação no Brasil e as definições das políticas educacionais em seus diferentes períodos, perceberemos que há inconsistência na afirmação liberal de que existe neutralidade no processo de educação formal. O que se percebe é que a política educacional brasileira, em seus diferentes níveis e períodos, tem se apresentado como produto e reprodução das históricas relações sociais de desigualdade e dominação.

Temos a convicção de que as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições supra-referidas. Não por mera casualidade. Ao longo da história, a educação redefine seu papel reprodutor / inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e a reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma as aptidões e comportamento que lhes são necessários. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 09).

Neste sentido, é incompleto olhar para a política educacional sem enxergar o Estado e o projeto de sociedade a que se vincula. Uma consistente reflexão sobre a formação da sociedade e do Estado é imprescindível para compreender a constituição da política de educação no Brasil. Aqui, nos alinhamos à concepção de Estado presente nas obras de Marx e Lenin, de que o Estado é criação humana, surgiu a partir do desenvolvimento histórico da humanidade e da divisão da mesma em grupos com interesses antagônicos e que, portanto, é produto e expressão da sociedade dividida em classes.

No tocante ao Estado brasileiro, este sempre esteve sob o controle da classe dominante, desde a Colônia e Império, aos tempos atuais de República Federativa “democrática”. Mudam-se as formas de governo, mas não se altera a função do Estado. Todavia, percebe-se no atual

contexto forte influência do pensamento neoliberal nas formas de atuação do Estado, o que o torna muito mais complexo. Talvez a configuração que mais se aproxime de uma leitura do Estado no momento atual seja aquela respaldada pela contribuição de Gramsci sobre Estado ampliado e pelas ideias de Poulantzas, que concebe o Estado como relação social.

A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui um *substrato material*. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. (POULANTZAS, 1980, p. 36, grifo do autor).

Diante da compreensão de que a política educacional não está desvinculada de projeto de sociedade, observa-se que a organização do sistema educacional brasileiro, da educação básica à formação superior, em geral, esteve voltada ao desenvolvimento apenas de qualidades ou competências para reprodução do ser humano necessário ao capitalismo. No entanto, apesar de a classe que detém o poder político e econômico hegemonizar a concretização e implementação da política educacional, esta se coloca dentro do contexto da luta de classes e os avanços no que se refere à ampliação dessas políticas fazem parte da disputa de projetos entre as classes.

Neste sentido, a proposta do presente capítulo é refletir sobre a política de Ensino Superior, atravessada pela luta de classes, trazendo elementos da política educacional geral e do papel do Estado na expansão da educação superior, em interface com o processo de empresariamento do ensino e o projeto de “desenvolvimento” em curso.

2.1 Política educacional de Ensino Superior no Brasil: função social e ajustamento à nova ordem mundial do capital

No atual contexto, as profundas alterações no que se refere aos aspectos culturais, ambientais, de valores éticos e morais, da política, economia, ciência, tecnologia, das formas de organização do trabalho e da vida, presentes em diferentes sociedades, nas diversas partes do planeta, instigam o debate sobre educação formal e sua articulação com projeto de sociedade e/ou modelo de desenvolvimento econômico. Diante dessa realidade é que se pretende fazer uma contextualização da política educacional de Ensino Superior brasileira, inserida no movimento desse período histórico.

No Brasil, o Ensino Superior se estruturou com características visivelmente diferentes de outras regiões do mundo, e até mesmo de outros países da América Latina. Foram mais de três séculos para começarem a surgir os primeiros estabelecimentos de Ensino Superior, que surgem

somente a partir de 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil. Anterior a esse período, os filhos da elite se deslocavam para estudar na Europa, mais precisamente para Coimbra, em Portugal.

As marcas da colonização no Brasil demonstram duas dimensões inerentes à forma de atuação dos colonizadores: um forte controle ideológico do pensamento dos colonizados, por parte da Coroa e da Igreja; e uma relação de abdicação, já que a Colônia nunca foi vista como uma extensão da Metrópole, mas como um lugar de exploração irrestrita da força de trabalho e das riquezas naturais. Essa relação predatória da Metrópole em relação à Colônia, incidiu de forma decisiva na formação social e na própria constituição do Ensino Superior no país. Como destaca Fernandes (1984, p. 32):

A tradição portuguesa foi uma das mais pobres em termos de dinâmica da civilização. Foi preciso a transferência da Corte para que ocorresse o transplante de algumas instituições de técnicas culturais chaves da civilização moderna. E, no que se refere ao ensino superior, o transplante se concentrou em fins utilitários, privilegiando as funções mais restritas das escolas mais necessárias. Por isso, o Brasil não viveu, nem como colônia, nem posteriormente, a experiência histórica da universidade ilustrada; e as condições da economia escravista contribuíram sensivelmente para reduzir ao mínimo as funções criativas da escola de superior isolada. De outro lado, a perspectiva política da camada senhorial não estabeleceu conexões vitais entre o ensino superior, o desenvolvimento da cultura e as potencialidades de uma revolução nacional democrática. (apud MINTO, 2014, p. 138).

A manutenção de privilégios, por parte das elites, é um marco na formação social do Brasil, tendo como alicerce a estrutura desigual e a não priorização de um projeto de educação que elevasse o nível político e cultural da população como um todo. As regalias aparecem de forma evidente já na primeira Constituição brasileira, promulgada por Dom Pedro I, em 1824. Segundo Vieira (2007), citando Iglesias (1985):

A Constituição de 1824 estabelece princípios de um liberalismo moderado expressando a busca de separação entre Colônia e Metrópole, processo marcado por ambiguidades e contradições. O fortalecimento da figura do imperador se concretiza através do Poder Moderador, garantindo-lhe ampla margem de intervenção na vida pública do País, inclusive na nomeação dos presidentes das províncias. (p. 291).

No que tange à presença da educação na primeira Constituição, Vieira (2007) afirma que ao tratar da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, o texto legal é bastante avançado ao estabelecer que "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos" (art. 179, § 32), fazendo em seguida referência aos "Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes" (art. 179, § 33). No entanto, pouco ou quase nada se efetivou, principalmente no que se refere à garantia da gratuidade e oferta da formação primária.

Deve-se observar também que nos períodos decisivos da história do país são evidentes as articulações da classe dominante para se manter no poder. O período que antecede a promulgação da Constituição de 1824, é fruto de um contexto de pressão social pela ampliação de direitos, embasada nas ideias liberais. Porém, a Independência, em 1822, se constituiu numa farsa, pois não houve nenhuma mudança na estrutura do país. O que pode ser observado nas afirmações de Sodré (1978):

Numa sociedade que se definha pelo primado dos proprietários territoriais, pela presença de uma classe média de formação recente e destituída de força, pela existência de uma classe trabalhadora em que a massa servil representava a esmagadora maioria, levantar-se-ia uma construção política de pretensa representação, rotinada em suas manifestações e pesadas na elaboração de leis. Na fachada, realmente, dentro dos padrões do liberalismo, a possibilidade para manifestar tendências e pleitear direitos. No fundo, uma ausência total de possibilidade para uma e outra coisa, a evidente desigualdade que traduzia o quadro real. (p. 40).

A dissimulação se repete nos anos de 1888 e 1889, com o “fim” do trabalho escravo e a transição do Império para a República, onde mais uma vez as mudanças não alteraram em nada a estrutura social. Ao contrário, a substituição de uma força de trabalho humanamente degradada pelo trabalho assalariado e precarizado favoreceu os capitalistas e aprofundou ainda mais as desigualdades. Essas particularidades que expressam a formação socioeconômica do Brasil, levam à compreensão de que no tocante à política de Ensino Superior,

Não se tratava de um ensino “atrasado” que poderia, como numa reviravolta cultural “avançar” em direção a formas mais desenvolvidas, mas de um ensino *limitado* pelas próprias especificidades desse tipo de desenvolvimento. A suposta “defasagem” educacional, portanto, é uma forma limitada de observar o problema da educação na experiência histórica de um país que transita muito tardiamente e com traços muito particulares para a fase mais desenvolvida do MPC. (MINTO, 2014, p. 40).

Desta feita, percebe-se que a constituição do sistema educacional brasileiro decorre de uma forma de desenvolvimento que se nutre da desigualdade e que as mudanças ocorridas em diferentes períodos estiveram condicionadas a essa estrutura. Com a Proclamação da República (1889), a promulgação da primeira Constituição Federal, em 1891, apresentou alguns avanços no âmbito da lei, em relação à educação destacou-se a descentralização do Ensino Superior com oferta autorizada para estados e iniciativa privada, mesmo que a esfera federal ainda detivesse maior centralidade, e a laicidade do ensino, ponto de contradição entre católicos e liberais. Todavia, os avanços ainda foram bastante limitados, pois, além da proibição do voto aos analfabetos (presente no artigo 70, § 1º), havia pouca abertura para expansão efetiva do Ensino Superior, que continuou sendo um nível de ensino destinado e restrito apenas à formação das elites econômicas. Neste sentido, Silva (2015), se referindo a Cunha (1986), afirma que:

A visão predominante na época era que a ampliação das vagas resultaria na perda de qualidade do ensino, isso em função do aumento da proporção entre alunos e professores, e na desvalorização simbólica dos diplomas, em razão de sua rápida proliferação. Além disso, o regime de cátedras para cada disciplina e a tradição do curso único na maioria das instituições traduzia-se numa estrutura organizacional muito rígida e pouco favorável à expansão do sistema de educação superior. (p. 71).

Os anos que vão de 1930 a 1945, a chamada Era Vargas, difundiram no país a ideia de que o Brasil necessitava de um projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, o Estado deveria ter a capacidade de centralizar ações e intervir quando necessário. O período foi marcado de um lado pela pressão de organizações sociais que reivindicavam a ampliação de direitos, dentre os quais estava a educação pública e de outro pela forte pressão das forças imperialistas que buscaram impor e reafirmar seu projeto de exploração nos países periféricos. Dentro desse novo contexto, a educação passou a ser discutida a partir de uma nova perspectiva, a de que deveria ser capaz de salvar a sociedade de seus males e resolver todos os problemas que lhe eram supostamente inerentes.

O discurso proferido pelo governo Vargas sobre o papel da educação era de que a mesma deveria forjar cidadãos e reproduzir/modernizar as elites brasileiras. Para isso, haveria de se pensar propostas educacionais para o rural e o urbano. No campo seria necessário pensar projetos educacionais dentro da lógica hegemônica para instrumentalizar os camponeses. No meio urbano, onde existiam maiores iniciativas de organizações de trabalhadores, deveriam ser criados processos de formação profissional para conter as agitações e articulações urbanas. Ou seja, a educação deveria cumprir o papel de achar soluções para os problemas e contradições sociais.

Esse foi um período da história Brasil em que poderia ter se constituído um grande avanço do lugar da educação na formação social da população, na perspectiva da autonomia e capacidade de intervir no projeto de sociedade em construção. Porém, este embrião do avanço (pressão popular por ampliação dos direitos e participação) foi absorvido pelo Estado, que o reduziu à continuidade e avanço da exploração imperialista, que demandava uma maior incorporação de mão de obra qualificada na produção de mercadorias, e, mais que isso, necessitava criar um caldo cultural e político capaz de produzir consenso em torno do novo projeto de dominação e conservação, que se aparentava vestido com a roupagem da modernização.

Nesse interregno, a educação superior viu-se diante de transformações que tendiam a fazê-la acompanhar os caminhos de uma incipiente autonomia nacional, temperada pelas pressões imperialistas advindas das irradiações dinâmicas da acumulação do capital em escala internacional. Pressionada pelo imperialismo, de um lado, e pelas

forças nacionalistas, de outro, adquiriu uma fisionomia particular. Os conflitos das classes sobre as quais se constitui a universidade colocavam em lados opostos projetos de sociedade também opostos. Como as bases estruturais dessa formação social não se alteraram radicalmente, o tipo de instituição que predominou foi aquela capaz de se adaptar às novas necessidades criadas pela institucionalização de uma nova fase do MPC no Brasil. Isso fez com que a marginalização de certos projetos de universidade se tornasse uma necessidade histórica neste contexto, não sendo mera expressão do “atraso” de nossas elites. (MINTO, 2014, p. 174-175).

No tocante à proposta educacional projetada pelo Estado, nos anos de 1930, e as forças que a disputavam - os intelectuais que defendiam a “modernização” do país e representantes da Igreja Católica que tinham uma posição mais conservadora - Minto (2014) enfatiza que ambas estavam a serviço da dominação burguesa que se delineava no país, pois

[...] a disputa não se dava propriamente na esfera educacional e pedagógica, sendo antes de mais nada, uma disputa política mais geral. Tanto as bandeiras empunhadas por católicos (defesa da escola privada), como a por renovadores, (defesa da escola laica e estatal) podiam se conjugar para servir ao interesse do poder constituído no país, ou seja, para o tipo de dominação burguesa específica e complexa como a que se desenvolveu no período em questão. (p. 178-179).

Mesmo com a derrota dos renovadores para os católicos, é possível perceber que as reformas educacionais de 1930 a 1946, ao menos no discurso, sofreram influência direta das propostas da Escola Nova. Questões estruturantes como valorização do trabalho, direitos trabalhistas e planos de carreira não foram consideradas, mas, nota-se a presença de proposições de uma “escola para a vida, escola do trabalho e da liberdade”. Um ideário educacional bem distante da realidade da grande maioria da população brasileira, para quem as condições de vida e trabalho eram degradantes, além de ser uma população cativa desde a sua constituição.

Demarcava-se, enfim, os termos de uma política educacional que reconhecia o lugar e a finalidades da educação e da escola. Por um lado, lugar de ordenação moral e cívica, da obediência, do adestramento, da formação da cidadania e da força de trabalho necessária à modernização administrada. Por outro, finalidade submissa aos desígnios do Estado, organismo político, econômico e sobretudo, ético expressão e forma “harmoniosa” da nação brasileira. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 22-23).

É importante enfatizar que as reformas educacionais denominadas Francisco Campos, implementadas pelo governo Vargas, entre 1930 e 1946, ampliaram o acesso à educação e implicaram em uma série de mudanças no sistema de educação brasileiro, dentre elas, a criação do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e a organização do Ensino Superior. Todavia, essa ampliação aconteceu dentro dos limites da oferta de uma educação dual: para os trabalhadores, escolas primárias e formação aligeirada para atender às demandas do mercado de trabalho e, para as camadas mais favorecidas, ensino secundário e formação superior.

Em relação ao Ensino Superior, o Estatuto das Universidades Brasileiras, que integrava a Reforma Francisco Campos, estabeleceu a universidade como norma de organização do sistema de educação superior no Brasil (Decreto 19.851 II, de abril de 1931). Amparada pelo Estatuto das Universidades, em 1934, surgiu a Universidade de São Paulo - USP, primeira universidade a ter uma organização que rompesse com o modelo de universidade presente até então, o de mera aglutinação de escolas isoladas. O surgimento da USP e da Universidade do Distrito Federal – UDF, em 1935, implementando uma proposta moderna de organização, com base no ensino e pesquisa (modelo humboldtiano), provocaram tensionamentos com o modelo até então existente, escolas isoladas de caráter vocacional (modelo napoleônico).

A implantação dessas duas Universidades contribuiu para que o foco da educação superior tendesse a se deslocar do ensino profissionalizante para a formação cultural das elites brasileiras, bem como, para a constituição de um ethos acadêmico e científico, cristalizando, nesse sentido, a ideia defendida na década de 1920 pelos intelectuais ligados a Academia Brasileira de Ciências e Associação Brasileira de Educação de que a universidade deveria ser entendida como um locus de investigação científica e de produção do saber desinteressado. (SILVA, 2015, p. 75).

É reconhecido que houve avanços no que se refere à ampliação do Ensino Superior, não apenas por uma decisão do Estado, mas pela pressão da luta de classes no período. Todavia, as reformas implementadas entre 1930 e 1946, evidenciaram os limites de uma sociedade submissa e aprisionada a uma economia agroexportadora. Os princípios de liberdade e autonomia que nortearam a criação de universidades como a USP e UDF não se efetivaram totalmente e os trabalhadores da educação não conseguiram influenciar tais reformas. Segundo Silva (2015), esses princípios foram feridos *pelo afastamento e demissão ou mesmo a prisão de professores membros da direção destas Universidades, acusados de “conspiração” comunista*.

Entre 1946 e 1961, o país passou por um processo de rearticulação e reorganização de trabalhadores no campo e na cidade, pelo fortalecimento da organização de estudantes e uma ampla mobilização popular que reivindicava reformas estruturantes. As contradições de uma crise econômica, que atingiu diretamente a vida dos trabalhadores, despertou a sociedade, que se mostrava incrivelmente articulada, fortemente influenciada por um horizonte revolucionário que rondava o mundo naquele período. Esse contexto forçou a classe dominante, aliada à burguesia internacional, a encontrar formas de garantir as condições de reprodução das formas de submissão e dependência no país.

As amplas mobilizações populares defendiam bandeiras muito claras. As plataformas de luta demonstravam que a população não queria medidas paliativas, exigia reformas de base: reforma agrária, reforma na estrutura econômica, na educação, ou seja, o que se demandava era

a mudança na estrutura do país. Esse contexto de lutas efervescentes influenciou substantivamente a educação e a cultura do país.

As lutas populares fizeram com que o debate sobre os rumos da educação voltasse a ganhar força na sociedade brasileira. As reivindicações envolviam a defesa da escola pública e também faziam a crítica ao regime de cátedras e ao caráter elitista da educação superior no país. Iniciou-se um longo e intenso período de reflexões, debates e luta ideológica envolvendo as forças conservadoras e privatistas e organizações insurgentes, como o Movimento em Defesa da Escola Pública. Todavia, as forças conservadoras e privatistas foram vitoriosas. Em 1961, após 15 anos de intensas disputas entorno do projeto de lei, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que submetia a educação aos interesses da iniciativa privada e da Igreja Católica, prevendo ajuda financeira a ambos para os seus processos de formação. O que somente fortaleceria a considerável ampliação dos empreendimentos educacionais destes setores, marca do período que vai de 1945 a 1964.

A intervenção militar talvez tenha interrompido um dos processos mais avançados de luta e articulação da classe trabalhadora brasileira, que naquele momento aparentava ter bastante clareza das mudanças que estava reivindicando. Pós intervenção, as reflexões e debates sobre as reformas de base foram sendo desarticulados e a crise política e econômica foi enfrentada de forma atroz: censura, dissolução e extermínio das organizações de trabalhadores, arrocho salarial e até mesmo a incorporação de técnicas de tortura. A conta, mais uma vez, foi repassada aos trabalhadores com um valor incalculável, o acúmulo nas discussões de uma proposta mais progressista para educação brasileira foi atrofiado, seus grandes debatedores perseguidos e a sociedade passa, então, por um amplo processo de militarização. Analisando este processo Ianni, (1981, p. 168) afirma que,

À medida que o grande capital financeiro e monopolista se impõe e penetra nas relações de produção, nas empresas, nas fábricas e fazendas, nas organizações privadas e públicas, no mercado e no aparelho estatal, então, meio devagar ou meio de repente, conforme o caso, verifica-se que tudo tende a *militarizar-se*. É como se as exigências do capital, pouco a pouco, ou de repente, iluminassem, todos os recantos da vida social, desde a fábrica até o aparelho estatal e a escola. (apud MINTO, 2014, p. 196).

A Ditadura Civil Militar demonstrava muita clareza em suas finalidades, esperava conter as aspirações socialistas no país e garantir a reprodução e ampliação do modo de produção capitalista, abrindo caminhos para o capital multinacional. A educação foi acionada mais uma vez para cumprir uma tarefa no projeto a ser implantado no Brasil. A nova proposta educacional, segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 31), “[...] traduzia a síntese e aspirações dos empresários e intelectuais aliados do regime [...]”. A educação passou a ser pensada numa

perspectiva totalmente economicista, para atender aos interesses da política desenvolvimentista que estava sendo implementada, no eufórico período em que o país anunciava o chamado “milagre econômico brasileiro”.

A reforma de ensino dos anos 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de “capital humano”. Vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 29).

Como anunciado pelas autoras, estas reformas possuíam dois objetivos bem claros para educação: o primeiro era o entendimento de que a população brasileira menos instruída precisava ser inserida no processo produtivo, ainda que fosse nos setores de pouca exigência e, para isso, careciam de ter acesso à escolarização básica para adquirir ao menos uma qualificação mínima; o segundo era a compreensão de que era preciso ampliar o acesso e domínio de técnicas e tecnologias para poder “modernizar” o país. Desta feita, havia a necessidade de investir em mão de obra qualificada que pudesse ser inserida nos setores mais exigentes da indústria e da administração pública. Esses objetivos se encontravam evidentes nos planos e decretos que passaram a reger a legislação educacional durante a intervenção militar.

O Plano Decenal da Aliança para o Progresso e o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) – secretaria da Organização dos Estados Americanos (OEA) para assuntos culturais, científicos e de informação – indicavam com desconcertante franqueza que educador e educando haviam se transformado em capital humano - capital que, recebendo investimento apropriado e eficaz, estaria apto a produzir lucros individual e social. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 31).

Em se tratando do Ensino Superior, as reformas ocorridas entre 1960 e 1970 provocaram várias mudanças, algumas de caráter estruturante e, de certa forma, esse nível de ensino foi, contraditoriamente, favorecido pela política educacional do período no que se refere a sua oferta e organização, já que incorporou reivindicações emblemáticas do movimento estudantil como a extinção das cátedras e a criação dos departamentos, presentes na Lei 5.540/68 de reforma do Ensino Superior.

A Lei 5.540 talvez tenha sido um dos mais contraditórios empreendimentos do regime militar. Promover uma reforma no ensino superior brasileiro, extinguiu a cátedra – suprimindo o que se considerava ser o bastião do pensamento e do comportamento conservador na universidade, - introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, criou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de crédito por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório. Uma outra mudança substantiva se efetivou ainda, em relação ao modelo de 1930: foi implementada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão [...] (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 32).

No entanto, mesmo que se considere que houve um avanço para o Ensino Superior nestas reformas, tal favorecimento estava vinculado à forte pressão das camadas médias, ameaças de conflitos estudantis pelo grande número de excedentes que passavam nos vestibulares e não havia vagas nas universidades, pela luta dos estudantes para acessar a universidade pública e também pela compreensão que o atual regime tinha do papel que a educação deveria cumprir no projeto de “desenvolvimento” nacional. Segundo Silva (2015), a proposta era fazer com que o sistema universitário brasileiro não apenas integrasse as políticas macroeconômicas destinadas ao país, mas que se tornasse um indutor de desenvolvimento econômico e um importante agente de integração nacional.

Neste sentido, as mudanças implementadas na política de Ensino Superior estavam totalmente submetidas aos interesses do regime. O que se percebia era um forte controle político e ideológico do Estado dentro do sistema acadêmico, mesmo que houvessem avanços contraditórios, como instituição e/ou fortalecimento da pós-graduação e a presença da crítica social e política dentro da universidade. De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), no caudal dos atos de exceção da Ditadura Militar, a universidade foi obrigada a testemunhar e vivenciar a repressão, a perseguição policial, a expulsão, o exílio, as aposentadorias compulsórias, a tortura e morte de muitos dos seus melhores pensadores.

O que se exigia do Ensino Superior era uma formação para o emprego, formar profissionalmente a mão de obra necessária às novas demandas do mercado de trabalho. A orientação do Regime Militar era a de uma política educacional despolitizadora, tecnocrática e privatista, fortalecida pelo discurso da “modernização”. Não podemos deixar de notar que a outra face do Regime era o incentivo direto e indireto à iniciativa privada, que segue ampliando seus negócios educacionais.

Não se pode deixar de se reportar ao fato de que o acentuado descompromisso do Estado em financiar a educação pública, abriu espaço para que a educação escolar, em todos os seus níveis se transformasse em negócio totalmente lucrativo. As empresas privadas envolvidas com a educação contavam com todo tipo de facilidades, incentivos subsídios fiscais, créditos, e mesmo com a transferência de recursos públicos. O favorecimento ao capital privado, aliado ao clientelismo ao desperdício, à corrupção a burocracia e a excessiva centralização administrativa, minuiu, por assim dizer, a fonte de recursos para as escolas públicas. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 35).

O Regime, que anunciou um modelo de “desenvolvimento e modernização” do país, na verdade, desenvolveu uma política econômica que aumentou a concentração de riqueza e a desigualdade social. A educação, que foi anunciada como parte da estratégia do atual projeto, mais uma vez não passou de falácia, tendo um baixíssimo investimento e o que foi anunciado

ficou apenas no plano do discurso. Esses fatores contribuíram para o enfraquecimento da Ditadura Militar, fazendo com que o contexto de crise internacional do capitalismo influenciasse diretamente na política econômica brasileira, crise que veio a se acirrar cada vez mais a partir dos anos de 1970, refletida também nos dados educacionais.

Em meados da década de 80, o quadro educacional brasileiro era dramático: 50% das crianças repetiam ou eram excluídos ao longo da 1ª série do 1º grau; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries que reuniam 73% das reprovações. Ademais, é importante lembrar que 60% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza. Tais dados forneciam as condições para uma exigência de redirecionamento na legislação educacional vigente. Nessa década, o bordão da oposição era mudança: de regime político, na economia, na gestão dos negócios públicos, mudança democrática que se assentasse em uma ativa participação popular. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 38).

Constantes manifestações populares exigiam mudanças urgentes do atual regime, o que veio a ocorrer em 1985, com a substituição de um general militar por um presidente que representaria a “Nova República”. Uma transição que consentia mudar, para conservar e auto preservar os privilégios da burguesia. De acordo com Minto (2014):

A ordem “democrática” da “Nova República” se constituiu numa situação *sui generis*. Não podendo evitar a ascensão das forças democrático-populares, o governo, o Congresso Nacional (ainda fortemente marcado pela presença dos defensores do regime) e os setores burgueses dominantes foram constrangidos a conviver com a maior participação democráticas dessas forças. Contudo, se essa participação fora decisiva na constituição 1987-1988, fora menos efetiva na sua capacidade de interferir na política econômica do país. Do ponto de vista do capital e da burguesia, esta foi “garantida”, em grande medida pelos acontecimentos que permitiram a manutenção da presidência da República nas mãos de um homem de confiança da ditadura, um representante das velhas forças políticas do país. (p. 275).

A permanência das velhas forças políticas do país no interior do Estado, sustentou as características da “Nova República”, que segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), tinha como atributos principais a ambiguidade e a incoerência, cerne da conciliação conservadora e nóculo central da chamada “transição para a democracia”. Assim o processo político foi conduzido “pelo alto”, através de esquema de alianças. O conservadorismo “civilizado” revelou-se apenas como mais uma faceta do mesmo poder autocrático das classes dominantes brasileiras. Essa reconfiguração das forças econômicas e políticas do país fez com que as políticas privatizantes construídas durante o governo militar, incluindo as educacionais, tivessem continuidade nas décadas posteriores.

O sistema de ensino superior que a Ditadura construiu sobre os escombros do antigo padrão das escolas isoladas e das universidades conglomeradas, não revelou que a *universidade de pesquisa* (humboldtiana ou neo-humboldtiana, segundo a ótica modelar) havia se provado, de uma vez por todas, desinteressante para as

classes dominantes brasileiras. Revelou, precisamente, que a universidade não podia ter, nas condições do capitalismo brasileiro, um papel ativo, inovador, na construção do desenvolvimento autônomo e autodeterminado. (MINTO, 2014, p. 269).

Os anos de 1990 foram marcados pela implementação do modelo neoliberal no país. Minto (2014, p. 233) ressalta que as reestruturações em escala global, oriundas da crise dos anos de 1960 e 1970, tiveram como resultado a reprodução, sob novos patamares, da relação imperialismo-periferia de antanho. O processo de implementação da velha política com nova roupagem iniciou-se no governo de Fernando Collor de Mello, que “fez irromper mudanças que redefiniram a inserção do país na economia mundial, com amargas consequências aos brasileiros” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.46).

Mesmo em um país com níveis de desigualdades incomparáveis aos da Inglaterra, o modelo inaugurado por Thatcher, dez anos antes, foi implementado no Brasil. O modelo neoliberal, que passou a ser implementado a partir dos anos 1990, além de se utilizar das formas hostis de coerção para garantir os interesses da classe dominante, passou a difundir um forte debate político, econômico, cultural e ideológico da qualidade total, das competências, da competitividade e da modernização. Para isso, seria necessária uma reestruturação do Estado, que passou a atuar de forma restrita, no sentido da não garantia de investimentos na melhoria das condições sociais de vida da população explorada e completamente a serviço do mercado.

O modelo de Estado neoliberal pela qual os reformadores brasileiros se guiaram nos anos de 1994 a 1998 partiu do pressuposto de que o “Estado” corresponde à aparelhagem estatal, composta por núcleo burocrático (setor exclusivo do Estado em sentido estrito) e por um setor não exclusivo de serviços sociais e de obras de infraestrutura. Sobre esse último, o aparelho de Estado deveria deixar de intervir diretamente, passando a ter papel regulatório. No modelo implementado, a sociedade civil – espaço estrutural de acordo com a visão liberal de Estado (e não instância superestrutural, como define Gramsci) - corresponde à esfera do “social” (o “terceiro setor”), parceira do estado na execução de seus serviços sociais. (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 138).

As reformas educacionais ocorridas na década de 1990 foram hegemônicas pelo contexto neoliberal, que se fazia presente em diversos governos, em diferentes partes do planeta. As ideias do neoliberalismo provocaram mudanças substantivas na natureza dos Estados nacionais, reatualizando, mesmo que de forma mascarada, as ideias liberais, de que o Estado deve ser regido sob a lógica mercantil. Melo e Falleiros (2005) destacam que desde logo se pode apontar uma clara tentativa de diferenciação do termo “privatização”. Os defensores da reforma do Estado apresentam tais medidas não como mecanismos privatistas, mas sim como possibilidade de tornar tais atividades públicas, mesmo que não implementadas pelo Estado.

Com a reconfiguração do Estado, reconfigura-se também a política educacional e, na

década de 1990, inicia-se um amplo processo de desqualificação do público, anunciando a qualidade total como estratégia para eficiência das empresas e da educação, que mais uma vez, passa a ter papel destacado no modelo de “desenvolvimento”. No tocante ao papel que a educação deveria desempenhar, Shiroma, Moraes e Evangelista (2007) enfatizam o discurso em que se afirma

[....] ser a educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países. Alegava-se que o novo paradigma produtivo demandava requisitos diferenciados de educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores. Iniciou-se então uma polêmica em torno de explicações que davam como inexorável a apropriação dos avanços da tecnologia em todas as esferas. Disseminou-se a ideia de que para “sobreviver” a concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade. (p.47).

Neste sentido, as grandes conferências mundiais, realizadas na década de 1990, redefiniram os rumos da educação nos países de economia dependente. A Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien (Tailândia), reuniu governos de 155 países, e mais organizações não governamentais e agências internacionais, que assumiram o compromisso de assegurar uma educação básica de qualidade para jovens, adultos e crianças. Nota-se o caráter ideológico do projeto educacional assumido como compromisso na referida Conferência, que

[...] difundiu a ideia de que a educação deveria realizar as necessidades básicas de aprendizagens (NEBAS) de crianças, jovens, adultos. Defendia-se, entretanto, que sendo distintos os grupos humanos, suas necessidades básicas também o seriam-inclusive as necessidades básicas de aprendizagens, o que significa obter meios apropriados para satisfazê-las, que deveriam variar segundo o país, a cultura, setores e grupos sociais (raça, idade, gênero, cultura, religião, pertencimento territorial, entre outros), e também segundo as perspectivas de sua resolução ao longo dos tempos. (idem, p. 49).

O debate do direito a necessidades de aprendizagem e não o acesso à educação integral como um direito humano e fundamental, potencializou o processo de mercantilização da educação nos anos de 1990, fazendo com que se tornasse mais um espaço aberto à acumulação do capital, um grande negócio e ampliou a incidência dos capitalistas no ensino. A iniciativa privada passa a ser convocada para assumir responsabilidades com a educação, o que se pode perceber com mais evidência no Ensino Superior, como afirma Silva (2015):

Além das pressões internas, as universidades e demais estabelecimento de educação superior do Brasil e da América Latina foram, nos anos 90, fortemente influenciados pelas políticas e organismos multilaterais e destinados a reformar os respectivos sistemas nacionais de educação superior. O Banco Mundial passou a recomendar, entre outras coisas, a redução dos gastos com a educação superior, cuja expansão deveria ocorrer sob o influxo das iniciativas privadas e das universidades públicas, as quais deveria expandir suas ofertas de vagas, sem gastos adicionais, aumentando, por exemplo, a proporção de alunos por professor. (p. 101-102).

Mas uma vez se evidencia o lugar da educação nos processos de desenvolvimento do Brasil. Na década de 1990, novamente estava explícito o caráter ideológico do projeto educacional, que visava garantir o consenso em torno do modelo neoliberal. Melo e Falleiros (2005) ressaltam que “[...] a direção da proposta educacional como um todo reflete a clareza de objetivos e a coesão que orquestram no tom geral do projeto de sociabilidade capitalista implantado pela Terceira Via no Brasil” (p. 209).

O projeto de sociabilidade proposto pelo modelo neoliberal teve sua continuidade nos anos 2000, início do século XXI, mesmo que o país tenha vivido um contexto de maior expectativa de mudanças por ter eleito um presidente de um partido que historicamente representou as camadas populares. O que se percebe é que a mudança de governo não alterou a configuração das políticas educacionais que estavam em curso, pois o que se propunha, enquanto projeto de governo, parafraseando Frigotto (2011), era a *conciliação do inconciliável*, dar continuidade a uma política macroeconômica totalmente submetida aos interesses do grande capital e, concomitantemente, oferecer políticas compensatórias de alívio à pobreza no país.

De acordo com estudo realizado por Ferreira e Oliveira (2010), pode-se afirmar que o diagnóstico da educação superior apresentado no governo FHC (1995-2002), em certa medida, foi semelhante ao do governo Lula (2003-2010), sobretudo no que tange à contribuição das universidades públicas para o desenvolvimento econômico e para a inserção do país na globalização produtiva, uma vez que estas deveriam: contribuir para o desenvolvimento da região em que estão inseridas, expandir suas vagas, aumentar o número de alunos por professor, diminuir as taxas de evasão e reprovação, flexibilizar os currículos dos cursos e programas, adequar os cursos e os serviços às demandas existentes, aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, qualificar mais a gestão e ampliar os indicadores de produtividade. Todavia, os governos FHC e Lula enfrentaram os problemas de expansão da educação superior de forma diferenciada. FHC optou pela via da expansão do acesso por meio das IES privadas, do fomento à competitividade entre as IES mediante o processo de avaliação; da suspensão nos processos de contratação de professores e funcionários e da diminuição significativa do financiamento às universidades federais, embora exigisse maior expansão. O governo Lula, por sua vez, seguiu pela via da expansão de vagas nas universidades federais e/ou criação de novas universidades mediante, sobretudo, a criação e implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); contratação de professores e funcionários; criação da Universidade Aberta do Brasil; implementação de bolsas para estudantes em IES privadas por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de

Financiamento Estudantil (Fies); criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFs); criação de programa e ações voltadas para as ações afirmativas.

A política de educação superior nos governos Lula e Dilma, seguiu ajustada à política anterior e à própria reestruturação das universidades em âmbito nacional e internacional. Ainda que tenham aumentado o investimento nas universidades públicas e ampliado o acesso, esses avanços se inserem num contexto em que está em curso a construção de um movimento de regulação transnacional da educação superior, que vem buscando sobrepor-se às instâncias nacionais e que é articulado ao processo de mundialização e de acumulação flexível do capital (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010).

A universidade é pressionada pelo Estado e pelo mercado no atual cenário de reconfiguração da política de Ensino Superior a assumir um papel utilitarista, garantindo a formação de sujeitos que sejam empregáveis e o desenvolvimento de pesquisas que produzam mais valia econômica. As condições objetivas para a efetivação da política de Ensino Superior, provocadas pelas reformas neoliberais, deixam claro que:

discutir as novas concepções e finalidades sociais que estão sendo reclamadas para as universidades implica, em especial, compreender o atual processo de reestruturação produtiva do capitalismo global, uma vez que essa reestruturação vem exigindo, cada vez mais, que a *relevância* e a *pertinência* social da universidade esteja associada à sua capacidade de contribuir com a produção de conhecimentos, tecnologias e inovações que ampliem as vantagens competitivas do país e das empresas na chamada “*sociedade ou economia do conhecimento*”, em âmbito local, regional e internacional. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 51).

No entanto, é importante notar que este processo de ampliação do Ensino Superior também deve ser considerado como um avanço, como conquista de direitos, pelo menos no âmbito das legislações, não se tratando de uma mera concessão do Estado, posto que também é fruto do conjunto das lutas protagonizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, que ainda terão que seguir em suas trincheiras para conquistarem sua efetivação. Sabemos que mesmo que a Constituição de 1988 enfatize que a educação deva visar o pleno desenvolvimento da pessoa em suas várias dimensões, que vão da cidadania à qualificação profissional, possibilitando a participação de todos numa sociedade democrática e plural, o que está na lei não tem se efetivado. O que se percebe são os setores dominantes empresariais tomando de assalto a educação pública, que está cada vez mais empobrecida em seu projeto de formação e precarizada nas condições de trabalho docente. Essa reconfiguração coloca a educação dentro da estratégia de luta em defesa do público e do popular.

O interesse das entidades empresariais pela educação deve-se também ao fato de que,

para os movimentos anticapitalistas, a educação é parte da estratégia revolucionária no século XXI. Embora de modo parcial, molecular, as principais lutas antissistêmicas incorporaram o tema da educação popular como uma prioridade político-estratégica. Os mais proeminentes movimentos sociais estão tomando para si mesmos as tarefas de formação política de seus militantes e de educar suas crianças e jovens. As experiências dos zapatistas, com as juntas do bom governo, da Assembleia dos Povos de Oaxaca (APPO) no México, da CLOC-Via Camponesa, da Coordenação Nacional dos Povos Indígenas do Equador (CONAIE) e do Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil estão inscritas nesses processos. Obviamente, essas iniciativas, ainda que fragmentadas, não passam despercebidas pelo capital. (LEHER, 2014, p. 5).

Neste sentido, é importante reforçar que a luta por educação não deve se restringir apenas ao acesso ao direito social, mas que, pelo seu caráter classista, deve ser potencializado o debate sobre como articular a educação pública aos interesses da classe trabalhadora, o que implica num debate mais amplo sobre as políticas educacionais, sua concepção, oferta, qualidade, financiamento, gestão, estrutura física e pedagógica, currículo e formação de educadores. É extremamente necessário perceber a intrínseca vinculação entre educação e estruturação da sociedade em geral, para que se compreenda de forma mais consistente o papel que a universidade ocupa no projeto de desenvolvimento da classe que domina o país.

2.2 Corporações empresariais: incidência do setor privado nas políticas educacionais

As corporações do capital têm adentrado a educação pública de várias maneiras: elaboração de livros didáticos, formação de professores, financiamento de pesquisas, construção de espaços culturais e pedagógicos, consolidando gradativamente o modelo empresarial na educação, através da parceria público – privado. Na especificidade do Ensino Superior, o que se percebe é que, nos anos 2000, se intensificou o que já havia sido sinalizado nos anos 90.

A expansão do sistema de educação superior do país se deu sob o comando da iniciativa privada. De 2000 a 2006, o número de matrículas saltou de 2.694.245 para 4.679.646, tendo crescimento de mais de 73% nesse período. Tal expansão foi possível em razão da ampliação da oferta de matrículas tanto em instituições públicas quanto em estabelecimentos do setor privado. A contribuição desses dois setores, no entanto não se deu nas mesmas proporções. Enquanto as matrículas em instituições do setor público cresceram nesse período, 36,3%, passando de 887.026 em 2000 para 1.209.304 em 2006; as matrículas do setor privado, por sua vez, aumentaram mais de 90%, passando de 1.807.219 (2000) para 3.467.342 (2006). (SILVA, 2015, p. 104).

Observa-se que as reformas ocorridas nas últimas décadas reorientaram as políticas educacionais, dando-lhes um caráter privatista, focal, compensatório e assistencialista, não representando nenhuma mudança estrutural na política educacional implementada no país. Neste sentido, concordamos com Frigotto (2011), quando afirma que:

Desse desfecho resulta que no plano estrutural se reiteram as reformas que mudam aspectos do panorama educacional sem alterar nossa herança histórica que atribui caráter secundário à educação como direito universal e com igual qualidade. Não só algo secundário, mas desnecessário para o projeto modernizador e de capitalismo dependente aqui viabilizado. (p. 242).

O modo de produção vigente vem intensificando a exploração da força de trabalho, a apropriação, expropriação e destruição da biodiversidade, comprometendo o meio ambiente, a produção e reprodução da existência numa perspectiva planetária. O aprofundamento dessa reflexão poderá ser encontrado em Mészáros (2007, p. 23), quando afirmar que, “o capital pela sua própria natureza é incapaz de se atentar para os problemas ameaçadores causados pela crise estrutural”.

Vale enfatizar que o sistema capitalista passa por um processo de reestruturação produtiva, em que o capital necessita pensar novas demandas que possibilitem sua reprodução, exigindo que encontre novas formas de manter e ampliar suas bases de exploração. No atual contexto, em que o capital necessita ampliar sua reprodução, os processos educacionais têm se tornado potenciais demandas a serem exploradas.

No Brasil, observa-se que a incidência dos setores privados na educação se amplia a partir da década de 1930 e nos anos de 1990 esse processo se intensifica. Com o consenso neoliberal, as mudanças tecnológicas e os novos desafios organizacionais colocados para o mundo do trabalho, o próprio capital demanda a ampliação qualitativa e quantitativa da educação, o que de certa forma fez transparecer que parecia haver convergência entre os interesses da burguesia e dos trabalhadores em relação à ampliação do acesso à educação, como enfatiza Rodrigues (2007):

A participação organizada do empresariado industrial no debate educacional já não era recente, remontando às origens da industrialização tardia brasileira, ou seja, à década de 1930. Contudo, se, de fato, a conteúdo das propostas mudou, o objetivo da participação do empresariado jamais foi alterado: operar a formação humana de forma a cumprir as necessidades do Capital em sua busca de reproduzir-se de forma ampliada. A mudança no conteúdo das demandas educacionais da burguesia ao sistema escolar, na década de 1990, calcou-se na efetiva transformação que se iniciara nos fins da década anterior. À década de 1980 foi palco de importantes processos econômicos- sociais que marcaram o ingresso do capitalismo em uma nova fase – o padrão de acumulação flexível -, alavancada politicamente pela eleição direta de Fernando Collor de Mello, que prometera transformar o Brasil em um país de “primeiro mundo”. É nesse contexto que a CNI elege um novo *têlos* para a sociedade brasileira: economia competitiva. (p. 9-10).

Os trabalhadores e trabalhadoras protagonizaram lutas importante, nas décadas de 1980 e 1990, em defesa da qualidade e da universalização da educação básica, de um projeto educativo que garantisse a formação integral dos sujeitos e de uma universidade que cumprisse o papel de ser espaço de produção de ciência e tecnologia necessárias à elevação política,

econômica e sociocultural do país. Todavia, como ressaltam Bernardi, Uczak e Rossi (2015), baseados em Barão (2009):

As reivindicações das lutas pela democratização da educação são incorporadas e resignificadas, e o empresariado brasileiro, empregando o discurso de “educação para todos e todos pela educação”, apresenta propostas alinhadas com as reformas educacionais implementadas em vários países europeus e latino-americanos a partir da década de 1990. Tais reformas anunciavam como objetivo central a melhoria da qualidade da educação, o que inclui ampliação da jornada escolar, universalização do atendimento, propostas de avaliação em larga escala, universalização do atendimento, propostas de avaliação em larga escala, incentivos à realização de parcerias externas buscando apoio às atividades educacionais, investimento em formação inicial e continuada e valorização dos profissionais da educação, entre outras questões. (p. 54-55).

A defesa de ampliar qualitativamente e quantitativamente a educação, apresentada pelo Movimento Todos pela Educação é assimilada pela sociedade como uma pauta positiva, pois não evidencia os seus reais objetivos: transformar o Estado em um gerenciador de uma política educacional que atenda às necessidades e mudanças no mundo produtivo e à redistribuição das novas demandas do capital. O Movimento Todos pela Educação, segundo Shiroma, Garcia e Campos (2011, p. 233):

Foi criado por um grupo de intelectuais orgânicos do capital, que iniciaram a realização de diversos eventos durante dois anos, propondo um grande pacto pela educação com sindicatos, sociedade educacional e civil, que logo ganhou a adesão da mídia. Os empresários se anteciparam e pautam a agenda governamental: reafirmam o papel do Estado redefinindo, no entanto, o sentido e o significado da educação pública. (apud BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2015, p. 55).

No que tange ao Ensino Superior, observa-se que houve uma expansão substantiva de sua oferta nas últimas décadas, em que o Brasil buscou construir estratégias de ajustar seu projeto político de desenvolvimento à nova ordem mundial do capital. Porém, para atender às demandas do mercado, este nível de ensino assume um caráter de formação prática profissionalizante, inserido na lógica da competitividade e produtividade das grandes corporações empresarias. Segundo Rodrigues (2007),

A atual trajetória da educação superior brasileira vem efetivamente se adequando ao quadro mais geral das transformações do capitalismo tardio. As instituições de educação superior (IES) – privadas e públicas – vêm, de uma maneira ou de outra buscando moldar-se ao *télos* economia competitiva. Com efeito na década de 1990. Nesse sentido, pode ser nitidamente detectado uma tendência com duas faces de as IES privadas se transformarem em efetivas empresas de ensino, ou seja, de comercializarem a mercadoria-educação e, ao mesmo tempo, operarem o pensamento pedagógico empresarial no sentido de (com) formar uma força de trabalho de nível superior adequada ao *télos* economia competitiva, buscando adaptar-se o seu produto às demandas do capital produtivo. Em outras palavras, os empresários do ensino superior vêm buscando ampliar os seus negócios, identificando educação-mercadoria com mercadoria-educação. (p. 15-16).

Na esfera estatal, nota-se que nas últimas décadas expandiram-se campi universitários, estaduais e federais, com cursos voltados, na sua grande maioria, para atender aos arranjos produtivos regionais e locais, que são implantados pelas grandes empresas nacionais e transnacionais. Frigotto (2011) contribui para a análise deste processo, observando a ampliação da parceria público privado no sistema educacional brasileiro.

No âmbito da educação profissional, técnica e tecnológica, centro de grandes disputas na Constituinte, na LDB e no Plano Nacional de Educação em prol de uma concepção não adestradora e tecnicista e de sua vinculação jurídica e financiamento públicos, esta foi se constituindo na grande prioridade da década, sem alterar, todavia, seu caráter predominantemente privado. Certamente, a opção pela parceria do público com o privado não favorece a reversão da dualidade educacional. (p. 241).

O que se percebe, de acordo com Saviani (2009), é que há, na conjuntura atual, uma subordinação da política social à política econômica. A política social tem sido atrofiada, pois o Estado opera de acordo com as leis do mercado de custo-benefício e no que se refere à política de Ensino Superior, esta está cada vez mais dissociada do interesse público, da solução de problemas sociais e associada aos interesses do grande capital. O processo de empresariamento da educação é cada vez mais crescente e tem contado com o estímulo do próprio Estado.

[...] o crescimento da iniciativa privada no campo educacional, que não vem acontecendo pela “mão invisível” do mercado, é fruto de uma política relativamente clara dos governos democraticamente eleitos, em plena sintonia com as orientações de organismos multinacionais, como o Banco Mundial Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, mais recentemente, da organização Mundial do Comércio (OMC). (RODRIGUES, 2007, p. 17-18).

Essa incidência planejada, que articula interesses empresariais ao papel do Estado na promoção da política de Ensino Superior, iniciada no governo FHC e implementada nos governos Lula e Dilma, teve por base muitas das diretrizes preconizadas pelo Banco Mundial, como, por exemplo, o documento *La enseñanza superior* (1995), que recomenda: incentivar a diversificação e diferenciação das IES e dos cursos; promover a expansão da educação superior por meio da oferta privada; adotar programas de educação à distância; diversificar as fontes de financiamento; implementar mecanismos de financiamento estatal em consonância com critérios e metas de desempenho das IES públicas; ampliar quantitativamente a relação professor/aluno; combater a evasão e a repetência; exigir maior transparência das IES nos gastos provenientes dos fundos públicos; incentivar programas de pesquisa que busquem a articulação entre indústrias e universidades; promover o acesso de grupos minoritários à educação superior; instituir e fortalecer programa de bolsas estudantis em IES privadas (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010). Neste sentido, ainda que seja possível afirmar que os

governos Lula e Dilma ampliaram o acesso ao Ensino Superior, não se diferenciaram na melhora da qualidade do ensino oferecido e aprofundaram uma política ajustada ao projeto neoliberal.

3 ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E TERRITORIAL DO MARANHÃO E A EXPANSÃO DO CAPITAL

Oh, senhor cidadão,
eu quero saber,
com quantos quilos de medo,
se faz uma tradição? (TOM ZÈ)

Incalculáveis quilos de medos, materializados no agir destrutivo dos colonizadores, que em nome de seus Estados-Nação invadiram territórios em diferentes regiões do mundo e, de forma coercitiva, impuseram sua filosofia, sua religião, sua etnia, seu sexo, sua ciência, sua economia, sua forma de ver e agir no mundo, a partir das leis que regem o sistema capitalista: propriedade privada, extração da mais-valia, mercantilização e lucro.

Fortemente marcada pela opressão, exploração, expropriação e extermínio, a história do Maranhão, mesmo possuindo a sua especificidade, se confunde com a do restante do país e com a de outras regiões do mundo colonizado. A partir de 1612, segunda metade do século XVII, o estado é inserido na dinâmica internacional de colonização, em que os países europeus buscavam, de forma exacerbada, o domínio de novos territórios para ampliação de seus mercados e do lucro.

Do ponto de vista histórico, ou seja, econômico, social e político, sabemos porque se realizaram as grandes navegações, as conquistas e a colonização. Sabemos que são elas constitutivas do capitalismo mercantil: a colonização europeia moderna aparece, em primeiro lugar, como desdobramento da expansão puramente comercial. Foi no curso da abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil europeu que se descobriram as terras americanas. (CHAUI, 2013, p.56).

Mesmo que no Maranhão a finalidade primeira da colonização tenha sido a garantia do controle e posse de terra para a Coroa Portuguesa e não o povoamento e as atividades produtivas, interessava aos colonizadores a força de trabalho e a escravização dos nativos, até mesmo como possibilidade de transformar o indígena em uma mercadoria a ser comercializada no mercado de escravos. De acordo com Feitosa, o “índio tornou-se, assim um ‘material’ extremamente rendoso a todos que, inescrupulosamente, no âmbito da aliança burguesia comercial - Estado português, passaram a atuar, como dominantes, no processo de colonização do Estado do Maranhão” (1998, p. 20).

A mão de obra escrava negra foi incorporada ao Maranhão a partir de 1755, juntamente com o nascimento da Companhia Geral de Comércio Grão-Pará e Maranhão, que mesmo sendo

empresa privada, recebia benesses do Estado português para desenvolver atividades produtivas, transportar e comercializar a produção. Esse é o período em que se percebe de forma mais evidente a participação objetiva do capital mercantil na capitalização da Companhia e a estruturação, de forma mais consolidada e promissora, das atividades produtivas e de comercialização no estado. Atividades marcadas desde então pelo monocultivo e produção para exportação. Feitosa, enfatiza que:

O capital mercantil, ao capitalizar essa Companhia, passa a fomentar na colônia os negócios relativos ao cultivo e comercialização do algodão, além do que proporciona mudanças nas relações locais de trabalho ao introduzir o negro escravo africano como força de trabalho no plantio e colheita de algodões e arrozais, ao tempo em que, como o mesmo, implanta um mercado movimentado de escravos, interligando-se ao sistema internacional de tráfico desses homens e mulheres que, a contragosto, aqui chegaram da África. (1998, p. 32).

As exportações foram crescentes no Maranhão, marcadamente dos anos de 1760 a 1870, assim como também cresceu o número da população, tanto que, antes da metade do século XIX, São Luís chegou a ser a quarta cidade brasileira em população. O modelo agroexportador inseriu o Maranhão nas tendências mundiais de expansão da economia capitalista, fazendo com que o estado cumprisse um papel importante, naquele período, na nova divisão internacional do trabalho como fornecedor de alimento e matéria-prima.

A fórmula que articula crescimento e desigualdade, intensificou o processo de dizimação dos indígenas, a exploração da mão obra escrava, a destruição da biodiversidade, concomitante ao avanço da urbanização, ao aparecimento dos primeiros centros de produção e comercialização, sobretudo do algodão, alterando a paisagem geográfica, sociocultural e política, delineando substancialmente as características atuais do estado. Após experimentar um período de relevância socioeconômica no cenário nacional e internacional, característico de uma economia dependente,

Iniciamos o século XX no Maranhão, diferentemente do eixo Rio-São Paulo, submergidos numa profunda crise sócio econômica. Não havíamos descoberto nenhum produto de consumo universal, com demanda garantida interna e externamente, que se tornasse capaz de auto-sustentar o nosso desenvolvimento, como tornou-se o café para aquela macrorregião brasileira... (FEITOSA, 1998, p. 51).

Por uma questão de sobrevivência, em função da crise socioeconômica que se aprofundou no Maranhão no início século XX, o estado se voltou para a produção de alimentos. Em outras regiões do país começava a nascer o capitalismo industrial e a nível internacional o capitalismo atingia sua fase superior, o Imperialismo. Apesar da produção artesanal e das condições de produção desfavoráveis, os agricultores, ainda assim, conseguiam produzir um excedente capaz de garantir alimentos agrícolas para comercialização. Desta forma, o estado

cumpriu um papel importante no barateamento do custo da força de trabalho urbana.

A inserção do Brasil, e consequentemente do Maranhão, na dinâmica do capitalismo internacional o levou a diferentes processos de ocupação territorial, desde a Colônia à República, envolvendo a disputa entre as potências, Portugal, França, Holanda e Inglaterra e a escravização dos indígenas e africanos.

O Maranhão surgiu no cenário econômico da colônia no século XVII, em plena vigência do Mercantilismo, por isso é necessário conhecer como se deu sua inserção no mercado internacional, marcada pelos monopólios da coroa portuguesa, desde a expulsão dos franceses em 1615 até o *boom* do algodão no último quartel do século XVIII, que possibilitou a acumulação de capital necessária para a industrialização iniciada no último decênio do século XIX, principalmente em São Luís, Caxias e Codó. (PEREIRA FILHO, 2015, p. 02).

Em termos de conformação territorial, o Maranhão passou por oito mudanças político-administrativas, sendo que a sua conformação atual se deu somente a partir de 1920. Os fatores de mudança se aproximam da reflexão de Harvey (2004, p. 127), quando afirma que, “toda formação social, ou território que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais [...]”.

Estas mudanças se tornaram mais expressivas a partir da década de 1940, quando as políticas territoriais ganham força no estado, com abertura de rodovias e ferrovias, visando a colonização do que se entedia como vazios demográficos. Vários projetos foram desenvolvidos em diferentes regiões, alinhados aos interesses nacionais e internacionais. O Estado brasileiro, que atuou desde sempre como agente do capitalismo no Maranhão, assume nesse período um papel estruturante, pois é quem detém as tecnologias e a estrutura, é o construtor dos grandes sistemas de engenharia, quem responde pelo patrimônio natural, gesta os fundos públicos voltados para os territórios, além de ser quem induz e articula a ocupação territorial pelos projetos do capital. Reflexão que comunga com a discussão de Ferreira (2008):

Essas políticas territoriais, pois, imprimiram novo dinamismo econômico, (substituição da coleta indígena, extrativismo caboclo, pela pecuária, grandes empreendimentos e industrialização) e espacial (a densidade demográfica salta de 4,86 habitantes/km² em 1950 para 16,91 habitantes/km² em 2000) visto que, além da área exigida para as mesmas, houve a redefinição do papel das cidades (existiam 90 em 1970, que ascenderam para 217 em 2001) na rede urbana maranhense a exemplo de (Açailândia, Santa Inez e Balsas) e impôs a situação estratégica desse estado e de São Luís especificamente em relação aos interesses nacionais devido às condições naturais do Complexo Portuário da baía de São Marcos, no concernente ao mercado externo, e a articulação com outras macrorregiões e unidade da Federação. (p.23).

Pós 1960, o modelo de desenvolvimento territorial, pautado em grandes empreendimentos econômicos financiados pelo capital nacional e internacional se ampliou com

avidez no Maranhão, tornando-se hegemônico. Estes empreendimentos optaram, prioritariamente, tanto pela produção extensiva de monoculturas com uso de agrotóxicos, como pela exploração e apropriação das riquezas naturais e minerais por meio das grandes empresas nacionais e transnacionais. Horácio Carvalho Martins (2009), aborda com muita clareza as formas como estes conglomerados econômicos, nacionais e transnacionais, se relacionam com a biodiversidade e com os povos de cada região.

Assim também o são os bens comuns dos povos e da humanidade, como as reservas da biosfera, a água doce e a do mar, as reservas indígenas, as terras devolutas ou dos governos, o litoral, as florestas e outros biomas, etc. Todos eles são considerados como ativos potenciais (reserva de valor disponível) que estão sendo disputados pelos grandes conglomerados econômicos transnacionais. A expansão capitalista em todo o mundo busca se apropriar, pelas vias legais ou não, desses ativos potenciais objetivando a realização de negócios com os menores custos relativos na obtenção de insumos e na utilização da força de trabalho. (CARVALHO, H. M., 2009, p. 11).

No atual contexto, o agronegócio vem se fortalecendo e se consolidando no campo maranhense, com a utilização do aparato estatal através da parceria público privado. Modelo hegemônico no que se refere ao desenvolvimento da agricultura, o agronegócio está “[...] baseado no trabalho assalariado, em grandes corporações, na produção monocultora em grande escala para exportação. Este modelo é defendido pelas corporações, pela maior parte da sociedade em geral e pelos governos” (FERNANDES, 2015, p. 159).

No tocante ao Estado, em esfera nacional, estadual e local, este oferece às empresas nacionais e transnacionais do agronegócio e do mineronegócio condições necessárias para que as mesmas se estruturam, garantindo-lhes financiamento, pesquisas e formação profissional nas instituições públicas de ensino. Fica com isso evidente uma das características do Estado capitalista, como bem apontado por Wood (2006): “[...] el capital internacional necesita del Estado más que nunca para organizar los circuitos económicos que el capital no puede manejar por sí mismo. Porque el capital depende, tal vez hoy más que nunca, de un sistema global de estados [...]” (p. 42).

Essa breve abordagem sobre a formação socioeconômica do Maranhão, compõe o objetivo e preocupações desse segundo capítulo, que pretende discutir a expansão do capital no campo maranhense e a ingerência do Estado e das políticas públicas na conformação das históricas relações sociais que se reproduzem neste estado. Buscamos fazer esta reflexão com o entendimento de que, mesmo que esta história aconteça entrelaçada ao contexto nacional, há uma especificidade na formação social, produção de riqueza e distribuição da renda no Maranhão, que está relacionada com a característica gananciosa e predatória das oligarquias

locais, cujas determinações políticas sempre foram tomadas em função de interesses próprios e manutenção de seus privilégios.

3.1 O papel das relações sociais na constituição do Estado e das políticas públicas no Maranhão

Uma análise da constituição do Estado e da política pública no Maranhão, sem considerar sua formação social e ocupação territorial, pode ser insuficiente para compreendê-lo, pela complexidade da materialidade que compõe a especificidade desse território. Numa simples busca pelo significado do nome Maranhão, é possível encontrar diversas interpretações etimológicas. Dentre as tantas significações, alguns autores o relacionam com um “emaranhado de canais costeiros”. De acordo com Meireles (2001), todas as definições nos levam a acreditar que a derivação do nome dessa terra, banhada por água, veio do rio.

Todavia, o Maranhão é mais um lugar produzido e reproduzido a partir da necessidade de expansão e acumulação capitalista. Como bem nos esclarece Harvey (2005a):

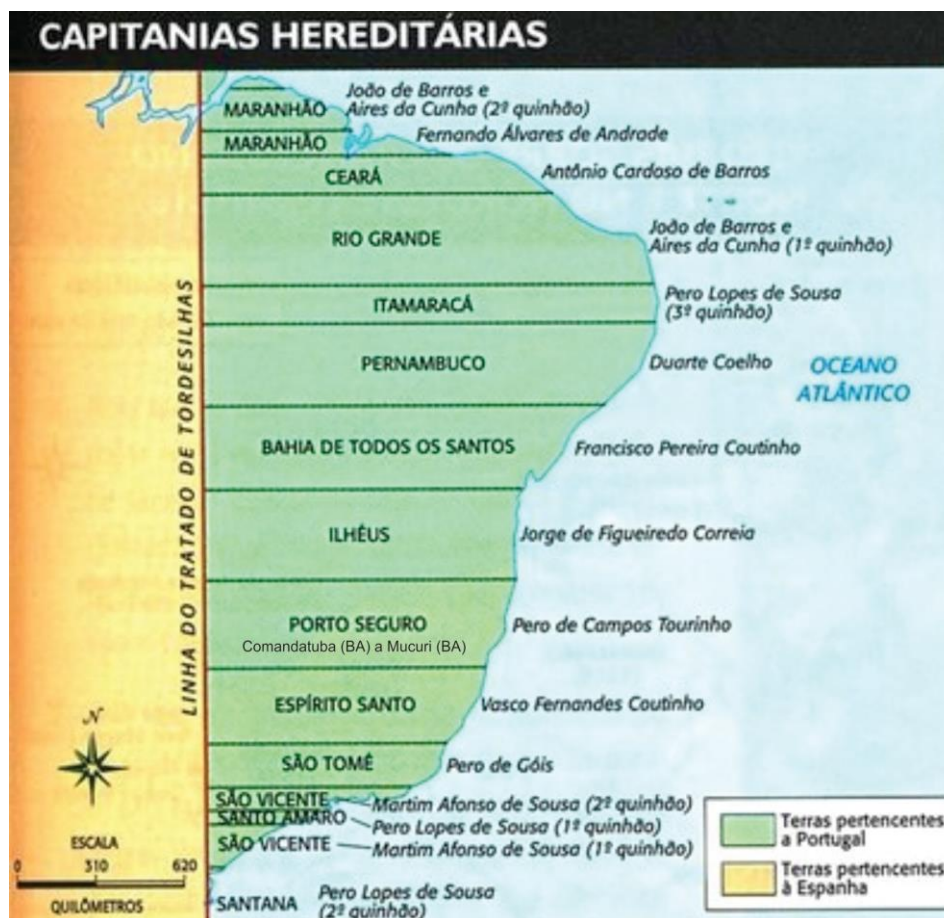
[...] a paisagem criada pelo capitalismo é vista como um lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos no capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico. (p. 53).

Essas transformações no espaço maranhense são expressivas e contraditórias e para um melhor entendimento dessas contradições é necessário recorrer à história de como esse território vem sendo formado.

A partir do Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia o mundo entre Portugal e Espanha, foi instituído que o território brasileiro pertencia aos portugueses. As capitanias hereditárias foram o meio utilizado por Portugal para controlar o território colonizado, instrumento que vigorou no Brasil de 1534 até 1548.

As **capitanias hereditárias** eram uma forma de administração do território colonial português na América. Basicamente eram formadas por faixas de terra que partiam do litoral para o interior, comandadas por donatários e cuja posse era passada de forma hereditária. Por motivos de melhor aproveitamento para a administração da colônia, a Coroa Portuguesa delega a exploração e a colonização aos interesses privados, principalmente por falta de recursos de Portugal em manter a sua colônia de além mar. (SILVA, 2008, p.7, grifos do autor).

Figura 1 - Capitânicas Hereditárias do Brasil



Fonte: Marcos Júnior (2013).

Mesmo Portugal tendo as Capitânicas como mecanismo de controle, foram os franceses os primeiros a iniciarem o processo de colonização na Ilha do Maranhão, em 1594. Encontraram tantas riquezas que voltaram dispostos a convencer a França das vantagens de colonizar essas terras, visando a exploração econômica. Em 1612, fundaram a capital São Luís e seu nome é uma homenagem ao rei da França, Luís XIII.

Na estratégia de colonização do Maranhão pela França estava clara a submissão dos nativos pelo Estado. Para materializar essa estratégia, incluíram o estabelecimento de uma Feitoria, visando submeter os nativos, introduzindo novos valores socioculturais, a catequese, a exploração econômica e o domínio do território. A exploração econômica do Maranhão pelos franceses iniciou-se com a plantação de tabaco, algodão e canafistula e chegaram a enviar esses produtos para Europa em um curto espaço de tempo. A invasão do Maranhão pelos franceses chamou a atenção de Portugal e preocupou o então governador geral do Brasil, Dom Diego Botelho (1608-1612), que defendeu a imediata colonização da Capitania do Maranhão.

Em 1615, os portugueses tomaram o forte de em São Luís e retomaram o controle do

território, delegando a tarefa de direção dos negócios públicos do Maranhão ao 1º Capitão Mor Gerônimo de Albuquerque, que assumiu, em 1616, e a dirigiu por dois anos. Preocupado em garantir o controle da colônia, Portugal dividiu o território em dois Estados: Estado colonial do Maranhão, envolvendo (PA-PI-MA, região norte e parte do centro oeste) e Estado do Brasil. Esta divisão, que vigorou durante 31 anos, visava um melhor controle, exploração e expropriação das riquezas do território brasileiro.

Os portugueses necessitavam manter o controle do território para explorar e se apropriar das riquezas. As técnicas utilizadas por eles, sobretudo na agricultura, eram de natureza tão incipiente, que sem a mão de obra escrava e a devastação extensiva da biodiversidade seguramente não teriam sido tão rentáveis. Os ousados colonizadores estavam habituados a conseguir riqueza fácil, sem muitos esforços e no Brasil essa ousadia combinou: *tanta terra, tanta terra, tanta terra* para devastar e corpos escravos para trabalhar. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda:

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço efetuado, de resto com as mãos e os pés do negro-, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário as diferentes operações. (1995, p. 49).

No Maranhão, as disputas entre Portugal, França, Holanda e Inglaterra foram frequentes. Em 1638, o território foi invadido pelos holandeses, período em que as primeiras ações territoriais já estavam sendo instaladas por parte de Portugal, com a introdução do gado e a instalação dos primeiros engenhos. A invasão holandesa durou 27 meses, até serem expulsos pelos portugueses, mas durante esse período ampliaram a produção de aguardente, construindo mais engenhos.

Entre 1760 e 1770, houve um processo de retomada dos empreendimentos agrícolas no país. No Maranhão se intensificou a cultura do algodão, do arroz e do gado e estes empreendimentos se localizavam em diferentes regiões do estado. A pecuária se expandia na região de Pastos Bons, o arroz na região de Carolina e o algodão na baixada maranhense. Intrínseco à exploração econômica nessas regiões e através desses empreendimentos em expansão, estava o conflito e extermínio dos nativos e a incorporação da mão de obra escrava dos negros, vindos da África. Caio Prado Junior (2006), definiu esse período da história do Brasil como renascimento agrícola da Colônia, período em que algumas culturas, como a do algodão, se disseminam por diferentes regiões do país.

[...] o país inteiro será atingido pelo *boom*, e alinhar-se-á entre os grandes produtores mundiais de fibra. Mas será mais que momentâneo o acesso. Com o declínio dos preços que se verificará ininterruptamente desde o começo do século XIX, consequência sobretudo do considerável aumento da produção norte-americana, e do aperfeiçoamento da técnica que o Brasil não acompanhou, a nossa área algodoeira vai-se restringindo; e estabilizar-se-á com índices muito baixos, em dois ou três apenas. (PRADO JUNIOR, 2006, p. 82).

A intensificação da exploração econômica e a ocupação territorial maranhense se deparam com o limite do transporte e da comunicação. Demanda que foi colocada por quem estava à frente dos negócios, a Companhia do Comércio Grã Pará Maranhão (1758-1788), como um empecilho para o avanço dos empreendimentos. Fatores como estes, eram vistos como entraves determinantes para o avanço da economia maranhense. Como afirma Tribuzi (1981), tratava-se de uma economia comandada “de fora para dentro”, que trazia em si as raízes de sua decadência, por não haver preocupação com as demandas do desenvolvimento local, que girava em torno de poucas famílias e quase toda a renda era destinada a Metrópole. Com a intensificação da produção da cana, gado e algodão, a escravidão indígena foi sendo substituída pela africana e, parafraseando Caio Prado Junior (2006), o *algodão* apesar de *branco*, tornará preto o *Maranhão*. Segundo Ferreira (2008), em 1821, na Província – MA habitavam 152.283 mil pessoas, destes, mais de 50%, eram negros africanos. De acordo com o censo do IBGE (2010), os negros hoje são maioria, cerca de 74% da população maranhense.

A dizimação, submissão, escravidão-mercadoria, monocultivo, o engenho, a cana, o melado, a aguardente, o açúcar, a exploração são parte da formação social e ocupação do território maranhense e da constituição do país. Essa estrutura desigual tem instigado pensadores e poetas a produzirem diferentes maneiras de refletir e questionar este processo. O poema “O açúcar”, de Ferreira Gullar, de forma surpreendente, faz alusão à exploração:

O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema, não foi produzido por mim, nem surgiu dentro do açucareiro por milagre. Vejo o puro e afável ao paladar como beijo de moça, água na pele, flor. Que se dissolve na boca. Mas este açúcar, não foi feito por mim. Este açúcar veio da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia. Este açúcar veio de uma usina de açúcar em Pernambuco ou no Estado do Rio e tampouco o fez o dono da usina. Este açúcar era cana e veio dos canaviais extensos que não nascem por acaso no regaço do vale. Em lugares distantes, onde não há hospital, nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome aos 27 anos plantaram e colheram a cana que viraria açúcar. Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã em Ipanema. (GULLART, 1980, p. 227).

Essas marcas da opressão permanecem ainda hoje e são ainda mais latentes no povo indígena e negro, pois desde a gênese do país sofreram castigos diários para trabalhar, foram mutilados, dizimados, queimados vivos, outrora e agora, em nome do que traz o nome de

“civilização e modernidade”. Os processos considerados como ruptura, na verdade não romperam com a cultura da colonização. É nessa contradição que se dá a formação do povo brasileiro. Encontramos em Darcy Ribeiro uma notável definição, que trata da subjetividade desses sujeitos. Mesmo que o autor hegemonize a descrição da forma de sentir como algo igual para todas as classes, o que não deve ser, ilustra de maneira ímpar, o tipo de ser humano forjado a partir da experiência da escravização, submissão e exploração.

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através dos séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicados. Todos nós brasileiros, somos a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente sensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos, seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade dos homens, sobre as mulheres, sobre as crianças convertidas em pastos de nossa fúria. (RIBEIRO, 1995, p. 120).

O Maranhão não aderiu de imediato à independência do Brasil, pois possuía uma burguesia que residia no norte do estado, mas precisamente na capital São Luís, cercada por latifundiários escravagistas, que consumiam artigos de luxo europeus e mandava seus filhos para estudar em Portugal, e que, fiéis a isso, ficaram ao lado da Metrópole nas guerras da independência, o que levou o estado a aderir à Independência somente um ano depois. Durante o Império, as ações de colonização continuavam no estado e no país de forma ainda mais evidente. Frente à proibição da escravidão indígena, uma das estratégias durante o Império foi criar as missões e diretorias indígenas, com a presença de um missionário e um diretor, que teriam a tarefa de catequizar e ensinar os indígenas a trabalhar, usando inclusive a coerção se preciso fosse.

Um dos objetivos das missões era incentivar a catequese, baseado na compreensão dos governantes de que o aprendizado das máximas da religião cristã possibilitaria o acesso à civilização. As diretorias visavam também a segregação dos indígenas, impedindo o contato dos índios com as pessoas que pudessem transmitir-lhes uma imagem negativa da sociedade brasileira. Outra estratégia foi a criação de assentamento de estrangeiros, que não obteve o resultado esperado e a consequência foi a geração de mais pobreza e desigualdade. A própria guerra da Balaiada (1838-1841), que agregou os explorados contra a política econômica no Maranhão, colocou em cheque o Império, por não apresentar avanços em relação ao regime anterior.

Com o declínio da economia pós Balaiada, o incremento da cana de açúcar contribuiu gradualmente para aspiração de ventos novos de “modernização” da economia no Maranhão.

O que se expressava materialmente no aparelhamento do Estado, com o surgimento de instrumentos que não existiam até então: instituição de estabelecimentos bancários (oriundos da articulação do capital comercial com grandes firmas portuguesas) e Companhia de Navegação a vapor, que representava um avanço significativo no sistema de transporte e comunicação. Com esse processo, amplia-se a indústria têxtil em São Luís, porém, esse conjunto de iniciativas, que aparentemente foram as mais contundentes na tentativa de investimento e desenvolvimento local e regional, não foram potencializadas pelos empresários e governantes. Segundo Feitosa (1998):

O Engenho Central e as fabricas têxteis apresentavam-se como tentativas de ajustes regionais e locais, que propuseram alternativas à crise que se abateu sobre o modelo agroexportador maranhense. Não passando de tentativas, expressaram uma falta de compreensão empresarial e de política de governo da província imperial do Maranhão em relação ao encaminhamento dos investimentos locais, de forma que tudo aquilo que apresentou riqueza para a História da Economia do Maranhão, entre 1755 e 1900, a partir de então se transformava em ruína e desemprego dos fatores de produção. (p. 48-49).

O Maranhão inicia o século XX numa profunda crise econômica, o que demonstrava claramente a fragilidade da economia agroexportadora e a dependência da descoberta de algum produto de consumo universal para se sustentar. Neste novo cenário, a produção agrícola desenvolvida pelos pequenos agricultores em unidades familiares ganha importância na geração de oportunidade e renda para a população maranhense. Todavia, é a produção de babaçu que volta a atrair o mercado internacional através das empresas estrangeiras (norueguesas, belgas, francesas e norte americanas), fazendo com que o estado torne a se destacar pela produção da gordura vegetal.

As exportações dos produtos do babaçu se revelaram favoráveis ao Maranhão até 1935, tendo como consequência direta o aumento da superexploração dos trabalhadores, sobretudo, dos que tinham a tarefa de produzir alimentos para baratear os custos da força de trabalho dos centros urbanos industriais.

Depois da queda do parque fabril têxtil maranhense, veio o óleo de babaçu, mas este nem uma classe assalariada formou, pois usou como *neoescravas* as quebradeiras de coco que, com jornadas aviltantes e ganhos abaixo de suas condições de subsistência, representaram outro exemplo da superexploração. (PEREIRA FILHO, 2015, p.13).

As políticas territoriais se intensificaram e ganharam destaque nacionalmente a partir da criação do Estado Novo (1937-1945). Retoma-se a nível nacional a ideia de colonização e, a partir do decreto 3.059/1941, cria-se seis colônias agrícolas nacionais com o objetivo de fixar proprietários pobres, trabalhadores rurais e, excepcionalmente, estrangeiros, baseados no discurso do desenvolvimento regional e integração nacional. O Estado Novo produziu grandes

expectativas de mudanças de ordem econômica e na estrutura do sistema político do Brasil, o que só veio a se efetivar muito parcialmente. Como aponta Prado Junior (2006, p. 301):

[...] o país ingressa numa fase em que a par do crescimento, sob certos aspectos, de suas forças produtivas e de diversificação de atividades econômicas – em particular no que diz respeito ao progresso industrial – se verificarão acentuados e crescentes desequilíbrios e desajustamentos que se prolongam na vida social e política [...].

A própria experiência das colônias agrícolas só trouxe mais desequilíbrio ao Maranhão. A maior concentração destas estava em Goiás e Mato Grosso, mas uma das colônias, a de Barra do Corda, ficava no estado e não se materializou como estratégia para promover o desenvolvimento econômico. Mesmo com o estímulo de doação de até 50 hectares de terra, a colônia não vingou, pois não havia outro tipo de incentivo e o processo de regularização era muito lento. Porém, houve grupos que permaneceram e se beneficiaram com a expropriação de terras e com o deslocamento de aldeias indígenas da região.

A imposição das políticas territoriais no Maranhão foi, aos poucos, alterando sua estrutura espacial. Estas políticas seguem sendo implementadas entre 1942 a 1962, a partir de estratégias nacionais e regionais, reproduzindo basicamente o mesmo discurso: integração, povoamento, desenvolvimento econômico e integração da Amazônia Oriental ao restante do país. Todavia, a questão principal não estava explícita: a absorção de parte do excedente da força de trabalho do Nordeste. Todas as ações mantinham e reproduziam esta mesma lógica e objetivos. Com isso, as mudanças que foram ocorrendo no estado visavam apenas expandir o capital para ampliar a acumulação. Concordando com Harvey (2005a), que a acumulação é “o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (p.41).

Essas reformas continuaram sendo propostas no estado e, após 1966, um novo projeto denominado de “Maranhão Novo” entra em curso, através da eleição do governador José Sarney. Eleito com o apoio da população pobre e do empresariado, seu discurso nomeava o estado como Maranhão “liberto” das mazelas e domínio do grupo político de Vitorino Freire, que estava há mais de vinte anos no poder. A partir de então, entre 1966 a 1970, inicia-se um projeto de colonização exclusivo do estado, denominado de PPC - Projeto Pioneiro de Colonização. Concordando com Azar (2011, p. 5),

O projeto de colonização do governo não beneficiou nem resolveu, em absoluto, as condições de domínio, exploração e miséria em que se encontrava o lavrador. Todos os grandes investimentos que foram feitos pelos governos estadual e federal tiveram como foco o desenvolvimento pecuarista na região. E o que era entendido por modernização do setor acabou por se revelar um sistema de exploração danoso e

violento contra as famílias camponesas.

As ações que foram desenvolvidas pelo referido projeto deram materialidade para a atual estrutura fundiária do Maranhão. A primeira medida foi a criação da SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, a partir do decreto nº 2.669/66, órgão que controlava a política estadual de incentivos fiscais e tinha a função de coordenar e controlar a política de desenvolvimento econômico e social. Ainda em 1966, criou-se o Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento do Governo – GTAP, decreto nº 3.178/66, responsável pela elaboração e controle da execução do programa governamental, que transformou as terras maranhenses num grande balcão de negócios.

Para disciplinar a ocupação, titular as áreas de terras devolutas, facilitar a venda sem licitação e a criação de sociedades anônimas para adquirir grandes extensões de terra, o programa adotou o discurso de regularização da situação fundiária no Maranhão, elucidando o lema: Maranhão liberto, mas para quem detinha o poder econômico e político. Para isto, previu mais duas medidas decisivas no PPC: a criação da reserva estadual de terras e seus órgãos e as delegacias de terras no interior do estado, a partir do decreto nº 3.831/1968 e da criação da Lei nº 2.979/69, que autorizava ao governo a venda de terras devolutas do Estado, em grandes extensões, simplesmente com um requerimento.

Esse conjunto de iniciativas foram sendo efetivadas e divulgadas como ideia de progresso e modernização e criou grandes expectativas na população maranhense de que estava em curso a construção de um novo Maranhão. Porém, essa construção do “novo” não incluía nenhuma política voltada para o desenvolvimento local, pensada a partir das necessidades e característica do povo e da biodiversidade maranhense. Ao contrário, foi a partir de então que tiveram início os médios e grandes empreendimentos agropecuários no estado, combinando os atrativos fiscais oferecidos pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) ao estímulo à especulação fundiária por grupos empresariais com a participação ativa do Estado.

A atual situação social e econômica do estado começa se desenhar a partir dos anos de 1960 e 1970, com uma nova política fundiária adotada. Nesse novo contexto, uma política de “modernização” do Maranhão garante financiamentos públicos para um incipiente capitalismo com investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na agropecuária e no extrativismo vegetal e mineral, momento em que as comunidades tradicionais passaram a ser um empecilho à plena execução desses projetos. (CDVDH, 2011, p. 28).

Percebe-se que as políticas territoriais desenvolvidas pelo Estado, desde o período colonial aos dias atuais, contribuíram para manter uma estrutura fundiária fortemente

concentrada, pois foram ações pensadas para beneficiar uma minoria da população. Entende-se que a questão agrária expressa a própria história da formação socioeconômica e política e as relações sociais estabelecidas no Maranhão, delimitando o lugar que cada grupo e/ou indivíduo deveria ocupar.

No Maranhão contemporâneo, o território tem sido objeto de intervenção direta do Estado a partir de diretrizes federais que impõe novos elementos e conteúdo. Esses, por sua vez, revelam dinamismo vinculado a modernização da economia e do território em função dos diferentes usos e objetivos definidos em que, para efeito de análise e apreensão da reorganização do espaço, as políticas territoriais são um elemento central. (FERREIRA, 2008, p. 182).

Essa breve contextualização revela que nos vários períodos da história do Maranhão, encontramos traços de opressão, exploração predatória e subserviente, superexploração e apropriação das riquezas por uma minoria, refletindo a própria formação do território nacional. Esse desenvolvimento e comportamento subserviente dizem respeito à ação do Imperialismo e no qual o Brasil tinha/tem lugar definido. Prado Junior (2006), destaca com muita clareza esse lugar na estratégia imperialista, que continua bastante atual,

A descrição das atividades do capital financeiro internacional no Brasil é naturalmente sumária e só exemplificativa. O imperialismo em conjunto representa muito mais do que isto, porque não se define somente pela inversão ocasional de capitais nesta ou naquela atividade. Ele forma um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo, em que tais inversões não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto. O Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. (p. 277).

No atual período, o Maranhão ainda é considerado como um dos estados de maior população rural do país. Ocupando uma área de 331.983,293 Km², possuindo uma estrutura política constituída por 217 municípios e uma população de 6.569.683 habitantes, sendo que desse total 3.310.823 são mulheres e 2.425.955 vivem na zona rural (CENSO, 2010). Sua estrutura fundiária evidencia as benesses que foram oferecidas à classe dominante local e aos empreendimentos nacionais e multinacionais, tendo o Estado como ferramenta de operacionalização dessa relação de favorecimento de uma classe em detrimento da outra. Um Estado que reproduz uma estrutura social desigual, através de um claro processo, que continua atual: a combinação de coerção e convencimento da população. Como define Harvey (2005a):

A democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dos governados; no entanto, ao mesmo tempo, tem de expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações.

(HARVEY, 2005a, p.85).

Para expropriar, apropriar, concentrar terras e riquezas, manter o mandonismo oligárquico de herança colonial e os privilégios da minoria, o Estado dispõe de uma mídia privada e de um poder jurídico que legisla a partir dos interesses da classe política e economicamente dominante. Nas relações sociais que foram estabelecidas no Maranhão, que entrelaçam formação do Estado e sociedade civil, nota-se uma clara fragilidade no sistema político e jurídico para assegurar direitos sociais, assim como também é frágil a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, na luta, mobilização e pressão pelo acesso a políticas públicas estruturantes. As facilidades oferecidas pelo Estado e fragilidade das organizações de trabalhadores e trabalhadoras favorecem o avanço do capital no estado, pois, como alerta Harvey (2005a, p. 69): “a sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca”.

3.2 A expansão do capital no Maranhão: projetos em curso

Os grandes empreendimentos empresariais no campo maranhense se beneficiam da concentração fundiária, que, no Brasil, traz suas marcas ainda do período colonial e foi se aprofundando, principalmente por conta dos modelos de agricultura adotados, a exemplo da Revolução Verde, pós década de 1960, dos processos mais recentes de “modernização” da terra para empreendimentos agropecuários, financeirização da agricultura e também pela fragilidade cadastral, apropriação ilegal da terra e falta de tributação fundiária.

Mesmo com a fragilidade cadastral, os estabelecimentos rurais cadastrados expressam claramente a concentração fundiária no país. Segundo os dados do censo agropecuário, de 2006, o total de estabelecimentos rurais cadastrado no Brasil ocupa uma extensão territorial de 329.941.393 hectares, destes, apenas 2,36% estão nas mãos de quem tem menos de 10 hectares, 146.553.218 hectares estão concentrados nas mãos de proprietários que tem mil ou acima de 1.000 hectares.

Esses dados sobre a concentração possuem ainda uma dimensão importante, ou seja, a histórica demanda por terras no Brasil por parte daqueles segmentos que, mesmo centrando no meio rural suas expectativas de vida, produção, consumo e conquista da cidadania, sempre estiveram excluídos do acesso às mesmas, acesso que favoreceria uma distribuição mais equânime dos imóveis rurais, aliados aos processos de justiça social e democratização fundiária. (LEITE et al., 2004; LEITE e ÁVILA, 2007). (SAUER; LEITE, 2012, p. 506).

O Maranhão expressa e sintetiza a questão agrária nacional. Territorialmente extenso, situa-se na região Nordeste, num contexto de transição com o Norte. “No que se refere à concentração da estrutura fundiária é inerente à questão agrária e possui o índice Gini de 0,903. Assim como no Brasil, ela remonta ao distante período colonial, perdurando até os dias de hoje sob a faceta contemporânea da globalização (AZAR, 2011, p. 3). Apesar do potencial agrícola e pesqueiro e dos vastos recursos naturais, o estado ocupa os piores lugares nos indicadores sociais, seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é um dos mais baixos do país, ocupando a 26ª posição (0,647) e, segundo o Índice de Exclusão Social (IES), dos 100 municípios mais pobres do Brasil, 20 estão localizados no Maranhão (PNAD, 2012).

No campo, se encontram os mais baixos indicadores sociais, posto que da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo, 72,2% estão na zona rural, e a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos também é mais alta no campo (40,3%), enquanto a taxa estadual é de 20,8%. Ou seja, o Maranhão expressa exemplarmente as disparidades regionais existentes no Brasil, provenientes de uma herança histórica marcada por profundas contradições e antagonismo do sistema capitalista.

Os anúncios de mudanças no estado, majoritariamente estiveram a serviço dos grupos que o dominam política e economicamente. Os anos de 1995 e 2002, governo de Roseana Sarney marcou o início de mais um processo de redefinições políticas e administrativas no Maranhão, anunciadas como um “novo tempo”. Um “novo tempo” que promete progresso e desenvolvimento, mas que efetivamente só fez aumentar as desigualdades, a precarização das relações de trabalho e, por consequência, das condições de vida na cidade e no campo, com a implementação de políticas de “modernização” da agricultura e de privatizações de empresas estatais.

A proposta de reestruturação política e administrativa expressada nesse período demonstra uma aparente relação com as medidas macroeconômicas deliberadas no Consenso de Washington, em 1989, e que incidiram sobre os países da América Latina, especialmente no Brasil, redefinindo um novo modelo de desenvolvimento com a associação de capitais públicos aos das empresas transnacionais.

A ofensiva das empresas transnacionais que são controladoras das tecnologias dos OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) e aquelas que participam do oligopólio dos mercados de alimentos têm pressionado não apenas os governos nacionais, mas, sobretudo os organismos multilaterais como o FMI, Banco Mundial, FAO e outros de caráter regional, a incrementarem seus esforços para a facilitação das mudanças nas leis, normas e procedimentos que possam impedir o 'livre mercado' de seus produtos e serviços, neste caso em especial as tecnologias que mantêm sob domínio privados por patentes, mas que são ou deveriam ser de utilização pública

como as sementes. (CARVALHO, H. M., 2009, p. 05).

A redefinição da política administrativa no Maranhão favoreceu a expansão do agronegócio, estimulado pelo Estado com a política de incentivos fiscais para a “modernização” da agricultura, o que na prática se efetiva com a transferência de capital da indústria para a agricultura de monocultivo e uso de insumos químicos, junção entre o capital privado e público, privatização da terra, que ainda é considerada uma das maiores geradoras de renda no Brasil. Concordando com Silva (1982), “[...] é uma ‘modernização conservadora’ que privilegia apenas algumas culturas e regiões [...]. Nunca uma transformação dinâmica, autossustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado” (p. 40).

A expansão do agronegócio no Maranhão aumentou a hegemonia do capitalismo no campo. Sua ampliação em algumas regiões se deu vinculada ao projeto de mineração. Na região sul do estado, alguns projetos iniciaram seu processo de implantação ainda em 1996. Um exemplo emblemático deste processo foi o projeto Celulose do Maranhão (CELMAR), cujas pretensões e argumentos propagados na época seriam os de construir uma grande indústria de produção de celulose que garantisse emprego e renda. No entanto, dos anos de 1996 a 2010, o referido projeto, após ter se apropriado de terras férteis e bem localizadas para o plantio de eucalipto, converteu-se de possível produtor de celulose a produtor de carvão, destinado a alimentar os fornos das grandes siderúrgicas do município de Açailândia, onde acontece o processamento do minério de ferro pertencente à empresa Vale.

O projeto propagandeado pela empresa CELMAR, de implantar na região uma grande indústria de celulose, se reconfigurou com o surgimento de um novo mercado em expansão, articulando o agronegócio e a mineração. Este processo resultou em novas empresas, como a Ferro Gusa Carajás S/A, formada em consórcio entre a Vale e Nucor Corporation (siderúrgica estadunidense), que se apropriou dos plantios de eucalipto, antes pertencentes a CELMAR, passando a ser proprietária de grandes extensões de terras para a ampliação da plantação.

O monocultivo de eucalipto se transformou num ramo promissor de investimentos para os proprietários de terras, passando a compor substantivamente o arranjo produtivo da mineração, que teve início na região na década de 80, com o Programa Grande Carajás (PGC), criado pelo Governo Federal e serviu de base para instalação do setor siderúrgico na região.

O programa Grande Carajás foi concebido e administrado em Brasília, por uma comissão de ministros e seus assessores que se reuniam no Palácio do Planalto e provavelmente não conheciam a região; mas declaravam com exagerado otimismo

que, investindo 62 bilhões de dólares em dez anos, o Brasil passaria a exportar minerais brutos ou semi-acabados do distrito metalífero de Carajás, de modo a poder pagar o total de sua dívida externa, antes da virada do século. (VALVERDE, 1989, p. 22).

As empresas Viena Siderúrgica, (em operação desde 1988), Simasa e Pindaré (Grupo Queiróz-Galvão, 1993), Gusa Nordeste (Grupo Ferroeste, 1993) e Fergumar (Grupo Aterpa, 1996) são frutos desse processo e estão situadas no município Açailândia, onde fazem o processamento do minério que vem de Carajás, no Pará, transformando-o em ferro-gusa para exportação. A vinculação entre agronegócio e mineração se dá por um conjunto de fatores, entre eles o fato de que o aquecimento dos fornos destas siderúrgicas é feito pelo carvão vegetal oriundo do eucalipto. Segundo Kowarick (1995), tal empreitada exige enormes plantações de eucalipto, que sob o simpático nome de “reflorestamento” trazem graves impactos socioambientais para a região.

As florestas de eucalipto, que têm metade do rendimento médio das florestas da Amazônia e que exigirão 1 milhão de hectares de floresta plantadas por ano para atender só aos projetos de ferro-gusa (aprovados em estudo), irão requerer um plantio correspondente a 6 a 8 vezes essa área. Esta área de 6 a 8 milhões de hectares de florestas homogenia na região, sem dúvida, trará grandes impactos. (p 65.)

No atual contexto, o Maranhão passa por uma nova administração do poder executivo do estado. O então governador Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, se elegeu para o mandato de 2015-2018. Além de Jackson Lago, que se elegeu em 2006, em oposição ao grupo Sarney e foi cassado em 2009, o atual governador foi o segundo a romper com oligarquia que expropria o Maranhão há aproximadamente 50 anos. Trouxe como lema de campanha: “Maranhão de todos nós”, apresentando a proposta de um “Estado com Desenvolvimento e Justiça Social”. Todavia, apesar de ter principiado um conjunto de iniciativas de políticas de combate à pobreza; programas de incentivo à agricultura familiar, acesso à moradia, auxílio através de bolsas e implementação do programa Mais IDH², em execução nos 30 municípios de IDHM mais baixos do estado, os projetos definidos como prioridade para promover o desenvolvimento no Maranhão foram os grandes empreendimentos empresariais, o que dificilmente alterará a base da desigualdade, exploração e expropriação no estado.

Analisando as áreas de atuação da Secretaria de Estado Indústria e Comércio na gestão

2

O Programa faz parte do Plano de Ações Mais IDH – política de governo instituída pelo Decreto 30.612 de 2 de janeiro de 2015, com a finalidade de desenvolver ações para superar a pobreza extrema e as desigualdades sociais nos meios urbano e rural, nos 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM do estado.

atual, nota-se que algumas áreas de atuação definidas como prioritárias para a estratégia de crescimento e desenvolvimento já constavam no plano estratégico de desenvolvimento da gestão anterior, elaborado em 2014, pela SEDINC³, como os parques empresariais, que na sua grande maioria dependem de matérias primas extraídas do solo e subsolo maranhense. Estes continuam como prioridade no atual governo, contando com estímulo à participação de empresas privadas, através de programas como: Compras Governamentais, onde as empresas interessadas em fornecer produtos e/ou serviços para o Estado através de processos licitatórios podem realizar o seu pré-cadastro e Distritos Industriais, onde o Estado disponibiliza um mapa apresentando os distritos e parques empresariais mais promissores, oferecendo e esclarecendo os procedimentos de compra aos interessados.

Algumas cadeias produtivas apontadas pela SEINC⁴ como potenciais estruturadores e fomentadores da economia estadual são: açúcar e álcool, avicultura, carne e couro, mineração, energia renovável, indústria naval, construção civil, petróleo e gás, grãos, papel e celulose, prevendo investimentos bilionários nesses setores, a partir da parceria público privado. Só na construção de estrutura produtiva (parques empresariais), estava previsto o investimento, entre 2013 e 2015, de R\$ 116 milhões em obras, algumas em andamento nos municípios de: Caxias, Timon, Pinheiro e Imperatriz; e outras em fase de estudo nos municípios de: Rosário, São José de Ribamar, Codó, Chapadinha, Capinzal do Norte, Presidente Dutra, Santa Inês, Estreito, Coroatá, entre outros.

A pecuária (criação de bovinos) ainda se constitui como um setor que apresenta um potencial considerável no Maranhão. De acordo com os dados da SEINC, o estado ocupa o segundo lugar no ranking entre os rebanhos do Nordeste e o décimo primeiro no Brasil, com o rebanho bovino totalizando 7,6 milhões de cabeças e, a partir de 2013, o estado é declarado como zona livre de febre aftosa pelo Ministério da Agricultura. Apesar de existirem municípios em que a pecuária vem sendo substituída pela soja, o Estado tem investido na logística, aumentado o incentivo aos grandes produtores e potencializado as cidades maranhenses que investem na produção e na qualidade do rebanho bovino, principalmente no favorecimento das cadeias produtivas de carne e couro. A falta de incentivo e estímulo à cadeia do leite, exclui os pequenos produtores, que geralmente criam algumas cabeças de gado para obterem o leite, sem

3

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Disponível em: www.investe.ma.gov.br. Acesso em: 15/10/2017.

4

Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. Disponível em: <http://www.seinc.ma.gov.br/a-secretaria>. Acesso em 16/01/2017.

terem acesso a condições mínimas de garantia, nem mesmo ao resfriamento, para terem mais possibilidades de comercializar o excedente. Na produção empresarial, o setor continua oferecendo possibilidades de obtenção de alto lucro, pois a extensão territorial do estado permite a criação de bovinos, por meio de vários sistemas.

Uma outra área de atuação que apresenta grandes expectativas de atrair investidores para o Maranhão é a energia renovável. Os dados e informações apresentados pela SEINC indicam que o estado é líder em potencial de geração de energia renovável no país, tendo maior potencial para a energia eólica e maremotriz e é um dos maiores produtores de biomassa do Brasil. Nas informações da SEINC constam ainda que, em 2015, a empresa Ômega Energia anunciou um investimento em torno de R\$ 4 bilhões para a instalação de um parque eólico na região de Paulino Neves e Barreirinhas, com capacidade para gerar 800 MW de potência, o que contribuirá para a ampliação desse segmento. O uso do mar também se apresenta como possibilidade concreta de investimentos, o litoral maranhense, cujas amplitudes de marés atingem até oito metros, as maiores do país, tornam as condições favoráveis para a instalação de usinas. No que se refere à biomassa, o Maranhão aparece entre os dez maiores produtores do país, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE⁵. No segmento da energia solar, o governo tem incentivado o setor por meio de pesquisas e desenvolvimento e inovação em projetos.

O gás natural também tem reposicionado nacionalmente o Maranhão no tocante à produção de energia. O estado passou a ser considerado a mais nova fronteira de produção, podendo cumprir um papel estratégico nacionalmente. Os dados da SEINC apontam que, com os 22 novos blocos descobertos na Bacia do Parnaíba, 11 deles já arrematados em leilão em outubro de 2015, o potencial energético do Maranhão ganha destaque no país justamente no momento em que o Brasil vive uma crise energética. Nesse contexto, a geração de energia através de outras fontes, como o gás natural, é cada vez mais valorizada para amenizar os impactos da patente diminuição do nível dos rios.

5

Informações e dados apresentados podem ser encontradas no site do SEIND. Disponível em: <http://www.seinc.ma.gov.br/areas-de-atuacao/petroleo-e-gas/>. Acesso em: 18/01/2017.

Figura 2 - Capinzal do Norte – MA



Fonte: SEINC (2016).

A Bacia do Parnaíba é atualmente a quinta maior produtora de gás natural do Brasil, representando cerca de 5% da produção nacional. Existem, atualmente, 25 empresas detentoras de concessões em áreas situadas no Maranhão, sendo que dez delas atuam na Bacia do Parnaíba. No Maranhão, a produção é de cerca de 5 milhões m³/dia, volume que alçou o estado ao posto de 6º maior produtor de gás natural do país. O governo tem estimulado a parceria público-privado com empresas de capital nacional e internacional, empenhando uma riqueza que é do povo maranhense. Mesmo que esses segmentos, com modernas técnicas e tecnologias, sejam considerados formas limpas e renováveis de produção de energia, isso não os impede de serem projetos que impactam negativa e profundamente a população e a biodiversidade.

O complexo Parnaíba, Parques Eólicos e Bioenergy têm a capacidade atual de geração de 3.290 MW, consumo atual 1.585 MW/dia e uma estabilidade e disponibilidade no sistema de energia com capacidade futura de geração de 7.671 MW. Já a Usina Hidrelétrica de Estreito Consórcio Estreito Energia - CESTE, localizada no sudoeste do Maranhão, que recebeu um investimento de R\$ 5 bilhões, desterritorializou indígenas, quilombolas, assentados e

ribeirinhos⁶ no Maranhão e Tocantins, tem capacidade de gerar 1.087 MW⁷. Mesmo com tamanha capacidade de geração de energia, o estado possui uma energia bastante cara, comparada à renda da população, que na sua grande maioria não está incluída na divisão da riqueza produzida nesses empreendimentos.

Dentre os empreendimentos em curso no Maranhão, a mineração se apresenta como uma fonte de investimento promissor, sobretudo, para o capital privado nacional e internacional. Além da riqueza natural, pesquisas evidenciam que há também uma riqueza significativa no subsolo maranhense, o que tem feito aumentar a exploração mineral no estado, principalmente no que se refere ao ouro, que, segundo os dados da SEINC, é responsável por mais de 65% da arrecadação do estado no que se refere à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). No que diz respeito à cerâmica vermelha, sua produção já é capaz de abastecer o mercado interno e consta nas informações da SEINC que o estado possui a segunda maior reserva lavrável do país de gipsita, minério utilizado na produção de gesso, o que tem potencializado sua produção, sem falar na brita e na extração da areia, que muitas vezes ainda acontece de forma clandestina.

Além da potencialização da exploração interna, há um investimento considerável em logística, que garante a escoação do minerário extraído pela Empresa Vale, em Parauapebas-PA. O Plano de Desenvolvimento Produtivo e Estratégias de Crescimento do MA (2014) aponta que a Expansão do Sistema Norte VALE estima investir, entre 2010 e 2018, R\$ 31 bilhões no prolongamento e duplicação de 605 km da EFC (Estrada de Ferro Carajás), na ampliação dos terminais ferroviário e portuário de Ponta da Madeira (TPPM). A capacidade total do TPPM saltará de 130 milhões de ton/ano para 230 milhões de ton/ano. Tanto a duplicação da EFC, como a ampliação dos terminais portuários e ferroviários têm causado grandes impactos ambientais e sociais, principalmente no que se refere à desterritorialização das populações que vivem nas áreas de ampliação desses empreendimentos.

Entre os seguimentos considerados estruturadores da economia estadual pelo atual governo está o agronegócio. Os investimentos que estão sendo feitos, a exemplo da construção

6

Informações sobre os impactos e desterritorialização das populações pela Hidrelétrica de Estreito podem ser encontradas em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>. Acesso em: 18/01/2017.

7

Dados disponíveis em: <http://portal.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/files?codigo=5275>. Acesso: 15/10/2017.

⁸
do TEGRAM⁸, anunciam o Maranhão como um estado que abre novos caminhos para o agronegócio brasileiro. No que tange à produção de grãos, os principais são: soja, milho, algodão, arroz e feijão. Esta produção está presente em diferentes regiões do estado, se destacando em alguns municípios como: Balsas, Chapadinha e Tarso Fragoso. Ainda segundo os dados da SEINC, a safra de grãos prevista para 2013/2014 era de aproximadamente 4,3 milhões de toneladas. Desta produção, a soja previa 1.875,8 toneladas e o milho 1.527,7 toneladas.⁹

O Estado ainda prevê atrair novas empresas para o setor alimentício, a ampliação dos polos avícola e suinícola, a disponibilidade de área para ampliação do cultivo (geralmente as melhores áreas e mais bem localizadas no estado), a implantação de agroindústrias processadoras de óleos e subprodutos da soja, o beneficiamento de soja e outras oleaginosas, a fabricação de biocombustíveis e ração, o beneficiamento do milho, considerado a cultura ideal para rotação com a soja, principalmente para investir na produção de farinhas e rações. O algodão também apresenta oportunidades na instalação de indústria de fiação, tecelagem e confecção. Porém, esses empreendimentos empresariais são ciclos produtivos que envolvem um número muito pequeno de trabalhadores oriundos das populações locais e, na maioria dos casos, produzem mais desigualdades.

A produção de cana de açúcar é outro investimento promissor do agronegócio no estado, segundo a previsão da Conab¹⁰ para a safra 2015/16, o Maranhão colheria 2.689,6 mil toneladas de cana-de-açúcar e produziria 194,4 milhões de litros de etanol. Um aumento de 8,3% em relação à safra 2014/15. Os dados revelam que houve maior apropriação e concentração de terras a partir da expansão da cana, pois a área plantada no estado apresenta expansão de 4,2%, aumento de 1,6 mil hectares¹¹ frente à safra passada. O Estado estimula também o investimento em implantação de usinas de álcool e açúcar; a geração de energia renovável e a produção de cachaça artesanal. Alguns municípios do estado se destacam na produção: Montes Altos, Duque

8

Terminal de Grãos do Maranhão, que representa o novo tempo no escoamento das exportações brasileiras, especialmente do agronegócio. O consórcio que preside o Tegram investiu mais de R\$ 640 milhões, desses, R\$ 245 milhões foram viabilizados pelo BNDES, para a construção de modernas estruturas que diminuem as filas de caminhões e otimizam o carregamento de navios no estado.

9

Dados disponíveis em: <http://www.seinc.ma.gov.br/areas-de-atuacao/graos/>. Acesso em 16/10/2017.

10

Companhia Nacional de Abastecimento.

11

Dados disponíveis em: <http://www.seinc.ma.gov.br/areas-de-atuacao/acucar-e-alcool/>. Acesso em 16/01/2017.

Bacelar, Matões, Aldeias Altas, São Raimundo das Mangabeiras, Caxias, Coelho Neto, Santa Quitéria, Tuntum, Ribamar Fiquene, Codó, Timom, Sucupira do Riachão Mirador, Porto Franco e Campestre do Maranhão. Porém as populações desses locais pouco se beneficiam com esses empreendimentos, já que o que é produzido não é consumido por quem produz, o preço do combustível não sofre alteração e os trabalhos oferecidos para a mão-de-obra local são quase sempre bastante precarizados, em alguns locais análogos ao trabalho escravo.

Além do monocultivo de árvores, a soja vem sendo um dos produtos de expressão da expansão do capital no campo através do agronegócio. Sua territorialização, antes mais concentrada na região Sul, atualmente tem se expandido agilmente para o bioma de cerrado, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste e Amazônico, na região norte. Também, segundo Sauer e Leite (2012), é uma das *commodities* que evidencia claramente a entrada do capital internacional na agricultura brasileira.

A participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão, que era de 16% em 1995, sobe violentamente para 57% em 2005, caracterizando um forte processo de concentração econômica e desnacionalização do setor. Com destaque para as empresas multinacionais (*tradings*), em particular o chamado grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus). (p. 509).

No que se refere aos grãos, o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de soja do mundo. No Maranhão, o plantio da soja também tem se destacado. Segundo dados do IBGE, em 2009, o estado produziu 1.211.085 toneladas, sendo que, em 2015, essa produção praticamente duplicou, chegando a 2.099.507 toneladas. Nota-se que o cultivo de soja está se expandindo para mais municípios e regiões do estado e a perspectiva é ampliar a produção com a implementação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA - MATOPIBA, elaborado em 2015. A soja é um dos principais produtos previstos no plano. O MATOPIBA envolve quatro estados brasileiros - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - que totalizam quase 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes. No Maranhão, o plano abrange cerca de 38% do território. Na figura abaixo, é possível visualizar a propaganda do MATOPIBA no Brasil.

Figura 3 – Matopiba



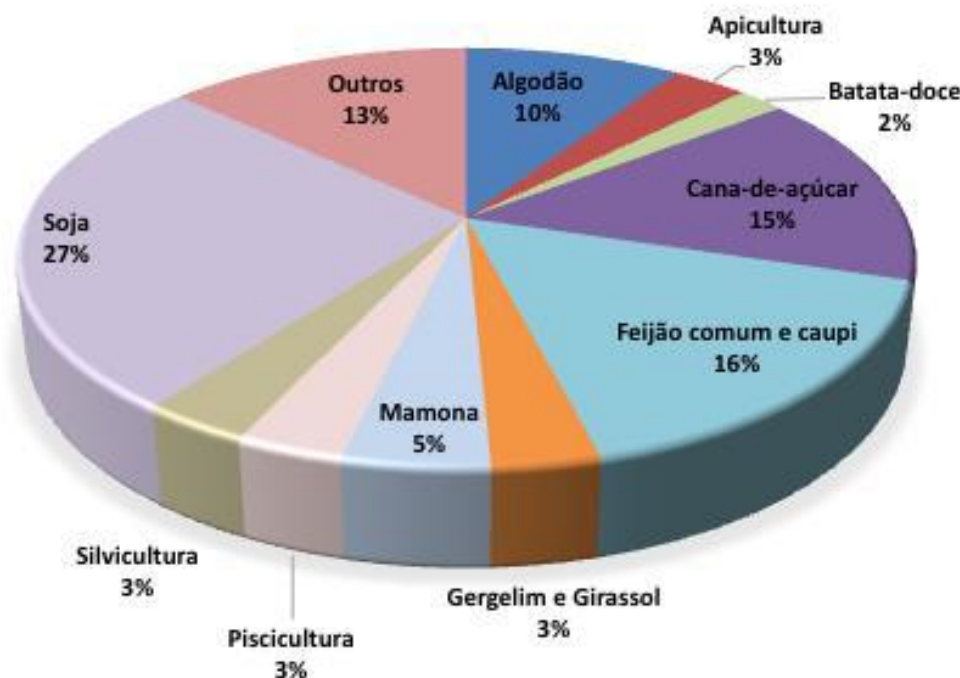
Fonte: MAPA (2015).

Considerado a fronteira agrícola da estrangeirização, a região onde se localiza o Matopiba tem atraído o interesse do capital internacional, que, por conta da crise, precisa se apropriar de novos territórios para se expandir, disparando uma corrida mundial por terras e levando à expansão das atuais fronteiras agrícolas, que acontecem

Devido à demanda por alimentos, ração, celulose e outros insumos industriais, em consequência do aumento populacional e da renda; b) à demanda por matérias-primas para os agrocombustíveis (reflexo das políticas e procura dos principais países consumidores) e c) ao deslocamento da produção de commodities para regiões com terra abundante, mais barata e com boas possibilidades de crescimento da produtividade, como é o caso do Brasil e de toda a América Latina. (BORRAS et al 2011). (SAUER; LEITE, 2012, p. 507).

No Matopiba, segundo o plano de desenvolvimento elaborado pelo Estado, em 2015, o sistema da soja é o que tem previsão de receber maior porcentagem dos R\$ 12,7 milhões de reais, entre custeio e investimento, previstos para 2015. Como podemos conferir na figura abaixo.

Figura 4 – Alocação de recursos Matopiba - Embrapa/Gite



Fonte: Miranda (2005, p. 72).

O Matopiba se refere à expansão das fronteiras agrícolas, alinhado à política internacional agrícola, pautada, inclusive, pelo Banco Mundial. Surge para atender as novas demandas do capital para agricultura, sobretudo, em países como o Brasil com terras abundantes, férteis, relativamente baratas, totalmente favoráveis a uma alta produtividade; fatores que têm potencializado o processo de aquisição de terras por estrangeiros no país. Sérgio Sauer (2010, 2011), denomina de estrangeirização um *novo ciclo da expansão do capital*, que tem como resultado o aumento dos números de conflitos territoriais e fundiários, além de uma elevação no preço da terra que impacta diretamente nas políticas de caráter agrário.

Além dos grãos e da cana de açúcar, os monocultivos de árvores talvez sejam uma expressão ainda mais perversa do agronegócio no Maranhão. A expansão tem sido veloz e voraz nos municípios de Açailândia, Imperatriz, Grajaú e Chapadinha. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Produtivo e Estratégias de Crescimento no Maranhão, em 2014, havia a previsão de que a plantação ocuparia cerca de 173,3 mil hectares¹². A indústria de papel e

¹²

Plano elaborado em 2014. Disponível em: portal.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/files?codigo=5275. Acesso em 17/10/2017.

celulose é considerada bastante promissora no Brasil por conta da alta produtividade do eucalipto, mas no Maranhão os investimentos no setor são considerados recentes, embora o estado apresente um grande potencial para atrair investidores - baixo custo da terra, incentivos fiscais, clima e logística favorável por conta da estrutura portuária - que permite o escoamento dos produtos para os mercados internacionais e os ativos florestais já plantados pela Empresa

Vale, através do programa Vale Florestar¹³.

O Estado apoia estrutural e financeiramente essa área de atuação do agronegócio e apresenta como oportunidade de investimento no setor a consolidação da cadeia produtiva, a constituição de “polos florestais”; fabricantes de papel, derivados de celulose e de outros usos para a madeira; fabricantes de máquinas e equipamentos para o setor¹⁴. Todavia, o poder público do Maranhão não tem colocado a estrutura estatal à disposição do povo maranhense para enfrentar a especulação e conflitos fundiários e territoriais gerados com indígenas, quilombolas, acampados e assentados da reforma agrária e pequenos agricultores, nem considerado os impactos destrutivos na biodiversidade, que comprometem o solo, a água e o ar e colocam em risco a sobrevivência das populações, sitiando e inviabilizando, através da monocultura do eucalipto, a existência de pequenas comunidades de produção familiar e coletiva.

Figura 5 - Assentamento Califórnia Açailândia/MA



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

¹³

Vale Florestar é um projeto de conservação, reflorestamento e reabilitação de matas nativas da Floresta Amazônica, criado em 2007 pela parceria entre VALE S/A, BNDES, da FUNCEF e da Petros. Atualmente quem detém o controle da companhia é a holding Suzano, fabricante de celulose e papel que em 2014, comprou o Vale Florestar por R\$ 528,9 milhões.

¹⁴

Informação e dados disponíveis em: <http://www.seinc.ma.gov.br/areas-de-atuacao/papel-e-celulose>. Acesso em 17/01/2017.

A empresa Suzano Papel Celulose, considerada a segunda maior produtora de celulose do mundo, é proprietária de um dos maiores empreendimentos implantados no Maranhão. A mesma tem se apropriado das terras férteis, da água e recebe apoio estatal, tanto estruturalmente como no processo de convencimento da população. O clima, a logística, o solo fértil, as benesses do Estado certamente são fatores que atraíram a atuação da empresa para o Maranhão, mas é provável que o preço da terra tenha sido um fator determinante. Se olharmos para a estimativa do preço da terra nas diferentes regiões do Brasil, no ano de 2009, percebemos quão vantajoso é o investimento em aquisições de terras no Norte e Nordeste, sobretudo nos estados do Maranhão e Piauí. “Quando analisamos os dados e comparamos a estimativa do preço de terra entre Maranhão/Piauí e São Paulo pode-se concluir que nas duas primeiras unidades federativas o preço médio de terra chega a ser sete vezes mais barato do que no Estado de São Paulo” (RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 155).

Figura 6 - Valor da aquisição de terras

Regiões	UF	Estimativa de Preço de Terra (R\$/ha)		
		Mínimo	Máximo	Média
Nordeste / Sudeste	BA / MG	1.480	6.670	3.790
Sudeste	SP	2.440	7.150	5.680
Nordeste / Norte	PI / MA	430	1.320	760
Sul	PR / SC	2.470	7.200	4.660
Centro-Oeste	MT / MS	1.560	7.090	3.190

Fonte: Câmara setorial de silvicultura (2009).

Além dos pés-de-altar estatal, a Empresa Suzano Papel e Celulose ainda dispõe da mídia e de Instituições de Ensino Superior como aliadas na propagação e validação do discurso de que o progresso está chegando e trará emprego, renda e desenvolvimento para todos. Como afirma Julio Ohlson, Diretor de operações florestais da empresa no Maranhão:

Queremos desenvolver uma cultura do eucalipto, trazer pequenos e médios produtores para o projeto, dividir a renda e diversificar a produção da região. Não existe uma cultura florestal no Maranhão, é uma fronteira agrícola, então, abrimos o programa para ampliar a diversificação da atividade, com fonte de renda para os produtores locais. (OHLSON, 2014).

Apesar de tentar maquiar sua atuação no Maranhão com in/compensação social (bibliotecas nas escolas, centros arqueológicos, incentivos a grupos de arte-cultura para discutir “sustentabilidade”), a forma predatória, agressiva e prepotente com a qual a empresa vem

impondo o seu empreendimento tem alertado a população.

Não podemos esquecer que se trata de um projeto que integra indústria e agricultura capitalista; logo, qualquer outra forma de se fazer a agricultura, como a agricultura camponesa é descartada pelo empreendedor (a Suzano), bem como o Estado (que é o grande indutor destes projetos de desenvolvimento capitalista). Mas não é só isso. A Suzano tem investido também no segmento genético com vistas à melhoria das variedades de eucalipto e sua adaptabilidade edafoclimática nas diversas regiões maranhenses. (RIBEIRO JUNIOR, 2014, p 156).

Um dos empreendimentos estruturantes da Empresa Suzano Papel e Celulose é a fábrica em Imperatriz - MA. A mesma estima um investimento de R\$ 6 bilhões e uma produção de 1,5 milhão¹⁵ de tonelada por ano. O empreendimento é considerado um dos mais modernos do estado e basicamente toda a produção é destinada à exportação. Para otimizar o lucro, a empresa produz sua própria energia, investe em melhoramento genético e em maciços florestais de eucalipto no estado, além de estar situada num local estratégico. O que é corroborado por Marcelo Bacci, Diretor executivo financeiro e de relações com investidores da empresa:

A celulose produzida em Imperatriz é direcionada, principalmente, para os mercados europeu e norte americano, em função de um importante ganho logístico. Devido à posição estratégica do Porto do Itaqui, reduzimos as viagens para esses mercados em até quatro dias. (BACCI, 2016).

A “modernização” e as transformações nos processos de trabalho e meios de produção e a expansão da capacidade de exportação de celulose no Brasil, a partir do empreendimento da Suzano instalado no estado, não se materializam em ganhos para a grande maioria da população maranhense, ao contrário, concordando com Ribeiro Junior:

Essa expansão do mercado brasileiro faz com que determinadas áreas, como a região sul do Maranhão (Porto Franco, João Lisboa, Imperatriz) se tornem espaços voltados para a agricultura capitalista, para o nosso caso específico, o agronegócio da silvicultura. Nessa lógica, o clima, as terras, a mão de obra, tudo é capitalizado. Em contrapartida, o número de empregados é muito baixo: na área de produção industrial do empreendimento o número de empregos é de míseros 880 postos de trabalho. (2014, p.169).

15

Dados disponíveis em: <http://www.seinc.ma.gov.br/areas-de-atuacao/papel-e-celulose>. Acesso em 17/01/2017.

Figura 7 - Fábrica da Suzano em Imperatriz



Fonte: Suzano Papel e Celulose (2015).

De acordo com a Bracelpa¹⁶, no Brasil, o setor de papel e celulose possui grande vantagem em relação aos demais países, por possuir o menor custo de produção do mundo, apresentar clima favorável, utilizar biotecnologia e engenharia genética que favorecem a produtividade. A produção de um milhão de tonelada de celulose no Brasil requer apenas 100 mil hectares de madeira, enquanto que na Escandinávia são necessários 720 mil hectares e na Península Ibérica 300 mil. A tecnologia de clonagem de mudas foi totalmente desenvolvida no Brasil, pelas empresas do setor, como por exemplo a FuturaGene¹⁷ e por instituições públicas como a Embrapa¹⁸ e universidades. O país possui excelente logística, com os monocultivos

¹⁶

Associação Brasileira de Celulose e Papel. Informações disponíveis em: <http://economyindustrialpapelecelulose.blogspot.com.br/2016/04/lucratividade>. Acesso em 01/10/2017.

¹⁷

A FuturaGene desenvolveu suas atividades como uma empresa independente desde sua fundação, em 1993, até sua aquisição, em julho de 2010, pela Suzano Papel e Celulose S.A, segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo. Como subsidiária da Suzano, a FuturaGene continuará suas atividades globais em biotecnologia com recursos aprimorados, visando a liderança mundial em pesquisa e desenvolvimento genético de plantas para os mercados internacionais dos setores florestal, agrícola e de biocombustíveis. FuturaGene foi a primeira empresa no mundo a obter a liberação para uso comercial de uma variedade de eucalipto geneticamente modificado (GM). Informações disponíveis em: <http://www.suzano.com.br/negocios-e-produtos/biotecnologia>. Acesso em 18/01/2017.

¹⁸

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

próximos às indústrias, que também são próximas aos terminais privativos de exportação. As vantagens apontadas no setor de papel e celulose expressam claramente o aprofundamento do processo de financeirização da natureza, que está sendo subsumida de forma objetiva pelo capital. Como ressalta Ribeiro Junior, “na subsunção formal da natureza, o capital explora os recursos naturais e os territórios como uma necessidade de produção. Com a subsunção real da natureza o capital passa a produzir naturezas para sustentar o processo de acumulação do capital” (2014, p.202).

Outro procedimento utilizado pelo setor para potencializar os empreendimentos e otimizar os lucros são as fusões. A Bracelpa exemplifica que fusões são estratégias utilizadas pelas empresas para obterem mais lucro com uma economia de escala e escopo e aumentar a capacidade de penetrar mais rapidamente nas regiões. De acordo com a Associação, as empresas (firmas) adquiridas geralmente estão em iminência de falência, em débito com obrigações tributárias ou outros acima de suas condições de pagamentos, ou ainda, estão em desvantagens técnicas relacionadas ao pequeno porte, ou desvantagens administrativas pelo fato de serem grandes para serem comandadas por uma só pessoa. As adquirentes ampliam as possibilidades de obter ou ampliar as economias de escala, projetam a possibilidade de crescimento com maior velocidade e segurança e de domínio de mercado. A figura abaixo demonstra de forma didática as principais fusões do setor de papel e celulose.

Figura 8 - Fusões das empresas do setor de papel e celulose





19

Fonte: Bracelpa (2016).

Todos esses empreendimentos empresariais, que estão em curso no Maranhão, estabelecem uma relação marcadamente desigual entre as formas de produção e reprodução da existência no território. As populações pobres urbanas sofrem com o inchaço e maior precarização da vida na cidade e o campo (assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades) se mantêm na condição de produzirem com base na cultura e saberes repassados pelas gerações anteriores, com pouquíssimo acesso aos recursos, conhecimentos científicos e tecnológicos, além da ausência de políticas públicas que lhes permitam produzir e viver em condições dignas.

19

Disponível em: http://economiaindustrialpapelecelulose.blogspot.com.br/2016/04/pesquisa-e-desenvolvimentoinovacao_12.html. Acesso em: 18/01/2017. Nota-se um erro na figura, a fusão entre Suzano Vale e BahiaSul, que ocorreu em 1987 e não em 1887.

4 AVANÇO DO CAPITAL E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: DUAS FACES DA MESMA MOEDA?

O Maranhão está se transformando num novo polo de produção de celulose que está desenvolvendo toda essa região, com geração de emprego e renda. E a governadora Roseana Sarney teve grande contribuição para que esse projeto se tornasse realidade, pela sua coragem, determinação e apoio ao empreendimento.

20

(FEFFER, 2014).

Está montado o trágico espetáculo, utilizando o paradigma da modernidade, progresso e desenvolvimento, o capital vai impondo novos arranjos produtivos às regiões e aos poucos vai incorporando e/ou destruindo as formas de produção até então existentes, construindo uma outra configuração espacial e territorial, alterando substantivamente a realidade econômica e sociocultural. As diferentes maneiras de produzir e de existir das populações locais passam a ser vistas como atraso, por não visarem o lucro e o consumo frenético. O espaço regional é reestruturado a partir dos interesses do capital global, entendendo, como afirma Santos (1979) que:

[...] o espaço é considerado, essencialmente, social, isto porque deriva da ação humana, a qual materializa interesses, objetivos e se expressa, cumulativamente, em diferentes processos que representam formas historicizadas de apropriação, domínio e exploração em que se materializa uma “relação sociedade-espaço”. (p. 9).

Palco de atuação de grandes projetos econômicos, colocados em curso a partir da década de 1960, a mesorregião do sul maranhense é uma das cinco do estado, formada pela união de dezenove municípios agrupados em três microrregiões: Chapadas das Mangabeiras, Gerais de Balsas e Porto Franco. Considerada uma região “desenvolvida” por estar inserida no atual contexto de globalização do capitalismo, é conhecida pelas suas potencialidades no que se refere à biodiversidade e às riquezas minerais e hídricas, atraindo investidores nacionais e internacionais e se vinculando às necessidades do capital no país ao cumprir sua sina na divisão internacional do trabalho. Como enfatiza Ianni (2011),

A globalização do capitalismo está sendo acompanhada da formação de vários sistemas econômicos regionais, nos quais as economias nacionais são integradas em todos os mais amplos, criando-se assim, condições diferentes para a organização e o

desenvolvimento das atividades produtivas. Em lugar de ser obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional [...] (p.101).

Se olharmos para a política econômica da região sul maranhense, considerando essa relação sociedade-espço, é perceptível que, a partir da introdução da modernização conservadora na agricultura, as atividades produtivas tradicionais, a infraestrutura e tecnologias que atendiam às demandas e exigências daquela realidade em particular foram se incorporando e/ou se extinguindo. Cabe concordar com Delgado (2001), quando afirma que “[...] os pequenos produtores são os principais excluídos dessas políticas, de modo que sua luta é, antes de mais nada, pela conquista da condição de cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais” (p. 27).

Os grandes empreendimentos econômicos em curso na região têm sitiado os pequenos produtores, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, impondo a sua forma de produzir a partir da lógica mercantil e financeirizada de se relacionar com a terra e a biodiversidade, impedindo o desenvolvimento de experiências que sejam pautadas pelas demandas e necessidades locais, que ajudem a superar a vulnerabilidade dos ciclos econômicos, pautados apenas nas necessidades do capital de gerar mais lucro.

Como bem coloca Octavio Ianni (2011), as transnacionais não têm fronteiras, planejam, tecem e realizam suas atividades independente do regime político de cada nação, desconsiderando a diversidade cultural e “civilizatória” de cada lugar. Diante disso, cabe questionar a forma com que essas empresas produzem e problematizar essa lógica de atuação junto à sociedade: as riquezas minerais e a biodiversidade estão sendo apropriadas por quem? Com qual finalidade? Quem lucra com a intensificação da produção de mercadorias na região?

A produção desse quarto capítulo surge da inquietação provocada por Ianni, de que essas corporações, conglomerados industriais se instalam nas diferentes regiões sem considerar quem produz e reproduz a existência naquele lugar. Objetivam lucro e, para isso, vendem o discurso do progresso e do desenvolvimento num território que se encontra totalmente desprovido da atuação do Estado no que diz respeito à garantia de políticas sociais e direitos imprescindíveis para a reprodução da existência com dignidade. Alimentam a ilusão de progresso, criando um conjunto de expectativas e novas necessidades que passam a movimentar os interesses e desejos das pessoas, investem na cooptação das lideranças sociais, instituições públicas e privadas, principalmente daquelas que podem contribuir para legitimar a implementação desses empreendimentos empresariais com bonitos pronunciamentos, estudos e pesquisas

“incontestáveis”, a exemplo das instituições de ensino.

4.1 Interfaces entre educação superior e agronegócio na região sul do Maranhão

Compreendemos que todo conhecimento científico sistematizado historicamente é uma produção coletiva da humanidade e, portanto, um direito humano, que deveria ser acessado por todos os sujeitos, independente de cor, etnia, orientação sexual, crença ou classe social. Todavia, mesmo que compreendamos a educação como um direito universal, que deveria ser acessado por toda a população, a história da educação escolar no Brasil está marcada como um privilégio para poucos e exclusão da maioria. Neste sentido, ao abordar a trajetória do Ensino Superior no Maranhão, e consequentemente na região sul do estado, percebemos que esta se aproxima em muito das características encontradas na literatura sobre o Ensino Superior no Brasil: aconteceu de forma tardia, atravessada por um forte sistema de ensino privado e com tendência à mercantilização. Como quem vê no novo a reprise de um antigo filme, revisitamos, em Minto (2014), o papel da educação no Brasil Colônia:

Nesses primeiros tempos, a dinâmica reprodutiva da sociedade colonial não demandava um sistema de ensino comprometido em formar indivíduos dotados do saber e ciência que os pudesse preparar para o exercício de qualquer tipo de autonomia intelectual. Não obstante, a mística sobre o trabalho missionário dos Jesuítas, em sua organização econômica, sociopolítica e educacional prevaleceu a lógica dos negócios coloniais, assim permanecendo enquanto suas funções não passaram a interferir nos interesses maiores da metrópole e dos capitais comerciais mediados por Portugal. (MINTO, 2014, p. 137).

Entendemos que essa colocação do autor sobre a ausência de um sistema de ensino comprometido em formar indivíduos com autonomia intelectual no Brasil Colônia, perpassou os diferentes períodos da história do país e ainda é recorrente, sobretudo, nas regiões de maior expressão da desigualdade social. Exemplo clássico, o sul do Maranhão é hoje expressão singular das relações humanas hegemônicas pelo modelo de desenvolvimento do capital em curso e, por essa razão, a expansão do Ensino Superior no último período, longe de garantir o direito das pessoas de terem acesso a conhecimentos, técnicas e tecnologias que enriqueçam suas imaginações e as possibilite agir no mundo com autonomia, parece estar organizado para atender às demandas de formação necessárias ao mercado.

Para debater a questão do Ensino Superior no sul maranhense é necessária uma contextualização, ainda que de forma breve, desta região, que está entre as que possui a mais recente povoação vinculada à expansão da fronteira agrícola no estado, mas que viveu diferentes ciclos econômicos que hoje a colocam como uma das mais “desenvolvidas”: inserida

no contexto de mundialização do capital, com uma veloz expansão do agro e hidronegócio, um induzido processo de industrialização focado no tipo de produção desses empreendimentos e um crescente comércio, sobretudo em Imperatriz, cidade de maior expressão regional. Harvey (2005b), ao tratar do que ele denomina de “novo imperialismo”, esclarece a importância da produção desses novos arranjos produtivos regionais para viabilizar a realização do capital, sem que isso resolva as contradições que lhes são inerentes.

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho. Essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mas ainda não realizados. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque novas regiões também requerem capital fixo em infraestruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia. As vastas quantidades de capital fixado num local agem como empecilho à capacidade de realizar uma ordenação espacial alhures. (p. 99).

Os arranjos produtivos em curso na região sul do Maranhão a submetem à dinâmica da “nova ordem” mundial do capitalismo, tendo Imperatriz como uma de suas principais expressões. Nos fins do século XVI e início do século XVII, essa região foi o destino de muitos bandeirantes, que partiram de São Paulo para os “rincões do norte” rumo ao desconhecido, em busca de aventuras e riquezas. Nesse período, a cidade começou a ser arquitetada, mas sua criação só veio a se consolidar em 22 de abril de 1924, quase três séculos depois. Um dos maiores impulsos para o crescimento de Imperatriz se deu a partir de 1958, quando foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília. Em 1960, entretanto, a cidade acelera seu crescimento num aparente surto de “desenvolvimento”, a ponto de, já na década de 1970, chegar a ser considerada uma das cidades mais progressistas do país, o que estimulou a migração de diferentes regiões para esse território.

Curioso notar é que até os primeiros cinquenta anos do século XX, Imperatriz foi denominada de “Sibéria maranhense” por seu total isolamento, no entanto, atualmente figura como 2ª maior cidade do Maranhão, se destacando na produção de arroz e de energia e está no cruzamento entre a soja que vem de Balsas, a extração de madeira na fronteira com o Pará e a expansão do eucalipto nos municípios próximos. Por estar numa posição estratégica economicamente, tanto internamente como para a região Norte do país, dentre suas várias denominações, recebeu o título de “Portal da Amazônia”. Franklin (2008), acrescenta mais informações sobre o município, dando ênfase aos grandes empreendimentos que se instalaram

na região:

A partir da segunda metade da década de 60, o município de Imperatriz foi impactado por diversos programas e projetos de grande vulto econômico, incentivados ou financiados pelos governos federal e estadual. A maioria, em função do Programa Grande Carajás, conjunto de empreendimentos que objetivam explorar os recursos naturais da Amazônia Oriental ou da Pré-Amazônia maranhense e do sul do Pará, principalmente os de extrativismo mineral e vegetal e as potencialidades energéticas. (p. 179).

De acordo com os dados do IBGE (2010), Imperatriz possui segundo maior PIB do estado, R\$ 23.007.71 milhões. Apesar do valor do PIB ter aumentado com a instalação de grandes empreendimentos econômicos, o índice de Gini é de 0,5612, o que demonstra que apesar dos avanços econômicos na região, a cidade ainda tem uma alta concentração de renda. A chegada desses empreendimentos, a partir da década de 1970, alterou substantivamente a situação da região, até então, mais da metade da população do município vivia no campo. Através da tabela abaixo é possível perceber a surpreendente evolução populacional, entre as décadas de 1970 e 1990, e um processo de migração (expulsão) dos camponeses do campo para as periferias do município e das cidades vizinhas que foram se emancipando. Vale notar que o processo de emancipação dos municípios que pertenciam a Imperatriz provocou uma diminuição da população da cidade, entre os anos de 1991 a 2000, e a criação de assentamentos, a partir da luta pela reforma agrária e o crescimento de alguns povoados rurais, fez aumentar a população do campo, na década que vai de 2000 a 2010.

Tabela 1 - Evolução da população total e percentual da população urbana e rural de Imperatriz - MA (1970-2010).

Ano	Total	População Urbana	População Rural	População Urbana (%)	População Rural (%)
1970	80.722	34.079	46.013	44,00	56,0
1980	220.079	111.619	108.460	50,72	49,28
1991	276.502	210.051	66.451	75,97	24,03
2000	230.566	218.673	11.893	94, 84	5,16
2010	247.505	234.547	12.958	94,76	5,24

Fonte: Pereira (2013) construída a partir de dados do DATASUS, Censos Demográficos IBGE: 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.

O aumento populacional e as demandas por formação/capacitação para o mercado, tornaram Imperatriz a cidade de maior concentração de Instituições de Ensino Superior público

e privado da região sul do Maranhão. Atualmente a cidade possui treze IES privadas e três públicas, oferecendo cursos que atendem a diferentes demandas de formação. No tocante às instituições públicas, no Maranhão, os primeiros cursos só tiveram início a partir de 1966, com a fundação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no contexto da Ditadura Civil Militar. Período em que grandes empreendimentos econômicos começaram ser implantados no estado, dando outro dinamismo à região e demandando por qualificação de mão de obra. Com isso, os primeiros cursos superiores coincidem com a expansão do capital no Maranhão, o que é corroborado pelas reflexões de Minto (2014), quando afirma que:

Um primeiro fato incontestável, portanto, é o de que, mesmo nas condições da particularidade, o desenvolvimento capitalista produziu uma pressão pela expansão do atendimento à educação no nível superior. Do ponto de vista da ordem burguesa em construção essa pressão tornar-se-ia uma demanda em dois sentidos principais: o da necessidade de formação em nível superior de quantidades maiores de pessoas numa formação social em que se diversificava e ampliava a divisão social do trabalho; e o da preparação/qualificação de indivíduos para a ocupação de pontos-chave de gerência e comando criados com a expansão e consolidação da economia brasileira em bases urbano- industriais. (p. 203).

A expansão do ensino superior na região, como bem observado pelo autor, está imbricada com a particularidade do desenvolvimento capitalista sul maranhense. As primeiras extensões dos cursos em Imperatriz aconteceram no início da década de 1980, período em que a população da cidade praticamente triplica por conta das expectativas de “progresso e desenvolvimento” geradas pelo novo dinamismo econômico. Os cursos provinham das demandas de mercado e necessidades regionais. A UFMA foi pioneira na região e os primeiros cursos a entrarem em funcionamento foram Direito e Pedagogia, por meio da política de expansão e interiorização. Em 1993, passou a ofertar o curso de Ciências Contábeis, porém, somente em 2005, o Campus da UFMA de Imperatriz passou à condição de Unidade Acadêmica.

Nos últimos anos, o campus vem passando por um processo de expansão e consolidação. No ano de 2006, o Centro recebeu mais três cursos: Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Enfermagem e Engenharia de Alimentos. Em 2010, os cursos de Licenciatura – Ciências Humanas e Ciências Naturais – foram incluídos na grade de graduações oferecidas no Centro, totalizando oito cursos de ensino superior os quais têm atendido à demanda principalmente de estudantes do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Em 2012, foram implementados os dois primeiros cursos de pós-graduação em nível lato sensu: Especialização MBA em Auditoria e Perícia Contábil e Especialização em Controladoria. Nesse mesmo ano, o MEC aprovou a criação de 80 vagas para o curso de Medicina para o Campus da UFMA- Imperatriz. E em 2013 foi iniciado o processo de consolidação do primeiro mestrado da cidade, oferecido pela UFMA, o Programa de Ciências dos Materiais. (GONÇALVES FILHO, et al., 2014, p. 13).

Já a UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, criada 1981, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão, fundada no início da década de 1970, com atuação em Imperatriz a partir do final da década de 1970, através da Faculdade de Educação

de Imperatriz, atuando principalmente na licenciatura, para atender uma demanda específica de formação de professores na região sul do estado.

Com atuação mais recente, o Instituto Federal do Maranhão – IFMA, foi fundado em 2008, inserido na política de interiorização do Ensino Superior no país, no entanto, iniciou sua atuação em Imperatriz em 1987, quando ainda era ETF - Escola Técnica Federal (passou, em 1989, a ser CEFET até ser identificado como IFMA). Embora, atualmente, continue atendendo a demanda de formação técnica em nível médio, oferta também a formação superior. Não por acaso, seu mais recente curso técnico, formação em agronegócio, está sendo ofertado na cidade de Porto Franco, onde se encontra o Projeto Florestal da Empresa Suzano Papel Celulose e em Grajaú, demandado pelo crescimento acelerado do cultivo da soja.

Até 1980, Imperatriz dispunha apenas das extensões de Instituições de Ensino Superior da rede pública, ainda dependentes da sede, na capital, depois transformadas em unidades acadêmicas. A partir da década de 90, passa a ser referenciada como cidade-regional e posteriormente como polo universitário, por conta do aumento populacional e do dinamismo econômico. Neste mesmo período, no que se refere à ampliação do acesso ao Ensino Superior, a cidade sofreu influência direta da política neoliberal em curso no Estado brasileiro, que diminuiu o acesso às políticas sociais, levando ao processo de privatização, racionalização e mercantilização dessas políticas, sendo a educação uma das mais afetadas, passando a ser vista como uma rentável mercadoria, o que atraiu empresários do setor para investirem em Imperatriz. A influência neoliberal nas reformas educacionais e sua materialização nas IES de Imperatriz acontece não como o fenômeno isolado, mas como espelho do processo de reestruturação produtiva e mundialização do capital.

De acordo com Afonso (2000) e Amaral (2003), diferentes países vêm adotando uma nova regulação transnacional para a educação superior, traduzida em políticas, projetos e ações. Nessa direção, busca-se: a) maior articulação entre os sistemas educativos e o setor produtivo; b) expansão e absorção de um número crescente de alunos; c) racionalização na utilização dos recursos públicos e prestação de contas (*accountability*), conjugadas com autonomia e programa de avaliação centrado nos resultados; d) adoção de gestão estratégica e de gestores empreendedores para as universidades; e) diferenciação das Instituições de Ensino Superior (IES), dos programas e dos cursos, bem como maior regionalização e atendimento ao meio econômico e social em que as instituições estão inseridas; f) diversificação das fontes de financiamento; g) expansão de cursos e vagas via crescimento de IES privadas; h) reorganização e flexibilização curricular, tendo em vista a adoção dos chamados *currículos por competências*; i) criação de novas modalidades e tipos de cursos, em face dos novos *nichos* e demandas do

mercado. A introdução e a defesa do *quase-mercado* no campo educacional vem acentuando os princípios da diversidade, da competição, da descentralização, da gestão profissionalizada, da eficiência, da eficácia, da excelência, da meritocracia e da qualidade orientada por parâmetros do mercado. A partir da década de 1990, o país passou a adotar estes princípios, alinhando-se ao movimento mundial de redefinição do papel da universidade.

Nos anos 2000, nos Governo Lula/Dilma, esta política se tornou ainda mais complexa, pois mesmo havendo um processo de ampliação e interiorização do Ensino Superior público, através do REUNI e dos programas de expansão da rede federal adotados nos últimos anos, este se deu permeado pelos interesses empresariais, além das empresas educacionais terem expandido ainda mais seus negócios e seus lucros. Sousa e Coimbra (2016) fazem uma precisa demonstração sobre os mecanismos utilizados na reconfiguração da política educacional a partir desse período.

Tais mecanismos se configuraram de formas distintas no bojo das políticas educacionais a partir da década de 1990, criando um movimento de expansão da oferta de vagas no setor público, ao mesmo tempo em que induziu a privatização do ensino. Em relação ao ensino superior, tal lógica se aprofunda nos anos 2000, onde o governo federal adota estratégias de expansão de vagas na rede pública, sobretudo por meio das universidades federais, ao mesmo tempo em que incentiva a expansão do setor privado, via financiamento público, por meio de programas de governo que tem como objetivo a pretensa “democratização” do acesso a esse nível de ensino, pondo em dúvida a qualidade do ensino e as condições de oferta. (2016, p. 02).

O cenário nacional e internacional da política de Ensino Superior atraiu os empresários da educação para Imperatriz e os investimentos no setor provocaram acelerada expansão das IES privadas, numa perspectiva mercadológica. A partir de 2001, já se percebia com mais evidência o caráter formativo dessas instituições, assumindo, como diria Rodrigues (2007), uma tendência com duas faces: comercializar a mercadoria educação e ao mesmo tempo (com)formar uma força de trabalho de nível superior, buscando adequar seu produto às demandas do capital produtivo. O que poderá ser observado nos quadros abaixo, que fazem uma demonstração panorâmica dos cursos oferecidos nas IES de Imperatriz.

Tabela 2 - Quadro IES em Imperatriz - cursos presenciais

IES	ANO DE CRIAÇÃO	CURSO OFERECIDOS
UFMA CAMPUS	1980	Ciências contábeis, Direito, Ciências humanas (L ²¹), Ciências naturais (L), Engenharia de alimentos, Enfermagem, Jornalismo, Medicina, Pedagogia (L), oferta cursos Lato Sensu e Stricto Sensu (9 Graduações)
UEMASUL ²²	1979 /2016	Administração, Agronomia, Biologia (L) Eng. Florestal, Física, Geografia (L), História (L), Letras (L), Letras em inglês (L), Matemática (L), Med. veterinária, Pedagogia (L), Química (L), oferta cursos Lato Sensu. (12 Graduações)
IFMA CAMPUS	1987/2008	Graduações: Ciências Computação, Eng. Elétrica, Engenharia de Produção, Agronomia, Física (L). Cursos Técnicos: Administração, Ciências de Alimentos, Artes Visuais, Ciências Biológicas, TI e Computação, Construção Civil, Eletrônica, Gastronomia, Turismo, Administração Pública, Agronegócio.
FACIMP	2001	Administração, Ciências Contábeis, Ciências econômicas, Direito, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Pedagogia, Sistema de Informação Zootecnia, (10 Graduações), oferta cursos Lato Sensu
FEST	2002	Ciências econômicas, Direito, Filosofia, Pedagogia, Teologia, (5 Graduações)
UNISULMA	2004	Administração, Ciências biológica, Direito, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social (7 Graduações) oferta cursos Lato Sensu
PITAGORAS (Antiga FAMA)	2001*/2014	Administração com diversas habilitações, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Agronegócio, Recursos Humanos, Serviço Social, TI e Computação, Arquitetura, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Educação Física, Enfermagem... oferta cursos Lato Sensu
UNICEUMA	2013	Administração, Enfermagem, Ciências contábeis, Eng. Civil, Eng. Produção

Fonte: Elaborado pela autora (2017), com base em Faculdades Já (2017).

²¹ Licenciaturas.

²² Em 2016, o Campus da Universidade Estadual de Imperatriz é transformado em Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

Tabela 3 - Quadro IES em Imperatriz - cursos à distância e presenciais que passaram a vigorar após 2001

IES	CURSOS OFERECIDOS
UNESA ESTÁCIO	Administração, TI e Computação, Arquitetura, Automação Industrial, Música, Estética, Biomedicina, Ciências Aeronáuticas, Ciências naturais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Economia, Rádio e TV, Comércio Exterior, Construção Civil
UNINTER	Administração, TI e Computação, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Direito, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Filosofia, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão Comercial
UNIP	Administração, Agronegócios, TI e Computação, Arquitetura, Artes Visuais, Automação Industrial, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Economia, Comércio Exterior, Design Gráfico, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Design...
FACAM-MA	Administração, TI e Computação, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Letras, Matemática, Negócios Imobiliários, Pedagogia, Segurança Pública, Serviço, Social, Turismo
IESMA	Teologia, Filosofia, Administração, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Estética, Fisioterapia, Nutrição, Serviço Social
METODISTA	Administração, TI e Computação, Automação Industrial, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Economia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Design de Interiores, Direito, Educação Física, Engenharia Ambiental
UNIGRAN	Administração, Agronegócios, Agronomia, TI e Computação, Arquitetura, Artes Visuais, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Publicidade e Propaganda, Design de Interiores, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil...
UNISUL	Administração, Administração Pública, Agronegócios, Agronomia, TI e Computação, Arquitetura, Artes Visuais, Automação Industrial, Ciências Aeronáuticas, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Teologia, Economia, Rádio e Tv, Comércio Exterior...

Fonte: Elaborado pela autora (2017), com base em Faculdades Já (2017).

Nos quadros acima é possível observar diferentes aspectos da oferta de Ensino Superior em Imperatriz e consequentemente na região sul do Maranhão. Percebe-se, a partir dos anos 2000, a forte incidência dos setores privados na educação superior, com o surgimento de

inúmeras IES pertencentes a grupos empresariais que operam localmente, regionalmente e nacionalmente, a exemplo das faculdades FEST/Santa Terezinha, que provém do investimento de empresários locais e do grupo CEUMA, que atua em nível estadual e a faculdade Pitágoras, pertencente ao Kroton Educacional, considerado um dos maiores grupos empresariais educacionais do Brasil. Nota-se que as IES privadas oferecem cursos com perfis de formação semelhantes, buscando atender ao que é demandado pelo mercado no que se refere à mão de obra qualificada, além de trabalharem para suprir a procura já tradicional por profissões como Direito, Administração e Pedagogia, advinda da população regional, que cresceu significativamente nas últimas décadas.

Constata-se que, mesmo que a oferta de ensino nas instituições superiores tenha aumentado, esta ainda é insuficiente para garantir a quem conclui o Ensino Médio o direito de ingressar na universidade, principalmente nas instituições públicas, o que nos indica não ter sido essa a principal necessidade que determina a criação de novos cursos nas IES privadas e nem mesmo nas públicas. No tocante às IES privadas, estas aparentam oferecer uma mercadoria-educação de acordo com o interesse do cliente, a exemplo da formação em Direito e Administração, dois cursos que têm uma maior procura nas instituições privadas e são bastante disputados nos vestibulares da Universidade Pública, por serem considerados “promissores” no mercado de trabalho da região.

Observa-se também nas IES públicas e privadas a predominância de cursos que estão voltados estritamente para atender às demandas dos projetos empresariais que estão em expansão na região, podendo se destacar os cursos na área da Arquitetura, Engenharia Civil, Negócios Imobiliários que são ofertados pela expectativa de crescimento do mercado de imóveis devido ao inchaço ocorrido nestas cidades com a chegada dos grandes empreendimentos e o curso superior em Agronegócio, que foi recém criado em algumas destas Universidades (PITÁGORAS, UNIP, UNIGRAN, UNISUL) uma evidente expressão de atendimento à demanda do empresariamento e financeirização na agricultura. Os cursos são anunciados nos sites da IES como “semeadores de futuro e oportunidade”, pois capacitarão a força de trabalho adequada a atender a expansão e modernização do agronegócio, *atentos à exigência de produzir novas competências e habilidades profissionais necessárias a esse setor.*

Cabe destacar que a formação superior em agronegócio se vincula a um contexto de globalização em que as inovações tecnológicas incorporadas à agricultura, o processo induzido de industrialização, as mudanças nas legislações ambientais, a abertura do mercado interno e externo e ao fato do agronegócio passar a ser visto por alguns pesquisadores como o maior negócio mundial e brasileiro no atual período, influenciaram substantivamente uma visível

expansão de cursos desta natureza nas IES brasileiras. A partir de 2004, os cursos superiores voltados para qualificar profissionais com competências e habilidades necessárias à formação de mão-de-obra para o agronegócio passam a ser realidade no país, todavia, essa tendência não nasce no Brasil.

A capacitação dos profissionais que atuam em agronegócios já tem estado a algum tempo na agenda de educadores, empresários e políticos de diversos países, dentre os quais destacam-se a Austrália, Nova Zelândia, Europa e Estados Unidos. Estudos têm sido feitos nesta área. Nos EUA, o impulso veio da Associação Americana de Economia Agrícola, que, principalmente a partir de 1984, tem encorajado a melhoria da educação na área de agronegócios. Destaca-se também a Comissão Nacional de Educação em Agronegócios, responsável por muitos progressos no desenvolvimento da “agenda” de educação em agronegócios nos Estados Unidos. (RINALDI; BATALHA, 2004, p. 4).

O trabalho de Batalha et al. (2000) indica que a preocupação com o caráter da formação oferecida pelas IES e com as habilidades e competências necessárias para um profissional atuar no segmento do agronegócio passou a ser objeto de estudo no Brasil a partir de 1998. Os autores assinalam que a abertura desses cursos se proliferou no país a partir dos anos 2000, facilitada pelas “novas formas de ensino oportunizadas pela legislação brasileira, tais como os cursos sequenciais e a educação profissional, que utilizam metodologias como o ensino à distância e as universidades ditas corporativas, também tiveram um papel importante nesta ampliação” (RINALDI; BATALHA, idem, p. 5).

Pesquisas realizadas em 2000 (BATALHA et al.) e em 2004 (RINALDI; BATALHA) nos oferecem muitos elementos sobre a formação superior para o agronegócio no Brasil. As pesquisas abrangeram os cursos de Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Agroindustrial, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia e Engenharia de Produção e, também, os cursos de Economia e Administração que tivessem ênfase ou linhas de pesquisas consolidadas em agronegócios. De acordo com os autores, em 2000, o estudo revelou um número surpreendente de novos cursos neste segmento e, passados quatro anos, este número em muitos casos pelo menos dobrou. Para os cursos de Mestrado e Doutorado, utilizaram o banco de dados encaminhado pela CAPES, que contém todos os cursos reconhecidos de Pós-Graduação na área de agronegócios. Na tabela abaixo é possível observar os cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado vinculados ao agronegócio e a proliferação destes, entre os anos de 1998 a 2004, período em que intensificou a expansão do agronegócio em todo o país.

Tabela 4 - Expansão de cursos de ensino superior em Agronegócios no Brasil

Cursos (Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado)	Número de Cursos em 1998	Número de Cursos em 2004	Aumento Percentual
Agronomia	137	251	83,22 %
Administração e Economia	160	519	224,38 %
Engenharia de Alimentos	36	64	77,78%
Medicina Veterinária e Zootecnia	87	234	168,97%
Engenharia de Produção	21	37	76,19%
Engenharia Florestal	19	45	136,84 %

Fonte: Rinaldi e Batalha, 2004.

Nota-se que o maior percentual de vinculação ao agronegócio está nos cursos de Agronomia, Administração, Economia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal. Mas o estudo demonstra que a necessidade de formação para o agronegócio está em diferentes áreas, o que pode ser observado em outra tabela, onde são relacionadas as áreas desses novos cursos, que passaram habilitar estudantes técnico e cientificamente dando ênfase às especificidades do agronegócio.

Tabela 5 - Novos cursos em Agronegócios

Áreas	Cursos (Bacharelado, Formação Específica, Licenciatura, Tecnológicos e Sequenciais)	Cursos encontrados em 2004
Agrárias	Agricultura, Engenharia Florestal e Pesca; Agrimensura; Agropecuária; Aquicultura, Ciências Agrárias; Engenharia Agrônômica; Engenharia de Horticultura; Engenharia de Agrimensura; Engenharia de Aquicultura; Manejo da Produção Agrícola; Horticultura; Licenciatura em Ciências Agrícolas; Tecnologia em Agropecuária; Técnicas de Irrigação; Tecnologia Agrônômica.	51

Alimentos	Ciência dos Alimentos, Engenharia de Biotecnologia, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia de Laticínios, Tecnologia em Conservação de Alimentos, Viticultura.	29
Produção	Engenharia de Produção com ênfase em Gestão Ambiental, Engenharia de Produção com Habilitação em Calçados, Engenharia de Produção com ênfase em Agronegócios, Engenharia de Produção Agroindustrial, Engenharia de Produção com ênfase em Agroindústria, Engenharia de Produção com ênfase em Tecnologia Agroindustrial, Engenharia de Produção Têxtil, Gestão da Produção de Vestuário.	17
Gestão	Agroindústria, Agronegócios, Administração de Cooperativas, Administração em Agronegócios, Administração Rural, Gestão do Agronegócio, Gestão de Empresas Rurais, Gestão Logística, Gestão de Serviços, Gestão do Comércio, Gestão do Varejo, Gestão de cooperativas, Gestão de Supermercados.	216
Meio-ambiente	Engenharia Ambiental, Gestão Ambiental, Cursos Sequenciais em Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, Tecnologia Ambiental, Tecnologia de Proteção Ambiental, Tecnologia em Controle Ambiental.	135
Medicina Veterinária e Zootecnia	Ciências Veterinárias; Cuidados com a saúde animal; Reprodução Animal (Ciência).	4
Pós-Graduação Especializações em Gestão do Agronegócio	Agronegócio; Gestão Agroindustrial e Mestrados e Doutorados Multidisciplinares em Agronegócio; Agroecologia; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Sustentável, entre outros.	129

Fonte: Rinaldi e Batalha, 2004.

No que se refere à área de Engenharia, também houve um crescimento significativo em todas as áreas já relacionadas ao agronegócio, como Engenharia de Alimentos e Engenharia Florestal, assim como em novas áreas que se vinculam às características de expansão mundial do capital na agricultura, que também carecem de conhecimentos mais aprofundados, como Biotecnologia, Meio Ambiente e outras especificidades do segmento. O estudo realizado em 2004, também evidencia o número de cursos de Engenharia que passaram a focar o agronegócio naquele período.

Tabela 6 - Cursos de Engenharia nas áreas de Agronegócios no Brasil

Cursos	Número de Cursos de Graduação encontrados em 2004
Engenharia Agrícola	23
Engenharia Ambiental	66
Engenharia da Horticultura	1
Engenharia de Agrimensura	3
Engenharia de Alimentos	54
Engenharia de Aquicultura	1
Engenharia de Biotecnologia	6
Engenharia de Florestas Tropicais	1
Engenharia de Pesca	8
Engenharia de Produção (Agroindustrial, com ênfase em Agronegócios ou com disciplinas na área)	19
Engenharia de Recursos Hídricos	2
Engenharia Mecânica (Máquinas Agrícolas)	1
Engenharia Florestal	29
Engenharia Industrial Têxtil	1
Engenharia Sanitária	8
Engenharia Têxtil	4

Fonte: Rinaldi e Batalha, 2004.

De acordo com o estudo de Rinaldi e Batalha (2004), o perfil de profissional necessário ao agronegócio no Brasil não difere de outras regiões do mundo e a motivação para as universidades a nível internacional é matricular o maior número de alunos possível nesses cursos, formá-los rapidamente, “educá-los melhor”, torná-los mais empregáveis e fazer isso com menos recurso. É evidente que o currículo e intencionalidade formativa estão ajustados às novas demandas do capital e fundamentados na teoria do capital humano, ou seja, formar todas as habilidades humanas necessárias para tornar o sujeito apto a disputar e competir no mercado de trabalho. No tocante à especificidade do agronegócio, formar sujeitos capazes de entender e disputar no mercado uma atuação em dimensões local, global e internacional.

Em 22 de maio de 2013, o curso específico em Agronegócio foi reconhecido pelo MEC, através da portaria N° 227, com o claro objetivo de contribuir com o aumento da eficiência das empresas agrícolas e agroindustriais ligadas ou não aos órgãos públicos, tendo sua criação sido justificada pela contínua ascensão do agronegócio em cenário nacional e internacional. Desta feita, o perfil traçado para esses cursos nos levam a compreender que estes são meros programas de formação funcionais ao capitalismo e à sua lógica atual de reprodução. Como bem observa Frigotto, “No plano econômico, *nas mãos invisíveis* do capital, estão cada vez mais concentrados o monopólio da ciência e tecnologia e das redes poderosas de informação orientadas para a maximização do lucro [...]” (2016, p 55).

Uma rápida incursão ao universo dos cursos ofertados pelas IES no sul do Maranhão, percebe-se a forte conexão com a tendência do ensino superior no atual contexto. Não foi possível perceber entre suas missões a construção de uma teoria que reflita sobre o atual estágio de degradação e desumanização, produzido pelas históricas formas em que se constroem as relações capitalistas, que problematize o tipo de sociedade e de humanidade que está sendo forjada por este sistema e que questione a perversa lógica cultural do capitalismo. Nota-se também que há pouquíssima representação nas IES de cursos que possam possibilitar uma formação mais integral, com capacidade de formar uma sensibilidade humana mais questionadora e resistente a essa forma de produção e reprodução da existência. Algumas áreas como: artes visuais e plásticas, dança, música, teatro, filosofia, sociologia, medicina, dentro outros, que cumpririam uma função social diferente na sociedade e teriam maior potencialidade de aumentar nossa capacidade imaginativa e criativa frente ao caos do agora, pouco, ou nem se quer aparecem como demanda de formação.

Há também uma visível não priorização da oferta de uma formação de nível *Stricto Sensu*, o que é no mínimo curioso, pois, considerando o índice populacional e quantidade de IES existentes, deveria haver diversos programas de mestrado e doutorado para possibilitar aos que saem da graduação a continuidade dos estudos. Este fato parece reforçar nossa análise de que a oferta de Ensino Superior, longe de incentivar a pesquisa, uma produção acadêmica mais consistente e com relevância social para o conjunto da população, pretende apenas formar as peças da engrenagem que movimentam a expansão do capital na região.

A configuração da política de Ensino Superior no sul do Maranhão apresenta um quadro visivelmente integrado às alterações progressivas que esse espaço vem sofrendo a partir do contexto em que os grandes empreendimentos empresariais vem se instalando, tendo o Estado como agente financiador dos investimentos em logística e tecnologias, o que inseriu a região na dinâmica de reprodução do capitalismo mundial, que tem assumido características específicas em esfera local, regional, nacional, porém, interligado a um processo global. Essa expansão do mercado brasileiro faz com que determinadas áreas, como a região sul do Maranhão (Balsas, Porto Franco, João Lisboa, Imperatriz), se tornem espaços voltados para a agricultura capitalista, no nosso caso específico, o agronegócio da soja e da silvicultura. Nessa lógica, concordando com Ribeiro Junior (2014, p. 169), “[...] o clima, as terras, a mão de obra, tudo é capitalizado”, inclusive a educação formal.

Mesmo distante dos grandes centros, a exploração desse território foi sendo hegemonizada pelo capital nacional e internacional, a partir das empresas transnacionais que

vêm se instalando na região. Os atuais arranjos produtivos em expansão têm participação determinante da soja, prioritariamente no município Balsas, do eucalipto, a partir da implantação da Fábrica Suzano Papel e Celulose e da produção de energia, após a instalação da hidroelétrica de Estreito. As atividades produtivas desenvolvidas por esses empreendimentos empresariais incorporam apenas uma parcela pequena da população local em seus postos de trabalho. Mas, ao se territorializarem, vão redefinindo a produção regional, promovendo uma industrialização induzida, pois o processo é voltado para atender ao que estas empresas demandam para a industrialização, mas esta industrialização está longe de atender ao que população necessita. Essa dinâmica de expansão do capital vai excluindo gradativamente do mercado uma ampla parcela da população, mais demarcadamente os camponeses, pois estes não possuem condições de concorrer com os grandes conglomerados empresariais. Fatores que nos levam a considerar a reflexão de Ianni (2011), quando enfatiza que,

A globalização do capitalismo deve ser vista como um vasto e complexo processo, que se caracteriza em diferentes níveis e múltiplas situações. Envolve o local, o nacional, o regional e o mundial, tanto quanto a cidade e o campo, os diferentes setores produtivos, as diversas forças produtivas e as relações de produção. E compreende simultaneamente colonialismos e imperialismos, interdependências e dependências, nova divisão transnacional do trabalho e da produção e mercados mundiais, multilateralismos e transnacionalíssimos, alianças estratégicas e redes de telecomunicações, cidades globais e tecnoestrutura globais. (p. 101).

Não são as demandas e necessidades da população regional, que influenciam a instalação desses diversos empreendimentos econômicos em expansão. O que fica como saldo desse processo de mundialização do capital, anunciado na região como “progresso e modernização”, são as mudanças substantivas na região no tocante ao aumento populacional, especulação imobiliária e fundiária, desterritorialização dos camponeses, degradação ambiental, inchaço e aumento da violência na cidade e no campo. Lamentavelmente, essa degradante forma de materialização do capital é pouco investigada nas pesquisas desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior, que pouco se apropriam dessas questões como demandas de formação e produção de teoria.

Há bastante semelhança nas formas de atuação dessas empresas, apesar de cada situação ter a sua peculiaridade. Para visualizá-las, cabe trazer elementos de algumas realidades, a exemplo do empreendimento de energia na Hidrelétrica de Estreito, que nasceu dos interesses econômicos, à revelia e diante dos muitos protestos por parte de indígenas, ribeirinhos, assentados e acampados do Maranhão e Tocantins, que seriam diretamente atingidos pela obra.

Figura 9 - Hidrelétrica de Estreito



Fonte: Repórter Brasil (2008).

No atual contexto, é visível que a hidrelétrica anualmente provoca uma matança²³ criminosa de peixes e altera substantivamente a dinâmica do Rio Tocantins e da população dessa região que é diretamente afetada, inclusive perdendo os espaços de auto sustento e lazer que o rio oferecia. Em entrevista ao Reporte Brasil, Luís Nóvoa (2008)²⁴ esclarece que,

A atual onda de grandes projetos de infraestrutura é muito distinta da anterior, ocorrida durante a ditadura militar, porque agora o setor elétrico está quase totalmente privatizado. *O resultado é que a energia, além de se converter plenamente em uma commodity, é também encarada como fator de atração de investimentos, em grande parte das transnacionais.* Por isso mesmo esses projetos estão sendo gerenciados na forma de parcerias público-privadas. As subsidiárias da Eletrobrás e o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] atuam no sentido de reduzir custos e incertezas dos investidores privados do setor". No caso de Estreito, o BNDES financiou R\$ 2,6 bilhões, ou 72,6% do valor total do projeto, que é de R\$ 3,6 bilhões.

23

Já virou rotina na região do Bico do Papagaio e sul do Maranhão que sedia a Usina Hidroelétrica de Estreito, sob responsabilidade do Consórcio Estreito Energia (CESTE). Milhares de peixes continuam morrendo dentro do reservatório da usina. O problema se arrasta a anos e nenhuma autoridade toma providências.

22 Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/08/hidreletrica-e-so-uma-das-varias-obras-previstas-para-a-regiao>. Acesso em: 05/02/2017.

Figura 10 – Mortandade de peixes no entorno da Usina de Estreito



Fonte: Folha do Bico (2013).

Em Balsas, a expansão da soja vem aumentando os problemas agrários, a partir da apropriação e expulsão gradativa dos camponeses que historicamente produziram o seu sustento naquela região. Além de não ser uma cultura própria da biodiversidade local, nem ter sido demandada a partir das necessidades regionais, estima-se que 80% da produção vai para o mercado externo. A inserção da soja na região sul do estado responde às necessidades de expansão do capital, de apropriar-se de novas áreas para garantir sua ampliação e reprodução, impondo novas divisões territoriais do trabalho, a nível intencional, nacional e regional. Nos finais dos anos 1980, início dos anos 1990, um conjunto de políticas estatais foram implementadas no Maranhão, para viabilizar a introdução da soja, impondo, assim, uma nova dinâmica territorial ao estado.

Figura 11 – Plantação de soja em Balsas



Fonte: Notícias agrícolas (2014).

Em Imperatriz, a Planta Industrial da Suzano Papel e Celulose, inaugurada oficialmente em março de 2014, é considerada pela empresa uma das maiores e mais modernas do mundo. Segundo os dados da própria Suzano, a unidade, que é um dos maiores investimentos privados no país, recebeu investimentos de R\$ 6 bilhões, tem capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas/ano de celulose de eucalipto e gerar excedente de energia de 100 MW. Ainda segundo os dados disponibilizados pela empresa, a planta industrial é referência em tecnologia, têm duas secadoras e dois fornos de cal, que permitem maior flexibilidade e estabilidade operacional e é autossuficiente em energia, sendo que seu excedente, de 100 MW, daria para atender uma cidade de 200 mil habitantes. A produção é praticamente toda destinada aos mercados europeus e norte-americano. O escoamento do produto até o Porto Itaqui, em São Luís, acontece por meio das ferrovias Norte-Sul e Carajás, ambas reformadas e ampliadas no governo de Dilma Rousseff e administradas pela Empresa Vale. Como bem observa Ribeiro Junior:

O que estamos assistindo é um claro processo transitório de marginalização da agricultura camponesa e extrativismo vegetal rumo à industrialização da hinterlândia de Imperatriz. Além do mais, os impactos negativos deste projeto capitalista são vários: especulação imobiliária, alteração da qualidade da água, emissão de materiais particulados, supressão da vegetação, conflitos pela água e no ambiente de trabalho. (RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 169).

A moderna instalação da Fábrica Suzano Papel e Celulose possui sua matéria-prima garantida, vinda de seu próprio projeto florestal de 60 mil hectares instalado na região de Porto Franco- MA, do arrendamento e da apropriação de terras na região e da aquisição de plantios de eucaliptos que pertenciam à empresa Vale. Parece dispor de tudo o que precisa para seu funcionamento: infraestrutura, ferrovias para o escoamento da produção, rodovias que ligam ao Norte, Nordeste e Centro Sul do país, recursos hídricos do Rio Tocantins e clima e relevo favorável ao seu pleno desenvolvimento.

Figura 12 – Vista aérea da fábrica da Suzano em Imperatriz



Fonte: Suzano Papel e Celulose (2015).

A garantia dessa infraestrutura advém de uma harmoniosa articulação com Estado. O mesmo tem facilitado para que estas empresas privadas não encontrem empecilhos ao se apropriarem da biodiversidade regional para o seu processo de industrialização induzida, otimizando seus lucros e acumulação e aprofundando os conflitos e destruição das riquezas locais a partir da financeirização da natureza. Parafraseando Ribeiro Junior (2014), há uma verdadeira fusão de capital industrial, agrícola e financeiro; evidenciando que os setores que antecedem e que sucedem a agricultura a tornam muito mais complexa e desencadeiam, por conseguinte, uma profunda reestruturação do território.

Figura 13 – Ato de inauguração da fábrica da Suzano em Imperatriz ²⁵



Fonte: Suzano Papel e Celulose (2014).

O capital age sem controle social do Estado e da organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras e suas consequências são desastrosas, pois, como afirma Frigotto, o capital

Desloca-se cada vez mais da sua referência real e torna-se fictício, especulativo, permitido aos que têm as informações auferir ganhos extraordinários, mesmo que seja as custas de milhares de trabalhadores em todas as partes do mundo, particularmente

²⁵

A solenidade de inauguração, foi prestigiada pela presidente Dilma Rousseff, pela governadora Roseana Sarney, pelo presidente do Conselho de Administração da Suzano, David Feffer, além de executivos da empresa, ministros, senadores, deputados federais, secretários de Estado, prefeitos da região, empresários, políticos e convidados.

nas nações de capitalismo periférico. (2016, p.59).

A falta de investimento estatal, o fato de ser uma região desprovida do acesso a políticas públicas estruturantes e carente de conhecimentos e informações que possibilite às populações terem noção das potencialidades das riquezas que possuem, facilita o processo de convencimento e sedução desses empreendimentos econômicos, que difundem o discurso de que estão trazendo “progresso e geração de renda” para todos.

Esse discurso ecoa na mídia, que vem cumprindo uma tarefa imprescindível de divulgação da “boa nova” e ganha corpo nas instituições de ensino. As faculdades e universidades estão se atualizando para atender, com competência e eficiência, a essas novas demandas de formação/capacitação para o mercado e tem assumido o papel de consolidar e referendar o discurso de que os novos arranjos produtivos representam o “moderno” e a possibilidade de desenvolvimento regional.

4.2 Educação superior na região sul do Maranhão: necessidade humana ou insumo para o capital?

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA é uma instituição estadual de ensino superior, fundada em 1987. Se apresenta como autônoma em todos os aspectos - didático-científico, administrativo, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial - embasada no art 272 da Constituição do Estado do Maranhão. No tocante aos objetivos, se propõe a promover o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, difundir o conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias, interagindo com a comunidade com vista ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão. No que se refere à territorialização, a Universidade Estadual do Maranhão se considera regionalizada, por estar localizada em 21 municípios e presente em todas as regiões do estado.

Atualmente, a UEMA encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense. Baseada em 21 municípios, com campus em São Luís e outros 20 Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de: Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, tem atuação em 36 polos de educação à distância e 43 polos do Programa Darcy Ribeiro. Sua atuação está distribuída nos seguintes níveis: Cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente; Cursos presenciais regulares e à distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura; Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Darcy Ribeiro); Pós-Graduação *Stricto sensu* (presencial) e *Lato sensu* (presencial e a distância). (UEMA – PROPLAN, 2015, p.29).

O plano de atuação da instituição é elaborado a partir do que a Universidade caracteriza como **vocação regional**, em que, a partir do levantamento *vocacional*, são definidas as demandas de formação de cada região e estruturados os cursos.

De acordo com a PROPLAN²⁶, em 2015, das vinte e oito regiões onde foram levantadas demandas de formação, somente duas (Serra e Guajajaras) não apresentam necessidade de formação para o agronegócio e treze não apresentam necessidades formativas para a produção de grãos. O que se pode notar é que as principais demandas diagnósticas pelo levantamento da PROPLAN, curiosamente denominadas de “**vocação regional**”, na verdade se vinculam explicitamente à expansão da soja e do eucalipto, duas culturas que não pertencem a esta biodiversidade.

A Universidade Estadual do Maranhão passa a atuar como instituição em Imperatriz a partir da década de 1990, com a constituição do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - UEMA-CESI. A dinâmica econômica e o crescimento populacional no sul maranhense fizeram com que aumentasse substancialmente a demanda por formação no Campus. Fruto desta realidade, a cidade tem uma grande conquista, a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UemaSul, pela Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016, que, segundo declarou o Governador Flávio Dino ao sancionar sua criação, traz como a missão “democratizar oportunidades e combater desigualdades no que se refere aos bens culturais, ciência e conhecimento”²⁷.

Sua área de abrangência está fixada pelo Decreto nº 32.396/2016 e as produções sobre a recém criada universidade, indicam que a mesma passará a incorporar todos os cursos em funcionamento no antigo Campus da UEMA, em Imperatriz, além de visar atender às novas demandas de formação, ofertando novos cursos, baseados nos estudos realizados sobre o arranjo produtivo regional (demandas do mercado), que a Universidade denomina como **vocação regional** e nas discussão com a sociedade civil e comunidade acadêmica.

Em 2015, foi realizado um levantamento pela PROPLAN da UEMA na região, apresentando a seguintes culturas como **vocação da região**: babaçu, madeira, agricultura, silvicultura, indústria, horticultura, pecuária, avicultura, cerâmica e pesca. Esta “vocação regional” foi traduzida nas seguintes demandas por formação: Agroindústria / Agronegócio /

²⁶

Pró Reitoria de Planejamento da Universidade Federal do Maranhão, plano elaborado em 2015.

²⁷

Discurso disponível em: <http://www.ma.gov.br/governador-cumpre-agenda-em-imperatriz> Governador cumpre agenda em Imperatriz e empossa primeira reitora da UemaSul na quarta-feira (18). Acessado em: 10/02/2017.

Horticultura / Alimentos / Processamento de Carne / Produção de Grãos / Gestão de Cooperativas / Gestão da Qualidade / Gestão Comercial / Agrimensura / Irrigação e Drenagem / Obras Hidráulicas / Gestão Ambiental / Saneamento Ambiental / Gestão Pública / Gestão de RH / Processos Gerenciais / Logística / Papel e Celulose / Mecatrônica Industrial / Construção de Edifícios / Controle de Obras / Fabricação Mecânica / Segurança do Trabalho / Gestão da Produção Industrial / Geoprocessamento / Material de Construção / Automação Industrial / Eletrônica Industrial / Eletrotécnica Industrial / Manutenção Industrial / Mecatrônica Industrial / Design de Interiores / Design de Produto / Gestão de Turismo / Gestão Hospitalar / Eventos / Hotelaria / Gastronomia / Análise e Desenvolvimento de Sistemas / Banco de Dados / Gestão da Tecnologia da Informação / Gestão de Telecomunicações / Redes de Computadores / Redes de Telecomunicações / Segurança da Informação / Sistemas de Telecomunicações / Sistemas para Internet / Telemática.

Figura 14 – Universidade Estadual do Maranhão



Fonte: Rodrigues (2011).

No levantamento de **vocação regional** feito pela PROPLAN, as demandas que aparecem estão visivelmente vinculadas ao contexto de expansão do capital na região. Mas apesar da extensa demanda por formação em diferentes áreas necessárias para movimentar o capital, atualmente os cursos oferecidos pela universidade estão voltados prioritariamente para formação de professores, saúde, administração de empreendimentos. Todavia, esse perfil já vem

sendo alterado e pode ser ainda mais aprofundando pela atual configuração dos arranjos produtivos regionais. Como a mudança do Campus da UEMA, em Imperatriz, para a atual UEMASUL ainda é um processo bastante recente, os cursos que se mantêm são: Administração, Biologia, Ciências, Matemática, Química, Física, Enfermagem, Geografia, História, Pedagogia, Letras, Língua Portuguesa e Inglesa e as respectivas literaturas e ainda, Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal. A área das Ciências Agrárias é a mais recente, criada justamente para ajustar a chamada **vocação regional**, vinculada às culturas da pecuária, silvicultura e agricultura.

Percebe-se que há consenso entre a comunidade acadêmica, a população regional, governantes e empresários de que a UemaSul está sendo criada numa localização estratégica para o território maranhense e nacional, encontrando-se numa região favorável ao investimento e instalação de grandes empreendimentos econômicos. Dentre os cursos em funcionamento na Universidade, o de Engenharia Florestal é o mais recente. Autorizado pela Resolução nº 451/97 de 12/12/96, mas criado em 2001, quando de seu reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação pela Resolução nº 804/2011. Em 2013, passou por avaliação pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo avaliado positivamente. O acesso ao curso se dá via vestibulares, que são realizados anualmente e, atualmente, se encontra em andamento a 6ª turma, sendo que a primeira turma concluiu o curso no segundo semestre de 2016.

Dentro da lógica da pedagogia das competências, o curso oferece eficiência no tipo de formação profissional que está realizando. Possui um currículo considerável, com uma base de conhecimentos e técnicas científicas que engloba: *biologia, bioestatística, bioquímica, álgebra, cálculos, agroecologia, cartografia, dendrometria, dendrologia, ecologia, entomologia, extensão rural, fisiologia vegetal, fitopatologia florestal, eletromagnetismo e óptica, mecânica e termodinâmica, gênese, morfologia e classificação do solo, genética, hidráulica e hidrologia, computação e algoritmos, irrigação e drenagem, meteorologia e climatologia, metodologia científica, política e legislação florestal, química do carbono, zoologia, desenho técnico, topografia*, dentre outros conhecimentos, voltados para o estrito aprofundamento acerca da floresta e madeira.

A eficiência deste aspecto do curso de Engenharia Florestal se evidencia nas produções monográficas dos alunos egressos do curso²⁸, pois os conhecimentos abordados no currículo,

28

Dessa primeira turma, formada no segundo semestre de 2016, dezessete estudantes entregaram os trabalhos finais de conclusão do curso e as produções encontram-se disponíveis na biblioteca da Universidade.

permeiam as pesquisas. A exemplo do trabalho de Patrik Costa Silva, que trata da *Influência da altura de corte e diâmetro na brotação de diferentes clones de eucalyptus após primeira rotação*, que traz uma visível apropriação dos conhecimentos sobre a anatomia e morfologia da madeira e um certo domínio sobre as técnicas e tecnologias que podem ser aplicadas nos planos de corte. Vale ressaltar que este é um conhecimento bastante útil para todas as populações que vivem e sobrevivem do campo na região, mas o trabalho tem um foco que se restringe quase que exclusivamente aos que atuam comercialmente na cadeia produtiva da madeira, trazendo o debate sobre como o uso das tecnologias e de algumas técnicas possíveis de serem aplicadas aos planos de corte poderão aumentar a produtividade e reduzir custos das empresas.

A anatomia e morfologia vegetal, trata de entender melhor as *plantas vasculares que produzem sementes: célula vegetal, morfologia e anatomia dos órgãos vegetais superiores*. A apropriação de conhecimentos tão úteis para a região, deveria instigar os estudantes à reflexão e/ou a alguns questionamentos: qual a diversidade de variedades de plantas existentes? As florestas nativas estão sendo preservadas e potencializadas? É possível contribuir, através do curso, com as comunidades do campo que trabalham e produzem apenas com a sua experiência empírica?

Questões como essas poderiam, inclusive, serem motivadoras para realização de projetos de intervenção (extensão universitária) nessas comunidades, contribuindo para potencializar suas plantações, socializando informações e conhecimentos de como cuidar e potencializar o uso da natureza, entendendo melhor como funciona sua composição e estrutura. Infelizmente, não pudemos encontrar qualquer indicativo de que isso aconteça, embora o essencial seria que cursos com esse potencial de produção técnica-científica, tivessem como horizonte a partilha e troca de conhecimentos com os trabalhadores e trabalhadoras, comunidades rurais, assentados, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, que lidam cotidianamente com a floresta na região.

Ao contrário, observa-se, que os trabalhos dos estudantes demonstram um acúmulo de conhecimento sobre a floresta, a madeira, o solo, as condições climáticas, quase que totalmente direcionado e difundido para potencializar os grandes empreendimentos florestais. O trabalho de Raymara Reis Silva, *Dinâmica de estoque em árvores comerciais em florestas exploradas no sudoeste paraense*, menciona certa preocupação sobre os impactos do manejo no sistema agroflorestal, o que nos leva a pensar que traria uma problematização sobre a quem serve esses monocultivos, apelidados ironicamente de “florestas”. Porém, sua abordagem sobre a conservação da floresta se dá articulada a sua habilitação para os ciclos de cortes, ou seja, mantém o foco da produtividade.

Alguns conhecimentos trabalhados no curso são imprescindíveis para as empresas que atuam no comércio da madeira, sobretudo, as voltadas para o eucalipto. Nas monografias aparecem temas como *inventário florestal*, que foi bastante estudado por tratar de forma estrita do crescimento e produção florestal, preocupação presente nas empresas do ramo, dado que a plantação de eucalipto, denominada “floresta”, precisam se adaptar a uma biodiversidade da qual não é inerente. Assim, os trabalhos que abordam a questão do inventário contribuem para que as empresas do ramo da madeira enxerguem possíveis alternativas para evitarem o risco de terem prejuízos. A produção acadêmica dos trabalhos de conclusão da primeira turma de Engenheiros Florestal da UemaSul, nos leva à percepção de que o curso parece ter cumprido um papel funcional para Empresa Suzano Papel Celulose.

Entender do manejo de florestas plantadas, saber classificar a capacidade produtiva destas, modelar o crescimento da produção e realizar a rotação das florestas apareceram como questões que integram o currículo do curso e reaparecem com força nos trabalhos monográficos. No entanto, essas produções fazem pouca menção às questões ambientais, sociais, ou até mesmo sobre o uso, aproveitamento e preservação as florestas nativas. Os sistemas silviculturais se constituem como eixos estruturantes do curso e a viabilidade financeira da silvicultura aparece como uma grande questão. Ainda que não esteja explícita, é o que está sendo pensado, investigado e a própria produção de conhecimentos acontece integrada a esse tema fundante. Nos parece que os desafios enfrentados nas pesquisas monográficas estavam voltados para a investigação desta viabilidade, maximização da produção do monocultivo de eucalipto e a produção do consenso em torno da viabilidade e contribuição desses empreendimentos na “modernização” da região.

Há no curso uma dedicação em relação à qualidade da formação visivelmente focada na capacitação de profissionais e produção de uma teoria que se vincule aos interesses do mercado. Como aponta a ementa da disciplina Economia Florestal, pretende-se o estudo sobre *economia e comercialização dos produtos florestais, que possibilita aos estudantes uma maior compreensão sobre os princípios elementares em economia do setor florestal, estudos dos custos, capital, juros, investimentos e rendimentos nesse ramo empresarial, a discussão da cadeia produtiva da base florestal: internacional, nacional, a determinação de preços e quantidades: oferta, procura e concorrência, tendência da produção, consumo, preço, a questão da geografia da comercialização*. Todas essas temáticas expressam uma formação qualificada e focada no processo de financeirização da natureza.

A opção por uma produção teórica vinculada ao processo de financeirização da natureza conduziu o curso ao aprofundamento do estudo da silvicultura. A produção escrita dos

estudantes demonstra que os mesmos adquiriram domínio técnico e científico nesta área. Estruturado em 3.720 horas, distribuídas em 62 disciplinas, para ter mais eficiência, o curso de Engenharia Florestal está passando por um processo de reformulação de seu Projeto Político Pedagógico - PPP e revisão do ementário das disciplinas. Até então, das sessenta e duas disciplinas obrigatórias, sistematizadas nas ementas e objetivos, vinte estão voltadas para o domínio e conhecimentos da silvicultura. O que poderá ser constado na tabela abaixo:

Figura 15 – Disciplinas do curso de Engenharia Florestal da UEMA

1. ANATOMIA DA MADEIRA
2. ANATOMIA E MORFOLOGIA VEGETAL
3. COLHEITA E TRANSPORTE FLORESTAL
4. ECOLOGIA FLORESTAL
5. ECONOMIA FLORESTAL
6. ENTOMOLOGIA FLORESTAL
7. ESTRUTURA DA MADEIRA E CONSTRUÇÕES RURAIS
8. FITOPATOLOGIA FLORESTAL
9. INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS
10. INTRODUÇÃO À ENGENHARIA FLORESTAL
11. INVENTÁRIO FLORESTAL
12. MANEJO DE FLORESTAS NATIVAS
13. MANEJO DE FLORESTAS PLANTADAS
14. MÁQUINAS E MECANIZAÇÃO FLORESTAL
15. MELHORAMENTO E BIOTECNOLOGIA FLORESTAL
16. POLÍTICA E LEGISLAÇÃO FLORESTAL
17. PRODUÇÃO DE MUDAS E VIVEIROS FLORESTAIS
18. PRODUÇÃO E TECNOLOGIA DE SEMENTES FLORESTAIS
19. PRODUTOS ENERG. DA MADEIRA E EXTRATOS FLORESTAIS
20. TECNOLOGIA DA MADEIRA

Fonte: UEMA (2017).

As disciplinas acima tratam estritamente da ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais com vista a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, a aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas, como é definida a silvicultura nas literaturas pesquisadas que alicerçam o curso. No entanto, cabe perguntar se de fato há racionalidade na forma como esses empreendimentos florestais vem sendo expandido e se os trabalhos acadêmicos não fortalecem, ao contrário, uma prática irracional por parte dessas empresas, quando não problematizam as questões sociais e ambientais e praticamente invisibilizam as demais áreas do conhecimento que aparecem no próprio currículo. Ou seja, em sua estruturação, nas ementas das disciplinas e nas produções acadêmicas, o curso de Engenharia Florestal aparenta

corresponder à grande parte das expectativas anunciadas no contexto de sua criação. O que podemos verificar na forma como o blogueiro João Rodrigues (2011) escreve a notícia de sua criação.

A autorização concedida há cerca de quinze dias veio num momento especial para o Curso de Medicina Veterinária, Engenharia Agrônômica (Agronomia) e Engenharia Florestal, que juntos compõem os cursos de ciências agrárias. O Centro de Estudos da UEMA ficou pequeno para tantos alunos e pesquisadores. O resultado foram as parcerias, principalmente no caso dos cursos de ciências agrárias. Além dos dois, a novidade está sendo o curso de Engenharia Florestal cuja primeira turma teve início em 2011, para atender uma demanda do mercado regional, principalmente em razão da instalação da indústria da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz - MA.

Das dezessete produções monográficas disponíveis nos arquivos do curso, apenas três apontam necessidades investigativas que se desvinculam da preocupação estrita com a viabilidade lucrativa da floresta. O trabalho de Nathália Coelho Nobre, que trata da *Caracterização morfológica, climática do uso do solo da bacia hidrográfica do Rio Farinha – MA*, em que a estudante realiza um importante estudo sobre o formato da bacia do Rio Farinha e sua não propensão a pico de enchentes, *sugerindo* continuidade e um maior aprofundamento nesse tipo de pesquisa e pautando a necessidade de programas de manejo integrado a essas áreas, que sejam capazes de identificar e planejar o uso dos recursos naturais.

Já a monografia sobre o *Levantamento florístico e avaliação fitossociológica de uma floresta ombrófila aberta em área urbana no Município de Imperatriz MA*, de Francisco Janílson de Araújo Gomes e o trabalho de Diego Pereira Santos, sobre a *Aplicação de ferramentas gerenciais na reabilitação do horto florestal Arara-azul*, apresentam preocupações com a questão ambiental, algo que foi minimizado na maioria dos trabalhos analisados. Santos aponta a necessidade de reabilitar o horto florestal por ser algo vital para o município de Imperatriz, ampliando a discussão ao contexto de áreas verdes, públicas em geral, que precisam de devida atenção da gestão pública, principalmente no que concerne as suas responsabilidades administrativas.

Fora os temas citados acima, que se distanciam da preocupação com a produtividade e aproveitamento da floresta, as demais questões de pesquisas que deram origem aos trabalhos acadêmicos estavam bastante empenhadas em oferecer respostas sobre a viabilidade e aumento da produtividade das florestas plantadas na região. O já citado trabalho sobre corte de eucalipto, de Patrick Costa Silva, apresentou clara preocupação sobre o manejo de brotações pesquisado um sistema que poderá apresentar melhores resultados. As conclusões de pesquisa apresentadas pelo autor são informações sintetizadas, mas muito úteis às empresas que atuam no ramo da madeira de eucalipto.

Para realizar manejo de brotações, devem se conhecer os outros fatores que influenciam a rebrota de eucalipto além da altura de corte e diâmetro das cepas, como: época de corte, tipo de colheita, compactação do solo, adubação, pragas, procedência, dentre outros, para que se possa garantir maior produtividade do sistema de talhadia , rompendo com o estereótipo do uso do sistema de talhadia apenas como meio de redução de custos durante períodos de crise. (SILVA, 2016).

29

Assim como este trabalho, consideramos que a maioria das informações sistematizadas nos trabalhos finais dos estudantes da primeira turma do curso de Engenharia Florestal poderão ser bastante úteis ao setor empresarial de madeira e florestas plantadas, a exemplo dos trabalhos como o de Adriana Coelho Mota: *Comparação do volume de madeira empilhada com volume de inventário para espécie de eucalyptus sp. na região de Barra do Corda –MA*, que apresenta uma contribuição no tocante aos valores de toras de eucalipto empilhados e se estes estão de acordo com os valores estimados pelos inventários; ou o de Kadja da Silva Cerqueira: *Avaliação da eficiência de Harvesters atuando em diferentes turnos de trabalho na colheita florestal do Estado do Maranhão*, que traz claras preocupações sobre a produção e produtividade das máquinas de colheita florestal, sem trazer presente outras questões que problematizem o desemprego causado pela mecanização e/ou a degradação do solo e poluição causada pelo monocultivo. Os conhecimentos científicos dessas produções acadêmicas agem como insumo para estes empreendimentos econômicos no ramo da madeira, papel e celulose instalados na região. São preocupações detalhadas com a eficiência das máquinas em detrimento dos seres humanos que as operam, em que a autora faz a seguinte recomendação:

30

Podemos concluir ao fim desta análise que estatisticamente os turnos de trabalho não influenciam a produção e produtividade das máquinas, no entanto as horas efetivas de trabalho possuem uma correlação direta com a produção das máquinas, uma vez que o turno com maior número de horas disponíveis para o trabalho teve também a maior produção. Desta forma conclui-se que é de fundamental importância se atentar para a otimização do procedimento de manutenção preventiva das máquinas, já que a produção das máquinas sofre influência direta das horas efetivas de trabalho, de forma a alavancar a produção. (CERQUEIRA, 2016).

29

Técnica de manejo da rebrota

30

Máquinas de colheita florestal.

Figura 16 – Máquina *Harvesters* de colheita florestal

Fonte: Ponsse (2017).

As preocupações investigativas desta natureza foram amplas. No trabalho de Eduardo da Silva Santos, *Análise do teor de celulose e da densidade da madeira de algaroba*, que trouxe um plausível estudo sobre a algaroba - *Prosopis juliflora* (SW) DC, originária do deserto do Piúra, no Peru, adaptável ao bioma caatinga, mas que poderá comprometê-lo se não houver controle de sua produção. Os esforços do autor foram centrados em investigar o alto potencial comercial da árvore para o reflorestamento, por ter características de precocidade, resistência à seca e produção de madeira de excelente qualidade para diversos fins, teores de celulose e densidade da madeira para a produção de carvão e siderúrgicos. No entanto, percebe-se que a preocupação com o controle da produção extensiva da algaroba para não comprometer a biodiversidade do bioma caatinga não teve relevância no trabalho e o debate sobre o reflorestamento aparece não como uma questão ambiental, mas comercial: produzir floresta aqui é sinônimo de capital e lucro, perdendo toda a referência e possibilidade de compreender a floresta como um lugar de vida.

Figura 17 – Vagens de Algaroba



Fonte: Revista O Berro (2011).

Houve, também, questões de pesquisa sobre árvores não tão comuns na região. Como a *Parkia*, que possui uma madeira que pode ser utilizada em caixotaria, compensados, brinquedos, lenha e carvão e suas vagens maduras servem de forragem para todos os ruminantes, além disso, por ser bonita, a árvore é recomendada para arborização urbanística. E a Teca, proveniente do subcontinente índico e do sudeste asiático e adaptável ao clima úmido e tropical, possui uma madeira de alto valor comercial. O trabalho de Bárbara Brenda Soares Barbosa, *Avaliação de tratamentos de quebra de dormência na produção de mudas de parkia platycephala Benth. (Favas –de- bolotas)* – preocupou-se com o alto grau de dormência que dificulta a germinação das sementes e o uso de técnicas que poderão superar essa dificuldade. Nos trabalhos sobre a Teca, árvore que começou ser produzida de forma extensiva no norte do Tocantins, próximo à divisa com o Maranhão, as questões giraram em torno do *Modelo volumétrico para Teca (tectona grandis) jovem no norte do estado Tocantins*, trabalho de Talita Freiesleben Rosso, *Aproveitamento de madeira de segundo desbaste de tectona grandis em serraria*, trabalho de Eduardo de Lima Zavarize, e reforçam a percepção de que, mesmo pesquisando espécies diferentes, a preocupação dos autores mantém o foco na produtividade e melhor aproveitamento da madeira. A conclusão desse último trabalho segue apontando para isso:

Considerando que o aproveitamento é de aproximadamente 30% nas diferentes classes, recomenda-se o estudo da utilização das costaneiras para a produção de outros produtos serrados de menores dimensões, o que aumentaria o aproveitamento da serraria. Todavia, esta análise deve considerar o investimento em mais equipamentos (custo e amortização) e o valor de mercado destes produtos, contra o valor de comercialização atual dos resíduos (pó e costaneiras) (ZAVARIZE, 2016).

Figura 18 – Plantação de Teca



Fonte: IPFE (2013).

Figura 19 - Parkia



Fonte: IPFE (2013).

Os estudantes ainda apresentaram questões investigativas referentes à exploração da madeira na Amazônia oriental e comercialização de árvores no sudoeste paraense, trazendo os conceitos de reflorestamento e sustentabilidade, alinhados à questão do aumento da produtividade e agregação de valor ao produto. O trabalho de Lailson Dantas Silva traz como tema o *Estoque madeireiro em floresta explorada na Amazônia oriental* e discute a viabilidade de uma exploração baseada na produção líquida da floresta, atentando para as práticas necessárias para reduzir e evitar uma alta mortalidade. Ressalta em seu trabalho que a floresta dispõe de volume explorável de árvores mortas, que pode ser uma alternativa sustentável para agregar valor à floresta fazendo uso eficiente da biomassa. A já citada produção científica de Raymara Reis Silva: *Dinâmica de estoque em árvores comerciais em florestas exploradas no sudoeste paraense*, se mantém coerente com o trabalho anterior, sustentando a ideia da utilização de técnicas que otimizem a produção de madeira, pouco refletindo sobre os problemas socioambientais causados por este tipo exploração econômica. É evidente que os trabalhos produziram conhecimentos relevantes ao processo de financeirização da biodiversidade, como podemos verificar nas considerações finais da autora que traz os seguintes apontamentos:

Se faz notório o estudo da dinâmica florestal, pois quando em conjunto, nos informam

como está ocorrendo o processo de evolução do ecossistema florestal em resposta ao sistema de manejo aplicado, isto é, se a floresta está absorvendo bem os impactos ocasionados pela intervenção florestal e caso isso não esteja acontecendo, que medidas poderiam ser tomadas para que isso venha acontecer, conservando a floresta e habilitando –a para novos ciclos de corte. (SILVA, 2016).

Houve também trabalhos como o de Isadora Santos de Carvalho, a *Estruturação da cadeia de produtos madeireiros das grandes empresas na região sudoeste maranhense*, que trouxeram informações importantes sobre como se dá esta produção, mas sem discutir a essência da forma como essas empresas atuam. Afirma que a madeira utilizada pelas empresas é proveniente de plantios próprios, arrendamento ou fomento, sem pretender investigar a forma como estas adquirem “suas” terras, de quem estão arrendando, que sujeitos estão sendo expulsos e que tipo de cultura está sendo exterminada para que as empresas e a cultura da madeira se territorialize; tampouco esclarecem que o fomento florestal é uma forma perversa dos empresários que atuam com a madeira lucrarem, transformando os pequenos e médios proprietários e comunidades do campo que estão ao seu redor, em produtores e fornecedores de madeira para seus empreendimentos, utilizando argumentos sedutores e convincentes, criando expectativas que geralmente não se realizam. Como podemos notar, a autora acaba apenas por reproduzir os argumentos utilizados pelas empresas e replicados na mídia para criar o consenso entorno de seus empreendimentos, como noticia o site Colheita de Madeira:

O desenvolvimento do setor florestal e a crescente demanda por matéria-prima faz com que as empresas precisem buscar alternativas para suas necessidades. Uma delas é o fomento, atividade que envolve a contratação de produtores rurais próximos à fábrica para o fornecimento de madeira. As vantagens dessa solução são inúmeras, tanto para os empresários quanto para os produtores. Além da empresa garantir seu abastecimento de madeira, as comunidades do seu entorno se desenvolvem e têm uma nova opção de renda. (SCANDELARI, 2015).

A autora traz, ainda, informações de que a maioria da madeira produzida e consumida por essas empresas é do gênero eucalyptus, sem relacionar os vários conflitos de terra com acampados, indígenas e demais comunidades rurais e as denúncias ambientais conhecidas amplamente na região e derivadas da forma como elas atuam. Aponta como positivo o fato de já se constatar o uso de outras espécies florestais na região, demonstrando a possibilidade de cultivos florestais diversificados e em sua conclusão enfatiza as inúmeras “benesses” que esses empreendimentos proporcionam à região.

A contribuição socioambiental das empresas através do reflorestamento, conservação e preservação das áreas de reserva legal e áreas de preservação permanentes, além da difusão de projetos proporcionando o avanço social na região e a inclusão de pessoas a margem da sociedade. Todos esses fatores contribuem significativamente para o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região. Identificou-se nos principais motivos que levaram as empresas a se instalarem na região sendo a disponibilidade de terras o maior. Além disso a identificação de gargalos identificados

pelas empresas subsidia a implantação de políticas públicas, bem como o desenvolvimento de medidas minimizadoras dos entraves existentes, sendo a especialização de mão-de-obra problemática em maior destaque entre os entrevistados. (CARVALHO, I. S., 2016).

Os elementos que aparecem nos trabalhos nos ajudam a pensar não apenas na sócio economia da região sul, mas do Maranhão como um todo. É uma repetição trágica da história, pois a potencialidade apresentada como alternativa de desenvolvimento econômico para o estado no atual contexto está pautada fundamentalmente nas cadeias produtivas do agronegócio, através de grandes empreendimentos que são cíclicos, vulneráveis, dependentes e subservientes ao capital internacional, cuja a estruturação se dá a partir de uma intensa articulação entre o que há de mais avançado na indústria moderna e o que há de mais atrasado nas relações de trabalho e em formas destrutivas de apropriação e exploração das riquezas naturais e minerais nesta região.

Os conhecimentos e técnicas científicas sistematizadas a partir dessas pesquisas são verdadeiras matérias-primas para que as empresas otimizem a produção de mercadorias. E, concomitantemente, reforçam a ideologia de que os empreendimentos econômicos resolverão o atraso e gargalos existentes na região, subsidiando, em articulação com o Estado, a implantação de políticas públicas que promovam seu desenvolvimento sociocultural, ambiental e econômico.

Isso nos leva a compreender que o que se discute nessas produções é a aparência do que compõe a materialidade dessas empresas, reforçando e legitimando o discurso de que estão chegando para trazer “tempos de bonança”. As produções monográficas ilustram, ainda, uma falsa contribuição socioambiental desses empreendimentos, enfatizando que a partir de projetos científicos e culturais, de pesquisas arqueológicas e de incentivos à manutenção de pequenas reservas ambientais propõem a conservação e preservação da região. Os conflitos agrários não são mencionados, tampouco a enorme degradação ambiental em curso, o que existe é uma clara tentativa de camuflar a realidade, nos dando a compreensão de que o conjunto de informações acessadas no curso de Engenharia Florestal não foram capazes de possibilitar aos estudantes uma interpretação dos fenômenos que compõem a totalidade desse modelo de subdesenvolvimento em expansão. Não colocamos em marcha a produção de uma teoria capaz de enfrentar a alienação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência e emergência de escrever este trabalho, certamente fez com que muitas questões que careciam de maior aprofundamento tenham ficado insuficientemente maturadas. Todavia, face à multiplicidade de fatores que permeiam a configuração da política de Ensino Superior, a atual conjuntura do país e a particularidade socioeconômica, política, cultural e ambiental do Maranhão, podemos assegurar que os autores estudados ao longo dessa construção contribuíram imensamente para que houvesse um esforço de estabelecer relações entre ambos os fatores, ao analisarmos a interface entre a política de Ensino Superior e a expansão do agronegócio. Os autores ampararam a ideia de que não seria possível analisar a política de Ensino Superior sem relacioná-la às determinações mais amplas que influenciam o sistema educacional brasileiro, a universidade e o contexto em que a mesma está inserida.

Sobre o vínculo entre educação e desenvolvimento econômico, retomamos a ideia de que a ilusão iluminista propagandeou a fantasia que a ciência e o conhecimento seriam o remédio para curar a pobreza das populações. No entanto, o que se percebe é que a educação é insuficiente para alterar qualquer realidade desigual se não for discutida e enfrentada a essência dessa desigualdade. Na especificidade do Brasil, sem discutir a relação orgânica entre “o atraso e o moderno” (FRIGOTTO, 2009), proveniente dessa forma desigual e combinada com a qual o capitalismo dependente se desenvolveu em nosso país, não há possibilidades de se produzir um sistema educacional que consiga contribuir para a superação dessa estrutura desigual de sociedade.

No que concerne à atual conjuntura, vivemos um contexto de reestruturação produtiva do capital e sua afirmação nas diferentes esferas do planeta e da vida humana, intensificando a exploração da força de trabalho, a apropriação, expropriação e destruição da biodiversidade, a intensificação da competitividade intercapitalista, o uso dos avanços técnicos e científicos para produzir lucro, mesmo que de forma destrutiva. É o que Mészáros (2002) define como uma destruição estratégica, que

Funda-se cada vez mais num metabolismo do desperdício, da “obsolescência planejada”, na produção de armas, no desenvolvimento do complexo militar, na destruição da natureza, na produção de “trabalho supérfluo”, vale dizer desemprego em massa. Além disso, dentro das políticas de ajuste para recuperar as taxas de lucro, nas últimas décadas vem abolindo quase todos os direitos dos trabalhadores conquistados ao longo do século XX. (p. 155).

O “mundo moderno e desenvolvido” não foi socializado, o modelo de desenvolvimento, imposto pelos países de “primeiro mundo”, pós Segunda Guerra Mundial, ao invés de trazer

bonança e paz, como foi anunciado, aumentou as desigualdades sociais e a destruição ambiental, principalmente nos países do “terceiro mundo”.

Para enfrentar a crise gerada pelos países ricos e “desenvolvidos”, que se intensificou principalmente em meados das décadas de 1970 e 1980, os capitalistas reestruturaram a economia e promoveram um reajustamento social e político marcado pela transnacionalização da economia, flexibilização e precarização do trabalho, incorporação dos avanços tecnológicos na produção, com a substituição de força de trabalho humano pela máquina, provocando o desemprego em massa, a privatização do público, que exigia um Estado mínimo na garantia dos direitos sociais e máximo na viabilização do mercado, tendo como resultado o aprofundamento da miséria e vulnerabilidade social. Ou seja, a acumulação flexível (Harvey, 1993) e o Estado-mínimo tomam nas mãos a condução da barca.

Essa reestruturação produtiva do capital e o reajustamento social e político têm produzido um tempo de instabilidade e vulnerabilidade, de uma profunda descrença e insegurança na política, produzida pela ideologia neoliberal. Os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras, as leis que os asseguram, a biodiversidade e riquezas nacionais estão ameaçadas pela hegemonia do capital. As reformas, medidas provisórias, projetos de leis que são apresentados como alternativa para salvar o país, na verdade servem para aprofundar e realimentar as históricas relações de desigualdade. Parafraseando Katz (2016), o neoliberalismo perdura pelo retrocesso que impôs aos trabalhadores, sustenta-se do cansaço político gerado pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo. Tudo indica que a reversão desta etapa exigirá grandes vitórias populares impostas de baixo para cima.

Em se tratando da política educacional, que de certa maneira está relacionada à nossa formação social, como nos ensina Oliveira (2005), os pensadores clássicos das ciências sociais nos ajudaram a descobrir o Brasil e inventar uma nação, desconsiderando que essa formação se pautou, desde sempre, na exploração, expropriação e concentração de riquezas numa minoria em detrimento da maioria. Foram essas bases que deram materialidade à criação de um sistema de educação no país, arquitetado para ser útil à essa estrutura de sociedade. Um país que assumiu como sua a cultura do colonizador, utilizando-se de suas estratégias para construir-se, não garantiria a universalização de uma educação básica, visando preparar os sujeitos para uma vivência efetiva da cidadania, mesmo nos limites republicanos; não ousaria construir uma universidade capaz de formar sujeitos produtores de ciência e tecnologia, nem delegaria à universidade a tarefa estratégica de formar a maioria. Ao contrário, a mesma foi secundarizada e essa formação estratégica foi restringida a uma minoria dominante. Segundo Frigotto (2009),

preservou-se as marcas de um capitalismo dependente e associado também na política educacional.

Diante desse contexto, ao observarmos a configuração da política de Ensino Superior que vem se expandindo na região sul do Maranhão e a partir da análise de documentos e produções acadêmicas do curso de Engenharia Florestal, identificamos que a formação superior oferecida sofre direta influência do modelo de desenvolvimento em curso e dos arranjos produtivos que estão sendo implementados, tendo em vista que as florestas plantadas, principalmente no que se refere ao cultivo de eucalipto, estão em expansão na região com a chegada da Empresa Suzano Papel e Celulose e a implantação de sua fábrica em Imperatriz. As ementas das disciplinas, algumas abordadas no último capítulo, demonstram uma preocupação em capacitar uma mão-de-obra especializada, com perfil de formação admissível pela empresa. Há uma perceptível aliança entre a empresa, a mídia e instituições de ensino, pois a formação dos estudantes do curso de Engenharia Florestal, vai de encontro ao que foi divulgado pelos meios de comunicação, no período de sua criação.

A Empresa Suzano Papel e Celulose, que se instalou na região com o objetivo de desenvolver a cultura do eucalipto, alegando não existir no Maranhão uma cultura florestal, por ser uma fronteira agrícola, encontra na Universidade uma aliada na capacitação/formação de profissionais e na promoção de pesquisas que subsidiem o processo de financeirização da natureza, investigando as possibilidades de melhoramento genético, a adaptabilidade das variedade, o manejo e mercado para comercialização dos monocultivo destinados a abastecer sua moderna fábrica em Imperatriz, cuja produção é prioritariamente para exportação.

Os títulos dos trabalhos monográficos são emblemáticos e careciam de uma análise mais profunda. Majoritariamente apresentam questões que pautam a viabilidade econômica da madeira, a exemplo do trabalho monográfico *“Estruturação da cadeia de produtos madeireiros das grandes empresas, na região sudoeste do Maranhão”*, onde a autora reconhece o potencial lucrativo das florestas plantadas para essas grandes empresas que possuem seus próprios plantios, arrendam terras ou fomentam os pequenos produtores a cultivarem a madeira. Os trabalhos parecem não esboçar nenhuma preocupação com a forma com que estas terras são adquiridas, de quem estão sendo adquiridas, nem com o fato de que a maioria da madeira produzida e consumida por essas empresas seja do gênero eucalyptus, considerado totalmente agressivo à biodiversidade. Onde existe um plantio de eucalipto, dificilmente outros seres vivos sobrevivem, a terra transforma-se num grande deserto verde, fato constatado empiricamente e cientificamente.

Reproduzir o ser humano necessário ao capitalismo parece ter sido a estratégia

formativa traçada para os estudantes da primeira turma do curso de Engenharia Florestal e a produção dos trabalhos monográficos aparentou corresponder a esta preocupação preliminar de formar um profissional apto a servir à empresa Suzano Papel e Celulose. Entendo que a instalação de uma fábrica tão moderna, que integra “modernização” e transformações nos processos de trabalho e meios de produção numa perspectiva globalizada, só carece de sujeitos com qualidades, habilidades e/ou competências capazes de satisfazerem com eficiência a estas mudanças. No entanto, nota-se que a formação potencializada pelo curso foi bastante fragmentada, voltada quase que exclusivamente para compressão e o domínio da cadeia produtiva das florestas plantadas, de maneira especial a cadeia do eucalipto, se distanciando do que Manacorda (2007), defende como formação profissional, na qual os sujeitos tenham domínio dos “fundamentos científicos de todos os processos de produção e dos aspectos práticos de todos os ofícios” (p. 44).

Apareceram minoritariamente nas monografias produzidas por esta primeira turma temas relacionados à situação da população local e de outros aspectos da biodiversidade, inclusive das florestas características da região. As pesquisas não deram ênfase aos sujeitos sociais que são produtores das riquezas que abastecem a região, sujeitos que não veem a terra e a biodiversidade como mercadoria, que concebem o trabalho como meio de garantir a satisfação de necessidades, que organizam famílias na forma de unidade produtiva, que não veem a produção de alimento e a própria natureza como um meio de obtenção de lucro, a troca como meio de lucrar e o tempo como meio de maximizar os lucros. Esses sujeitos, que são acusados de estarem impedindo o “progresso e o desenvolvimento” da nação, que a cada luta demonstram resistência, que a cada ação criativa confrontam a ordem perversa do sistema capitalista deveriam ser parte integrante destas pesquisas, mas quase sempre são invisibilizados pelas universidades.

Neste sentido, os cursos de formação superior na área das ciências agrárias, que poderiam cumprir um papel histórico, contribuindo para pensar a diversidade de processos produtivos e de organização da vida, preservação da biodiversidade e defesa da natureza, na verdade são cursos que se constroem como reféns, associados a um sistema de produção que apresenta o lucro e a concentração como sua principal realização, que vê o capital como motor deste modo de existir e reproduzir-se. Mesmo que para isso, continue aprofundando conflitos, explorando, expropriando, disputando terra, territórios, biodiversidade e destruindo modos de vida em âmbito local e global.

Produz-se aqui um pseudoconhecimento científico, que apaga da história justamente os sujeitos que repõe nossa esperança num outro mundo possível, os grupos sociais que, consciente ou inconscientemente, estão resistindo e confrontando a ordem estabelecida, sendo, por isso,

penalizados e massacrados, inclusive pela própria Ciência.

Empresas como a Suzano Papel e Celulose são a expressão desse modo de produção hegemônico, porém sua atuação se dá com uma bonita roupagem, definida pela própria empresa como ações de “*potencialização do capital social*”. Ressaltamos que a pesquisa foi insuficiente para investigar essas ações, apenas foram levantadas algumas informações de que as mesmas vêm sendo implementadas através do Instituto Ecofuturo, que são de cunho “educacional e cultural”, que incentivam a leitura, a criação de grupos de arte-cultura, a preservação do patrimônio cultural e arqueológico, o aproveitamento de produtos típicos para agregação de valor, além de desenvolverem projetos, como o *Suzano na Escola*, que leva para dentro das escolas públicas a discussão de temas que mostram as diversas possibilidades do mundo dos negócios e a importância da educação como base para a preparação para o mercado de trabalho. Compreendemos que todas essas ações são tentativas de compensar o incompensável, utilizando a educação e a cultura para tornar a população ainda mais alienada.

Todavia, essa alienação está sendo sacudida pela situação dramática da atual conjuntura produzida pela atuação predatória desses grandes empreendimentos econômicos que exploram, precarizam o trabalho, destroem rios, biomas, riquezas minerais e naturais que podem levar a um desastre ecológico irreversível. A situação da classe trabalhadora é ainda mais dramática, pois é a principal vítima das doenças indecifráveis, de antigas epidemias que estão de volta, da pobreza, desemprego e violência. O Estado se abstém até mesmo de garantir políticas emergenciais e distributivas, necessárias para amenizar a situação. Estas questões deveriam levar a população como um todo a mobilizar-se, lutar por reformas estruturais e talvez caberia, aceitar o convite de Hobsbawm de “renascer das cinzas o que implicaria uma investida contra as fortalezas da economia de mercado e de consumo” (1997, p. 270).

Neste sentido, a perspectiva é que a realização desse estudo, que problematiza o papel das instituições públicas de Ensino Superior frente à hegemonia do agronegócio, possa contribuir com a reflexão acerca do papel estratégico que a universidade poderá cumprir na atual conjuntura do país, indo além de oferecer um Ensino Superior focado na formação de profissionais “aptos” a acompanharem as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir das necessidades e demandas do capital nas diferentes regiões. Nos preocupamos em conceber a universidade como um espaço de contradições e disputas de projetos, desconstruindo a visão da mesma como algo natural e estático, detentora da Verdade.

Consideramos que há um limite colocado desde a gênese do curso de Engenharia Florestal, ofertado agora pela recém criada Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Sua criação vinculada aos interesses da Empresa Suzano Papel e

Celulose faz com que não se desafie a trabalhar com um extenso campo de estudo que extrapola o limite da financeirização da natureza, podendo investigar a diversidade da floresta que compõe a biodiversidade do sul maranhense, sua preservação, produção consociada, recuperação e até mesmo o aproveitamento e geração de renda por parte dos sujeitos que delas necessitam para garantir a sobrevivência. O curso não coloca como sua tarefa estratégica exercer um papel formativo essencial na região, elevando a capacidade profissional, intelectual, ética, política e transformadora dos sujeitos.

É por conceber a universidade como espaço contraditório e de disputa de classes, que sabemos dos limites encontrados nas pesquisas que são transformadas em produção científica. Leher (2015), nos explica que o desenvolvimento de pesquisas dependentes das parcerias com empresas faz com que a universidade perca autonomia para produzir criticamente conhecimento. O autor exemplifica esta relação público privado trazendo o seguinte:

Se uma corporação do setor de celulose adquire serviço numa universidade para preparar grandes plantations de pinos ou eucalipto, é óbvio que essa universidade não tem mais autonomia para fazer uma avaliação sobre o impacto da expansão da celulose para as bacias aquíferas. Não precisa existir uma censura oficial, formal, mas é certo que vai haver constrangimentos para que ela não faça. (LEHER, 2012 *apud* GUIMARÃES, 2013, p. 6).

Concordamos com Oliveira quando bem enfatiza que, “a universidade é chamada a retomar o horizonte da política, buscando o consenso perdido e gerando o descenso contra hegemônico” (2005, p. 70). Pode, assim, assumir um importante e imprescindível papel no atual contexto, o de “decifrar os enigmas da chamada ‘modernização’” (idem), ajudando a encampar a luta pela busca da construção do consenso de que não somos apenas um aglomerado de consumidores, somos sujeitos de direitos, podendo ser uma nação capaz de se re/construir de forma soberana e autônoma com uma efetiva participação popular.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez: São Paulo; Piracicaba: UNIMEP, 2003. v. 01.
- AZAR, Zaira Sabry. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. In: **IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, 2011.
- BACCI, Marcelo. Parceria da Suzano com o Maranhão é de longo prazo. In: **Celulose online**. 2016. Disponível em: <<http://celuloseonline.com.br/parceria-da-suzano-com-o-maranhao-e-de-longo-prazo/>>. Acesso em: 31/12/2016
- BARBOSA, Bárbara Brenda Soares. **Avaliação de tratamentos de quebra de dormência na produção de mudas de parkia platycephala Benth. (Favas-de-bolotas)**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.
- BATALHA, M.O.et al. **Recursos humanos para o agronegócio brasileiro**. Brasília: CNPq, 2000.
- BERNARDI, L. M; UCZAK, L. H.; ROSSI, A. As relações do Estado com empresários nas políticas educacionais: PDE/PAR e guia de tecnologias educacionais. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 52-71.
- BRACELPA. **Lucratividade**. Abril de 2016. Disponível em: <<http://economiaindustrialpapelecelulose.blogspot.com.br/2016/04/lucratividade>> Acesso em: 10/02/2017.
- CÂMARA SETORIAL DE SILVICULTURA. **Agenda estratégica do setor de florestas plantadas**. Brasília, outubro de 2009. Disponível em: <http://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2015/02/agenda_silvicultura_web.pdf>. Acesso em: 10/02/2017.
- CARVALHO, Horácio Martins. **Contexto da correlação de forças e das lutas no campo**. São Paulo, 2009. (mimeo)
- CARVALHO, Isadora Santos de. **Estruturação da cadeia de produtos madeireiros das grandes empresas na região sudoeste maranhense**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.
- CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS DE AÇAILANDIA. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão**. Imperatriz - MA: Ética, 2011.
- CERQUEIRA, Kadja da Silva. **Avaliação da eficiência de Harvesters atuando em diferentes turnos de trabalho na colheita florestal do Estado do Maranhão**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão,

Imperatriz, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo - SP: Perseu Abramo, 2013.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol.15, nº 43, pp. 157-172, set./dez., 2001.

DINO, Flávio. Governador cumpre agenda em Imperatriz e empossa primeira reitora da UemaSul na quarta-feira (18). **Agência de notícias do Governo do Estado do Maranhão**. Maranhão, 2016. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/governador-cumpre-agenda-em-imperatriz>>. Acesso em: 10/02/2017.

FEFFER, David. Imperatriz – inaugurada a fábrica da Suzano Papel e Celulose. In: **Blog do Acelio**. Disponível em: <<http://www.blogdoacelio.com.br/imperatriz-inaugurada-a-fabrica-da-suzano-papel-e-celulose/>>. Acesso em: 17/01/2017.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. Série Debates. São Luís - MA: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, B. M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Por uma educação do campo 7: campo, políticas públicas, educação**. Brasília - DF: Incra/MDA/NEAD Especial, 2008.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P.C. G. (Orgs). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo – SP: Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA João Ferreira. As reformas da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Revista Nuances: estudos sobre Educação**, Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

FRANKLIN, A. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz – MA: Ética, 2008. (Série Ciências Humanas 1).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 16, n. 46, jan./ abr. 2011, p. 235-274.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOMES, Francisco Janílson de Araújo. **Levantamento florístico e avaliação fitossociológica de uma floresta ombrófila aberta em área urbana no Município de Imperatriz - MA**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.

GONÇALVES FILHO et al. A educação superior em imperatriz: em busca da formação de um polo regional de ensino superior. In: **III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO**. Taubaté – SP: UNITAU, 2014.

GUIMARÃES, Kátia. O lucrativo mercado da educação superior. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-lucrativo-mercado-da-educacao-superior>. Acesso em: 17/01/2017.

GULLAR, Ferreira. **Toda Poesia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005b.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2010 / estados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ma>>. Acesso em: 27/11/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=788&z=t&o=3>. Acesso em: 26/12/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – 2012**. Disponível em: <<http://www.PNAD%20-%202012.pdf>>. Acesso em: 46/04/2017.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás**. Na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

LEHER, Roberto. **Educação popular e estratégia política**. 2014. (mimeo.)

LEHER, Roberto. Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade. In: **37ª Reunião Nacional ANPED**. Florianópolis: UFSC, 2015.

LEITE, S. P. e ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas - SP: Alínea, 2007.

MANCEBO, Deise. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. In: **Universidade e Sociedade**, ano VIII, n.5, p. 51-59, 1998.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. Volume 1, São Paulo: Edições Sociais, 1975.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, M. P; FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, L. M. W. (org). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MOTA, Adriana Coelho. **Comparação do volume de madeira empilhada com volume de inventário para espécie de eucalyptus sp na região de Barra do Corda – MA**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do

Maranhão, Imperatriz, 2016.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOBRE, Nathália Coelho. **Caracterização morfométrica, climática do uso do solo da bacia hidrográfica do Rio Farinha – MA**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.

NÓVOA, Luís. Hidrelétrica é só uma das obras previstas para a região. In: **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/08/hidreletrica-e-so-uma-das-varias-obras-previstas-para-a-regiao>> Acesso em: 05/02/2017.

OHLSON, Julio. Meta da Suzano para fábrica Maranhão - entrevista à Agência CMA. In: **Tissue online**. Disponível em: <<http://tissueonline.com.br/meta-da-suzano-para-fabrica-maranhao>>. Acesso em 12/12/2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Em busca do consenso perdido: democratização e republicanização do Estado. In: FIOD, Edna Maria et ali (org). **Traços do Trabalho Coletivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PEREIRA, Francisco Sirdenyo Rodrigues. **Mercado imobiliário em médias cidades: um estudo da formação, crescimento e influência do mercado de imóveis em Imperatriz - MA**. Belém: UNAMA, 2013. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA FILHO, Jomar F. Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. **VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís – MA: UFMA, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **Desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RINALDI, Rúbia Nara; BATALHA, Mário Otávio. A expansão do ensino superior em agronegócios no Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA**. Brasília, 2004

RODRIGUES, João. Inauguração da UEMASUL. In: Blog **O Estado**. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/joaorodrigues/2011/11/13/3149/>>. Acesso em: 14/04/2014.

RODRIGUES, José. **Empresários e a Educação Superior**. Campinas - SP: Autores Associados, 2007.

ROSSO, Talita Freiesleben. **Modelo volumétrico para Teca (tectona grandis) jovem no norte do estado Tocantins**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1979.

SAVIANI, Demerval. A educação no centro do desenvolvimento econômico. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). **Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2009.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 4, n. 1, 2010.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, Vol. 50, Nº 3, p. 503-524, 2012.

SCANDELARI, Amanda. Fomento em alta. In: Colheita de madeira. Disponível em: <<http://colheitademadeira.com.br/noticias/fomento-em-alta/>>. Acesso em: 03/02/2017.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, M. R. Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIROMA Eneida Oto; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; CAMPOS Roselane Fátima. A conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Agnaldo. **A lógica de expansão da educação superior: o local e o global em perspectiva**. Goiás: Ed. da PUC, 2015.

SILVA, Bruno Izaías. **Capitanias hereditárias**. Rio de Janeiro: UNIVÁS, 2008.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982.

SILVA, Lailson Dantas. **Estoque madeireiro em floresta explorada na Amazônia oriental**. Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.

SILVA, Patrik Costa. **Influência da altura de corte e diâmetro na brotação de diferentes clones de eucalyptus após primeira rotação.** Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.

SILVA, Raymara Reis. **Dinâmica de estoque em árvores comerciais em florestas exploradas no sudoeste paraense.** Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.

SOARES, Magda. **Metamemória-memórias:** travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** 4º ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TRIBUZI, J.P.G. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – PROPLAN. A universidade de todo o Maranhão. In: **UEMA.** Disponível em: <<https://www.uma.br/wp-content/uploads/2015/05/UEMA-A-UNIVERSIDADE-DE-TODO-O-MARANH%C3%83O-COM-AGENDA.pdf>>. Acesso em: 05/02/2017.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás:** planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

WOOD, Ellen Meiksins (2006). Estado, democracia y globalización. In: BORÓN, Atilio et al. (comp.) **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ZAVARIZE, Eduardo de Lima. **Aproveitamento de madeira de segundo desbaste de tektona grandis em cerraria.** Trabalho de Conclusão (Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal), Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2016.